

**XII CONGRESSO NACIONAL
DE LINGUÍSTICA E FILOGIA**

*Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos
Em Homenagem a Othon Moacyr Garcia*

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
(de 25 a 29 de agosto de 2008)

**Cadernos do CNLF
Vol. XII, N° 09**

LÉXICO E SEMÂNTICA

Rio de Janeiro
CiFEFiL
2009

LÉXICO E SEMÂNTICA

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES
FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
DEPARTAMENTO DE LETRAS**

Reitor

Ricardo Vieiraves de Castro

Vice-Reitora

Maria Christina Paixão Maioli

Sub-Reitora de Graduação

Lená Medeiros de Menezes

Sub-Reitora de Pós-Graduação e Pesquisa

Monica da Costa Pereira Lavalle Heilbron

Sub-Reitora de Extensão e Cultura

Regina Lúcia Monteiro Henriques

Diretora do Centro de Educação e Humanidades

Glauber Almeida de Lemos

Diretor da Faculdade de Formação de Professores

Maria Tereza Goudard Tavares

Vice-Diretor da Faculdade de Formação de Professores

Catia Antonia da Silva

Chefe do Departamento de Letras

Márcia Regina de Faria da Silva

Sub-Chefe do Departamento de Letras

Leonardo Pinto Mendes

Coordenador de Publicações do Departamento de Letras

José Pereira da Silva

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Rua São Francisco Xavier, 512 / 97 – Mangueira – 20943-000 – Rio de Janeiro – RJ
eventos@filologia.org.br – (21) 2569-0276 – www.filologia.org.br

DIRETOR-PRESIDENTE

José Pereira da Silva

VICE-DIRETORA

Cristina Alves de Brito

PRIMEIRA SECRETÁRIA

Délia Cambeiro Praça

SEGUNDO SECRETÁRIO

Sérgio Arruda de Moura

DIRETOR CULTURAL

José Mario Botelho

VICE-DIRETORA CULTURAL

Antônio Elias Lima Freitas

DIRETORA DE RELAÇÕES PÚBLICAS

Valdênia Teixeira de Oliveira Pinto

VICE-DIRETORA DE RELAÇÕES PÚBLICAS

Maria Lúcia Mexias-Simon

DIRETORA FINANCEIRA

Ilma Nogueira Motta

VICE-DIRETORA FINANCEIRA

Carmem Lúcia Pereira Praxedes

DIRETOR DE PUBLICAÇÕES

Amós Coêlho da Silva

VICE-DIRETOR DE PUBLICAÇÕES

Alfredo Maceira Rodríguez

LÉXICO E SEMÂNTICA

**XII CONGRESSO NACIONAL
DE LINGÜÍSTICA E FILOGIA**
de 25 a 29 de agosto de 2008

COORDENAÇÃO GERAL

*José Pereira da Silva
Cristina Alves de Brito*

COMISSÃO ORGANIZADORA E EXECUTIVA

*Amós Coêlho da Silva
Ilma Nogueira Motta
Maria Lúcia Mexias Simon
Antônio Elias Lima Freitas*

COORDENAÇÃO DA COMISSÃO DE APOIO

*José Mario Botelho
Valdênia Teixeira de Oliveira Pinto
Sílvia Avelar Silva*

COMISSÃO DE APOIO ESTRATÉGICO

Laboratório de Idiomas do Instituto de Letras (LIDIL)

SECRETARIA GERAL

Sílvia Avelar Silva

SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| 0- Apresentação – <i>José Pereira da Silva</i> | 07 |
| 1. A formação de gentílicos com o sufixo –ista – algumas questões – <i>Nilsa Areán-García e Mário Eduardo Viaro</i> | 09 |
| 2. A influência dos estrangeirismos na língua portuguesa: um processo de globalização, ideologia e comunicação – <i>Miguel Ventura Santos Gois</i> | 17 |
| 3. A interface semântico-sintática na construção dos textos escolares – <i>Hyléa Vale Ramalho</i> | 29 |
| 4. A toponímia indígena, o etnocentrismo e a exoticalização de Saint-Hilaire, Pohl, Gardner e Castelnau – <i>Karylleila dos Santos Andrade</i> | 57 |
| 5. Em busca de uma caracterização geral do topônimo – <i>Ricardo Tupiniquim Ramos</i> | 68 |
| 6. Estrangeirismo na comunicação da revista <i>Vogue Brasil</i> – <i>Miguel Ventura Santos Gois</i> | 79 |
| 7. Estudo do processo de formação e estrutura dos topônimos to-cantinenses no contexto da Belém-Brasília: aspectos morfossintáticos e semântico-lexicais – <i>Lynara Raquel Cavalcante e Karylleila dos Santos Andrade</i> | 89 |
| 8. Etnotoponímia comparada e antroponímia: sistemas de nomeação e fundamentos do nome próprio – <i>Patricia de J. Carvalhinhos</i> | 106 |
| 9. Nome próprio: uma abordagem para o processamento da linguagem natural – <i>Rosana de Vilhena Lima</i> | 118 |
| 10. O discurso educação: o léxico do produto, marcas e sedução discursiva – <i>Eliana Meneses de Melo</i> | 129 |
| 11. <i>Ó pai ó</i> e outras particularidades do léxico baiano – <i>Celina Márcia de Souza Abbade</i> | 144 |

LÉXICO E SEMÂNTICA

12. Os processos de urbanização de comunidades linguísticas e a relação entre o registro de léxicos para designar duas bananas que nascem grudadas – *Adriana Cristina Cristianini* 155
13. Os ritmos populares no folclore de Pernambuco – vocabulário do frevo – *Nelly Carvalho* 163
14. Os sentidos das palavras em Othon M. Garcia – *Amós Coelho da Silva* 171
15. Um homem vale o quanto vale o seu vocabulário – *Alessandra Cristina Costa Mendes* 180
- Instruções Editoriais..... 192

APRESENTAÇÃO

Temos o prazer de apresentar-lhe onze textos completos e três resumos dos minicursos extras apresentados no XII Congresso Nacional de Linguística e Filologia, nos dias 27 e 29 de agosto de 2008.

Desta vez, considerando-se o grande número de ofertas de minicursos e a quantidade de textos disponibilizados aos alunos, reunimo-los em dois volumes, um para os minicursos oferecidos na segunda-feira e outro para os minicursos extras, oferecidos na quarta e na sexta-feira.

Assim todos os alunos dos minicursos poderão ter em mãos os textos dos docentes cujas miniaulas escolherem para frequentar, assim como dos demais que estiverem sendo oferecidos nos mesmos dias e horários, com exceção, naturalmente, daqueles de que aqui só vão publicados os resumos.

Deste modo, prestigiamos os professores e os alunos, divulgando os excelentes trabalhos daqueles e oportunizando a estes as mesmas lições que os outros receberam diretamente, visto que é impossível aproveitar todas estas oportunidades que estão sendo disponibilizadas.

Para respeitar a sua liberdade de escolha e para abrir oportunidades a todos de assistirem aos minicursos que desejarem, foi eliminada a inscrição prévia para que os interessados se inscrevessem apenas pessoalmente, no dia do respectivo minicurso, respeitando-se o limite de 25 alunos em cada um deles, pela ordem de chegada.

Os minicursos cujos textos completos não estão aqui incluídos estão dispensados deste limite, considerando-se que não haverá cobrança da apostila que será oferecida aos alunos.

Dispensamo-nos de sintetizar aqui os temas dos minicursos oferecidos, pois todos os congressistas receberam os respectivos resumos juntamente com a programação no número 1 do volume XII dos *Cadernos do CNLF*, entregue no momento de sua identificação na recepção do Congresso.

LÉXICO E SEMÂNTICA

Pedimos desculpas por não disponibilizarmos a todos o texto completo da Professora Regina Duarte Viana, do Professor João Ricardo Melo Figueiredo e da Professora Luci Mary Melo Leon, que não chegaram a nossas mãos em tempo hábil para serem editados.

Todos os textos, no entanto, estão (ou estarão) disponibilizados em http://www.filologia.org.br/xiicnlf/textos_completos.htm em formatos HTM e PDF para que sejam utilizados e divulgados livremente, pedindo-se apenas quem não deixem de citar o autor e o lugar de onde foi extraído qualquer fragmento ou informação.

Aproveitamos o espaço para divulgar a página de busca interna do domínio FILOLOGIA.ORG.BR, que muito lhe ajudará em suas pesquisas: <http://www.filologia.org.br/buscainterna.html>.

Rio de Janeiro, agosto de 2008.

José Pereira da Silva

**A FORMAÇÃO DE GENTÍLICOS COM O SUFIXO –ISTA
– ALGUMAS QUESTÕES**

Nilsa Areán-García (USP)

nilsa@estadao.com.br

Mário Eduardo Viaro (USP)

maeviaro@usp.br

Este trabalho surgiu no âmbito de pesquisas do Grupo de Morfologia Histórica do Português, GMHP (www.usp.br/gmhp), liderado pelo Prof. Dr. Mário Eduardo Viaro (FFLCH USP), que atualmente está centrado nos estudos da derivação sufixal, aliando a sincronia à diacronia, e procurando estabelecer, para cada sufixo estudado, uma genealogia semântica ocorrida e, porventura ainda em curso, na língua portuguesa.

Assim, ao estudarmos o sufixo *-ista*, considerando que a sua característica semântica mais conhecida é a formação de nomes de agentes, o objetivo deste estudo é apresentar algumas questões oriundas da curiosa formação lexical no campo semântico de nomes gentílicos desenvolvida com o sufixo no português, visando à análise do seu estado atual de produtividade e procurando levantar eventuais hipóteses para tal ocorrência.

Sabemos que o sufixo *-ista* é a forma adquirida no português proveniente da terminação grega *-ιστής* e que já no latim sob a forma *-istés* apresentava algumas derivações com caráter agentivo. Sabemos também, que não apenas no português, mas em várias línguas a terminação aparece em forma de sufixo, apresentando-se, na maior parte dos casos, na função formadora de agentivos. Assim, procurando nas gramáticas e dicionários de várias línguas em que há ocorrências de palavras formadas com o sufixo: japonês, hebraico, basco, russo, polonês, alemão, inglês, francês, italiano, catalão, valenciano, castelhano, galego além do português, pôde-se encontrar uma formação gentílica com o sufixo no francês belga e outra no castelhano, as demais pertencem todas à língua portuguesa.

Santiago Lacuesta e Bustos Gisbert (2000, p. 4624) afirma que formações gentílicas com o sufixo *-ista* parecem ser improduti-

LÉXICO E SEMÂNTICA

vas em castelhano, mas aponta *llerista*¹ como uma forma gentílica da localidade de Llera (situada na Extremadura espanhola, cerca de Badajóz, aproximadamente a 100 Km da fronteira com Portugal), ainda que a mais usada seja *llerense*, assim a forma gentílica com o sufixo *-ista*, pode ser atribuída a uma influência da língua portuguesa, dada a proximidade fronteiriça. Segundo Reale (2004) e Migliorini (1968, p. 113-114), a função primeira e uma das mais antigas do sufixo *-ista* é designar um agente com uma competência particular em uma determinada doutrina, como por exemplo em *economista* e *linguista*; entretanto, no francês essa conotação semântica, segundo os autores, foi estendida quando da criação das universidades, por exemplo *sorbonnistes* designa os estudantes da Universidade de Sorbonne e *louvainistes* os estudantes da Universidade Católica de Louvain [Bélgica], que, devido a uma peculiaridade semântica, passou a designar, no francês belga os habitantes desta localidade. Ferreiro (2001, p. 156-157) considera que no galego as formações gentílicas *paulista* e *santista* são estrangeirismos provenientes do português brasileiro, considerando, portanto que não há produtividade nesta categoria semântica na língua galega.

Já, no português, Vasconcelos (1933, p. 150) afirma que “este sufixo, que significa agente, serve, de modo bastante estranho, para formar alguns étnicos”, e, de acordo com Miranda (1980, p. 101), as formações gentílicas em *-ista* são improdutivas na língua portuguesa. Segundo o dicionário Houaiss (2001), “*-ista* funciona como sufixo gentílico de forma pouco frequente”. Entretanto, na sétima acepção do sufixo *-ista* dada pelo dicionário Aurélio, Ferreira (1999), encontra-se como formador de: “nomes gentílicos, por exemplo: *paulista*, *sulista*”.

De fato, na lista de 2.604 palavras terminadas em *-ista* extraída do dicionário Houaiss (2001), pode-se perceber que poucas há cuja função seja gentílica. Na verdade foram encontradas apenas vinte e cinco palavras (1% da lista) na função gentílica e formadas a partir de nomes que designam topônimos: *abre-campista*, *alfamista*, *americano-campista*, *asa-nortista*, *asa-sulista*, *cabista*, *campista*, *continentista*, *esplonista*, *geralista*, *lajista*, *macaísta*, *malaquista*, *malauísta*,

¹ Com muito maior frequência se refere aos seguidores da política (1966) do ex-presidente da Colômbia: Carlos Lleras Restrepo, que ao gentílico de Llera; nas pesquisas feitas na *internet*.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

nortista, paranista, paulista, roseirista, santista, são-bentista, são-felista, sertanista, sulista, tupi-paulista, união-paulista. Vasconcelos (1933, p. 150) também aponta para mais três formações a partir do sufixo *-ista* em localidades portuguesas: *jarmelista, freixinista* e *carçonista*. Por outro lado, encontraram-se, em sítios na internet, oito formações gentílicas a partir do sufixo *-ista* em localidades de Angola e Moçambique, cuja língua oficial é o português: *buenguista* para os da região de Buengas na província de Uíge em Angola; *cabindista* para os da província angolana de Cabinda; *dandista* para os do município de Dande na província angolana de Bengo; *dondista* para os da cidade de Dondo em Moçambique; *jambista* para os do município de Jamba na província angolana de Huíla; *huambista* para os da província angolana de Huambo; *lubanguista* para os do município de Lubango na província angolana de Huíla; *pembista* para os da cidade de Pemba em Moçambique.

A primeira questão interessante é tentar trilhar o motivo pelo qual há o desenvolvimento da função gentílica por meio do sufixo no português, uma vez que nas outras línguas em que o sufixo aparece tal característica não se desenvolveu, mesmo na língua mais próximas como o castelhano e o galego.

Desse modo, tentamos estabelecer as datações dos vocábulos para, então, tentar traçar paralelos linguísticos e extralinguísticos que pudessem contribuir com a pesquisa. Assim, quanto à datação conseguimos definir, de acordo com as datações estabelecidas no dicionário Houaiss (2001), que pertencem ao século XVI, os gentílicos *macaísta* (1557), *paulista* (1554) e *santista* (1543); pertence ao século XVII, o gentílico: *campista* (1673); pertence ao século XVIII, o gentílico *alfamista* (1742); pertencem ao século XIX: *abre-campista* (1850), *esplonista* (1881), *geralista* (1899), *nortista* (1899), *são-felista* (1857), *sertanista* (1877) e *sulista* (1899); pertencem ao século XX: *américo-campista* (1926), *cabista* (1924), *malauísta* (depois de 1964), *roseirista* (1944), *são-bentista* (1938), *união-paulista* (1964). Segundo o Houaiss (2001), não estão datados os gentílicos, mas pelo contexto histórico pode-se demarcar um período no qual se enquadram: *ambaquista* (depois de 1611), *asa-nortista* (depois de 1960), *asa-sulista* (depois de 1960), *continentista* (século XVIII ou XIX), *lajista* (depois de 1864, ou seja, século XIX ou XX), *malauísta* (depois de 1511), *paranista* (depois de 1853, ou seja, século

LÉXICO E SEMÂNTICA

XIX ou XX). Não se conseguiram as datações para os gentílicos portugueses: *carçonista*, *freixinista* e *jarmelista*. Também não se conseguiram as datações para os gentílicos africanos: *buenguista*, *cabindista*, *dandista*, *dondista*, *jambista*, *huambista*, *lubanguista*, *pembista*, no entanto, dado que foram encontrados por meio da *internet* e que não são atestados em dicionários da língua, pode-se supor que tais formações são recentes e pertencentes ao século XX.

Em resumo, obtivemos quatro ocorrências no século XVI: *macaísta*, *malaquista*, *paulista* e *santista*; duas ocorrências no século XVII: *ambaquista* e *campista*; uma única ocorrência no século XVIII: *alfamista*; sete ocorrências no século XIX: *abre-campista*, *espionista*, *geralista*, *nortista*, *são-felista*, *sertanista* e *sulista*; dezessete ocorrências no século XX: *américo-campista*, *asa-nortista*, *asa-sulista*, *buenguista*, *cabindista*, *cabista*, *dandista*, *dondista*, *jambista*, *huambista*, *lubanguista*, *malauísta*, *pembista*, *roseirista*, *são-bentista*, *tupi-paulista* e *união-paulista*. Mas, há seis ocorrências sem datação definida: *carçonista*, *continentista* (XVIII ou XIX), *freixinista*, *jarmelista*, *lajista* (XIX ou XX) e *paranista* (XIX ou XX).

Assim, pudemos notar que houve uma produtividade razoável no século dos descobrimentos marítimos portugueses, século XVI, do sufixo *-ista* na formação de gentílicos. Essa produtividade caiu nos dois séculos seguintes e voltou a crescer no século XIX, tornando-se muito produtivo no português brasileiro e africano do século XX.

Uma hipótese para o início da formação de gentílicos com o sufixo aponta para o fato de o sufixo *-ista* estava ligado à Igreja nos séculos XII, XIII e XIV. Sabe-se, também, que uma das categorias semânticas do *-ista* é designar religiosos pertencentes a um determinado seminário, mosteiro ou convento, por exemplo, do convento de Santa Maria → *maristas*. Então de pertencente ao “convento, seminário ou mosteiro de X” forma-se *X-ista*. Pode-se supor que *X-ista* tenha começado a designar as pessoas que moravam próximas ao “convento, seminário ou mosteiro de X”, mas que eram leigos, analogamente ao relatado por Reale (2004) e Migliorini (1968, p. 113-114) para explicar a função gentílica de *louvaniste* no francês belga por extensão de sentido. Assim, dado que “convento, seminário ou mosteiro” é uma referência toponímica comum nos países de língua portuguesa, pode-se supor que se generalizou para “natural ou habi-

tante do topônimo X", mesmo que o topônimo não mais tivesse o vínculo religioso, e essa acepção passou a ter uma boa produtividade na época dos descobrimentos e conquistas, pela necessidade de designar os habitantes de novas localidades descobertas, conquistadas e colonizadas. Tomando como exemplos: *paulista* que significa religioso da ordem de São Paulo e *santista*, que também significa religioso do mosteiro de Todos os Santos, ambos já têm a função gentílica na principal acepção dada pelos dicionários. É interessante notar que atualmente, em Portugal, *tomarista* significa o religioso do Convento de Tomar, ainda que seja uma forma jocosa e popular para se referir aos moradores e naturais da Cidade de Tomar (onde está situado o convento da ordem de Cristo: Convento de Tomar) não consta como tal nas acepções dos dicionários consultados. Se a forma *tomarista* virá a perder seu caráter jocoso e se tornar um gentílico aceito pelos dicionários e gramáticas ou não, é uma questão difícil de ser prevista, pois depende da preferência dos falantes portugueses e até mesmo da frequência em que é usada atualmente no âmbito jocoso.

Pode-se propor também que a necessidade de novas formas gentílicas para designar os naturais ou habitantes das novas terras, nos séculos dos descobrimentos marítimos (século XVI e século XVII), auxiliasse o sufixo *-ista*, por extensão de sentido, a sair do âmbito religioso e migrar à função gentílica. No entanto, uma nova questão surge, por quê o mesmo processo não ocorreu com o castelhano, já que o sufixo também existe na língua vizinha e também houve o processo de descobrimentos marítimos, fundação de novas cidades, além de referências religiosas como topônimos?

Convém lembrar que das quatro ocorrências gentílicas pertencentes ao século XVI, somente as brasileiras perduraram até os dias de hoje, as demais foram substituídas por formas concorrentes: *macauense* e *malaquês*. Marca-se aqui mais uma questão, por quê no Brasil as formas se mantiveram ao passo que na Ásia declinaram? Porventura seria o português falado no Brasil mais conservador?

Com relação ao Brasil, no século XIX, com a libertação dos escravos e com o processo crescente de imigração houve o povoamento de novas regiões com a fundação de vilas e cidades para a residência destes povos e seus descendentes, justificando, assim, a necessidade de empregar-se novas formas gentílicas, tais como as sufi-

LÉXICO E SEMÂNTICA

xadas em *-ista* e, de certa forma, influenciadas pela presença importante dos vocábulos *santista* e *paulista* com a designação gentílica. Da mesma maneira, no século XX no Brasil, com os projetos e medidas governamentais de povoamento do interior do território nacional, mudança da capital para o interior do país e outros investimentos, o sufixo *-ista* continuou a significar “natural ou habitante do topônimo *X*” com uma boa produtividade para designar os habitantes das novas cidades e/ou bairros fundados a partir de então, já que sua maior produtividade é para designar naturalidade ou proveniência de uma cidade e/ou povoado.

No entanto, como explicar as formas gentílicas em *-ista* no português africano do século XX? Sabemos que com o processo de independência de Angola e Moçambique, ocorrido em 1975, muitas localidades cujos topônimos eram nomes de origem portuguesa foram alterados para nomes africanos e com isso mudou-se também sua designação gentílica. Mas, por quê justamente gentílicos formados com o sufixo *-ista*? Foneticamente o sufixo se acomodaria melhor a uma base africana? Seria uma marca para a diferenciação em relação às formações provenientes do português europeu? Por outro lado, pode ser levantada novamente a questão da importância dos vocábulos *santista* e *paulista*, seria tão forte a ponto de influenciar as novas formações também em Angola e Moçambique, dado que no galego ingressam como estrangeirismos provenientes do português brasileiro?

Ainda que Vasconcelos (1933, p. 151) sustente que:

Por serem poucos os nomes em *-ista* a que está anexa a ideia de residência, o mais natural é que, assim como o sufixo *-eiro* usurpa (entre outras funções) as de agente e de étnico (...), assim o *-ista*, que já significava agente, se agregou a ideia étnica, ficando pois ele, a estes dois respeitos, sinônimo de *-eiro*.

Sua afirmação, infelizmente, não consegue responder a todos os questionamentos propostos e, portanto, necessitamos de estudos filológicos mais aprofundados na área para respondê-los.

Como vimos, muitas são as questões que se colocam em evidência e com este breve estudo, pôde-se inferir somente que a formação de nomes gentílicos com o sufixo *-ista* é uma característica tipicamente do português, ainda que tenha aparecido uma única ocor-

rência no castelhano e uma única no francês belga. Pôde-se inferir também que atualmente tal característica não tem se mostrado produtiva no português europeu como outrora já o foi, no entanto, mostra-se produtiva no português brasileiro e no africano. No entanto, ainda há muito para ser estudado, se pensarmos nas complexas questões que aqui assinalamos.

A preferência dos falantes ou o motivo de uma forma se sobrepor a outra é uma questão muito delicada e que requer um estudo detalhado e um maior aprofundamento. Acreditamos que a datação de ocorrências gentílicas com sufixos concorrentes bem como um estudo extralinguístico aprofundado poderiam ajudar a esclarecer algumas das questões aqui propostas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERGSTRÖM, M. e REIS, N. *Prontuário ortográfico e guia da língua portuguesa*. Lisboa: Notícias; Instituto Camões, 2001, p. 96 a 102.

DICIONÁRIO da língua portuguesa online. www.priberam.pt/dlpo/. 2008. Último acesso em abril de 2008.

DICIONÁRIO da Porto Editora da língua portuguesa. www.portoeditora.pt, 2008. Último acesso em abril de 2008.

FERREIRA, A. B. de H. *Novo Aurélio século XXI: O dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FERREIRO, Manuel. *Gramática histórica galega*. Noia: Laiovento, 2001.

HOUAISS, A. VILLAR, M. (Org.). *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. Versão 1. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. CD-ROM.

MIGLIORINI, B. Italianista. **In:** *Profili di parole*. Florença: Le Monnier, 1968, p. 112-114.

MIRANDA, N. S. *Agentivos denominais e deverbais: um estudo da produtividade lexical em português*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1980.

REALE, L. M. Italianista: chi era costui? Un preludio a Internet. Parola di Bruno Migliorini. **In:** *Italianistica Online*: portale di studi ita-

LÉXICO E SEMÂNTICA

lianistici ideato e prodotto da Luigi M. Reale. Florença: Italianistica e Italianistica in Rete, Janeiro de 2004.

www.italianisticaonline.it/2004/def-migliorini/. Acesso em abril de 2008.

SAID ALI, M. *Gramática histórica da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Melhoramentos, 1930.

SANTIAGO LACUESTA, R. & BUSTOS GISBERT, E. La derivación nominal. **In:** BOSQUE, I. & DEMONTE, V. (eds.): *Gramática descriptiva de la lengua española*. Madri: Real Academia Española / Espasa-Calpe. 2000, vol. 3, p. 4572-4573.

VASCONCELOS, J. L. Nomes étnicos em português. **In:** *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. XI. Coimbra, 1933, p. 139-157.

Wikipédia dicionários. Língua portuguesa.

<http://pt.wiktionary.org/wiki/>, 2008. Acesso em abril de 2008.

**A INFLUÊNCIA DOS ESTRANGEIRISMOS
NA LÍNGUA PORTUGUESA:
UM PROCESSO DE GLOBALIZAÇÃO,
IDEOLOGIA E COMUNICAÇÃO**

Miguel Ventura Santos Gois (UNIT)
mvs3001@gmail.com

INTRODUÇÃO

O estrangeirismo é uma constante nos processos culturais em todo o mundo a análise do papel da aquisição de empréstimos linguísticos permeia os processos de colonização e as migrações, numa miscigenação cultural que se processa geralmente sem a voluntariedade de mudanças na vida social, por parte dos moradores de um local.

As manifestações culturais dominantes receberam, durante séculos, contribuições advindas da chegada de outros povos, da importação de objetos, da utilização constante de termos associados a ações ou a expressões estrangeiras. Não há, entretanto, uma uniformidade em relação a se quantificar essa prática.

Se entre duas línguas, entre povos diferentes, ocorre imposição de um determinado termo, a coexistência entre ambas acaba por modelar o léxico da língua receptora. Há nesse caso um recorte analógico do mundo objetivo, inserindo-se num determinado contexto traços da língua-fonte, mesmo que esse traço não seja espacial, mas apenas linguístico. Essa ascendência de uma nação sobre a outra, caracterizadora do empréstimo, deixa marcas na língua, de modo que se promova uma conexão entre identidades culturais distintas, entre indivíduos e estruturas sociais, sob forte influência da base material da sociedade – muitas vezes até associadas ao poder político e econômico.

As discussões sobre a identidade do homem moderno permeiam vários estudos e pesquisas, uma vez que a globalização sugere que finalmente todas as possibilidades de comunicação estão abertas a um maior público em vários lugares. É dessa forma que o processo de interação e troca de informações entre os homens está tão imenso hoje em dia e com certeza crescerá mais ainda.

LÉXICO E SEMÂNTICA

Este estudo tem por objetivo investigar a relação entre o emprego de estrangeirismos e a imposição de uma identidade cultural, compreendendo-se que essa relação se apresenta como representação da própria relação social.

È nessa visão que os estrangeirismos estão presentes no português e estão mais do que nunca representando uma linha de pensamento de uma nação, sendo que ao estarem associados a um veículo de comunicação tornam-se vozes dos discursos de determinado veículo, mesmo que tudo seja feito de forma sutil, mas o discurso é a representação máxima da ideologia latente de tal.

LINGUÍSTICA E ESTRANGEIRISMOS

Um empréstimo representa generalizadamente a utilização de algo que pertença a outrem. Uma unidade lexical estrangeira, ao integrar a língua nacional, representa um empréstimo linguístico. A esse neologismo intitula-se estrangeirismo. À medida que passa a fazer parte da língua nacional, não mais sendo considerado estranho, esse empréstimo passa a constar, inclusive, nos dicionários. Para Garcez e Zilles:

Estrangeirismo é o emprego, na língua de uma comunidade, de elementos oriundos de outras línguas. No caso brasileiro, posto simplesmente, seria o uso de palavras e expressões estrangeiras no português. Trata-se de fenômeno constante no contato entre comunidades linguísticas, também chamado de empréstimo. A noção de estrangeirismo, contudo, confere ao empréstimo uma suspeita de identidade alienígena, carregada de valores simbólicos relacionados aos falantes da língua que originou o empréstimo (Garcez; Zilles, 2004, p. 15).

Essa enriquecedora utilização de unidades lexicais de outros sistemas linguísticos muitas vezes é adotada no momento em que se importam objetos ou modelos que não possuem nomenclatura equivalente na língua portuguesa. Para Câmara Júnior (1989, p. 269), os empréstimos abrangem “(...) todas aquelas aquisições estrangeiras que uma língua faz em virtude das relações políticas, comerciais ou culturais, propriamente ditas, com povos de outros países”.

Considerando-se que a escolha do vocabulário na construção de um discurso depende de fatores subjetivos, ressalta-se a importância que o emissor atribui ao emprego de vocábulos de outra língua.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Distinguem-se claramente a necessidade de emprego de estrangeirismos e a opção pelo uso como forma intencional de estruturar um discurso.

A sua inserção acontece em campo morfológico, não sintático, ou seja, insere-se um vocábulo de língua estrangeira em detrimento de um vocábulo nacional, mas as estruturas frasais não se corrompem. Mesmo assim, a opinião entre estudiosos se divide nesse ponto, havendo quem critique o uso abusivo de vocábulos e expressões estrangeiros.

Os períodos mais recentes, não obstante, indicam uma grande influência da língua inglesa no Brasil, mesmo que não se configure resultado de processo migratório. Há de se destacar que se evidencia uma presença maciça de vocábulos advindos da língua inglesa, por influência norte-americana, no país. Infante ressalta “Deve-se levar em conta que muitos empréstimos da língua portuguesa atual do Brasil não ocorreram em Portugal e nas colônias africanas, onde a influência cultural e econômica dos Estados Unidos é menor” (2001, p. 193)

Essa presença revela uma crescente absorção da cultura norte-americana, generalizadamente, como fruto do desejo de se estruturar um padrão de vida baseado no cotidiano americano. Evidencia-se um comportamento coletivo que permite às diversas áreas sociais e econômicas a exploração desse desejo como forma de imposição de determinados produtos, como é o caso da moda.

A não-vinculação do empréstimo ao processo migratório se faz principalmente pela ampla comunicação entre as nações, já que basta que um indivíduo empregue uma unidade linguística estrangeira em seu falar para que aconteça o fenômeno sociolinguístico. Nesse caso, a adoção de neologismos estrangeiros associa-se a uma valorização do empréstimo como elemento indicativo de elevada posição social ou de refinamento, num processo de estereotipagem e de dominação.

No que concerne à adoção maciça de vocábulos da língua inglesa, pode-se vislumbrar uma intencional utilização do estrangeirismo como busca de identidade cultural. Os Estados Unidos, metáfora de um excelente padrão de vida, estariam representados em seus vocábulos, como se estes fossem ícones daqueles. Infante (2001, p.

LÉXICO E SEMÂNTICA

193) destaca que atualmente, na língua portuguesa do Brasil “a maior fonte de empréstimos é o inglês norte-americano”.

O Brasil, assim como outras nações, não se esquivará da adoção desses neologismos. Tampouco há que se considerar que posicionamentos extremos sobre essa realidade sejam benquistos. Vale, acima de tudo, buscar a compreensão acerca da influência do estrangeirismo, do ponto de vista linguístico e de análise de discurso, na identidade cultural de uma sociedade.

O uso dos estrangeirismos

Embora o uso de empréstimos linguísticos não seja uma prática nova, é preciso salientar que, com as mudanças ocasionadas recentemente, houve uma modificação considerável no uso do estrangeirismo, pois, enquanto ferramenta, os aparatos tecnológicos de comunicação tornaram a troca de informações dinâmica em todo o mundo, mesmo entre as mais distantes nações. Para Hall “a ‘globalização’ se refere àqueles processos, atuantes numa escala global, que atravessam fronteiras nacionais, integrando e conectando comunidades e organizações em novas combinações de tempo-espaço, tornando o mundo, em realidade e em experiência, mais interconectado”. (2006, p. 67).

Uma vez que a economia e o mercado tenham se tornado globalizados, os produtos e os processos tecnológicos, uniformizados, exigem a utilização de termos e de vocábulos de compreensão também global. Mas não se trata apenas de uma necessidade econômica ou de trabalho: as comunidades globais também interagem por meio de uma universalização de linguagem que certamente privilegia uma língua mais elitizada em detrimento de outra considerada menor expressiva. Zilles aponta:

No campo das mudanças linguísticas, os empréstimos de palavras ou expressões são em geral associados a atitudes valorativas positivas do povo que os toma em relação à língua e à cultura do povo que lhes deu origem. Muitas vezes são utilíssimos à elite, que assim se demarca como diferente e superior [...]. Outras vezes, são felizes incidências na constituição identitária e cultural de um povo [...] (Zilles, 2004, p. 156).

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

É de suma importância a abordagem da análise de discurso quando se observa a adoção dos empréstimos, tendo em vista que as considerações acerca da utilização do empréstimo linguístico estão intrinsecamente associadas ao universo simbólico inerente à linguagem cotidiana. Orlandi (2005, p. 87) ressalta que a “especificidade da Análise do Discurso está em que o objeto acerca do qual ela produz seus resultados não é um objeto só linguístico, mas um objeto sócio-histórico”.

Um sujeito, nos mais distintos agrupamentos de que faz parte, emprega universos simbólicos na expressão de valores sociais, morais, culturais e políticos, de modo que se estabeleça entre ele e seu grupo uma coesão e uma interação permeada pela comunicação.

A análise de discurso permite avançar, ir além das estruturas morfossintáticas de um texto, explicitando-se os diversos sentidos das representações sociais no organismo social representado pela linguagem. Barros (2001, p. 99) explicita que ao enunciador “é oferecida a possibilidade linguística de jogar com conteúdos implícitos ou explícitos, pra fazer passar os valores e deles convencer o enunciatário”.

Trata-se de uma identificação social ou cultural por meio de adoção de determinados símbolos no discurso – no caso os empréstimos, como ferramenta de identificação entre o objeto do discurso e a sua valorização atribuída à menção de uma língua considerada elitizada. O empréstimo da língua inglesa no Brasil contemporâneo, dessa forma, representa mais que uma necessidade: falar inglês é mostrar-se um indivíduo superior aos outros, capacitado para falar essa língua elitizada. Para Brandão (2004, p. 42), “os processos discursivos constituem a fonte da produção dos efeitos de sentido no discurso e a língua é o lugar material em que se realizam os efeitos do discurso”, de modo que um estrangeirismo seja a fonte desse efeito para os ouvintes.

Considerando-se que a identificação semântica de vocábulos de língua estrangeira – e mesmo a sua correta pronúncia – não sejam de domínio de grande parte da população, o emprego de estrangeirismos sem necessidade denuncia uma busca de sofisticação e de elitismo. Em se tratando de anglicismos, mais especificamente, pode-se

LÉXICO E SEMÂNTICA

associar a essa busca a tentativa de aproximação de uma sociedade que se observa mais próspera que a do Brasil.

Imitação ou identificação, usar termos em inglês soa como sofisticação e elegância por parte do falante. Para ele, ser moderno, estar na moda, ser atual é usar os mesmos termos que o país de referência usa. Qualquer modificação formal em benefício do acervo lexical brasileiro desconfiguraria, portanto, a elegância das unidades lexicais inglesas.

Num mercado global, não apenas as relações econômicas, mas as informações e os valores se difundem largamente em todos os continentes. Raças, línguas, religiões se tornam mundialmente divulgadas, como se todas as particularidades que foram tecidas ao longo do tempo hoje estivessem totalmente esgarçadas.

Fielmente ligados à noção de aldeia global, que é tida como “uma expressão da globalidade de ideias, padrões e valores sócio-culturais, imaginários” (Ianni, 2004, p. 119), os meios de comunicação podem expandir suas influências em todos os aspectos. Eles detêm um determinado controle sobre como determinados fatores nacionais, regionais, locais ou mundiais que serão difundidos mundo afora.

Ferramenta que beneficiou o processo de globalização, ao eliminar fronteiras e barreiras para a comunicação com outras nações, a Internet acelerou a autonomia entre os povos de cada região, tornou dinâmico o processo de ensino e aprendizagem e influenciou o desenvolvimento social e moral das pessoas. Imaginem-se milhares de informações acessíveis a indivíduos pertencentes às mais diferentes culturas, nos mais diversos lugares.

Participar desse processo de globalização exige competência intercultural, uma vez que as pessoas sentem a necessidade de adaptar-se a diferentes estilos de ser, de operar e de comunicar-se. Essa competência implica conhecer outras culturas e as diversas maneiras como as pessoas se comunicam.

[...] sempre se pensou que só pode haver um único motivo para alguém querer aprender uma língua estrangeira: o acesso a um mundo melhor. As pessoas se dedicam à tarefa de aprender línguas estrangeiras porque querem subir na vida. A língua estrangeira sempre representou

prestígio. Quem domina uma língua estrangeira é admirado como pessoa culta e distinta (Rajagopalan, 2003, p. 65).

O estrangeirismo, por conseguinte, deixa de ser mera necessidade e passa a ser um mecanismo de inclusão ou de exclusão de indivíduos numa determinada esfera social. As sociedades dominantes sabem de sua capacidade de imposição de determinados valores e o estrangeirismo passa a se constituir ferramenta de discursos globalizados.

A IMPORTÂNCIA DA LÍNGUA NO CONTEXTO SÓCIO-CULTURAL

A vida do ser humano está intimamente associada ao processo de comunicação, e o aprimoramento da capacidade comunicativa acompanha a própria evolução humana. À medida que amplia seu relacionamento com o mundo, o ser humano aperfeiçoa e multiplica a sua capacidade de comunicação, envolvendo palavras, sons e imagens. Textos verbais e não-verbais interagem e contribuem para a apresentação oral e escrita das sociedades.

A língua é um código desenvolvido pelo homem para a transmissão de pensamentos, de ideias, para a interação entre os indivíduos. Para Cereja e Magalhães, a língua:

Pertence a todos os membros de uma comunidade. Como ela é um código aceito convencionalmente, um único indivíduo não é capaz de criá-la ou modificá-la. [...] A língua evolui, transformando-se historicamente. Por exemplo, algumas palavras perdem ou ganham fonemas, outras deixam de ser utilizadas; novas palavras surgem, de acordo com as necessidades, sem contar os “empréstimos” de outras línguas com as quais a comunidade mantém contato. (Cereja; Magalhães, 1999, p. 07)

A língua constitui, pois, um código mutável que integra as relações humanas e que, ao mesmo tempo em que sofre modificações, participa das mudanças nas sociedades. Esse patrimônio social é responsável pela possibilidade de se preservar o conhecimento e de transmiti-lo a outras gerações.

LÉXICO E SEMÂNTICA

Língua, sociedade e cultura

Como entidade social a língua, é definida como “[...] um conjunto de regras fonológicas, morfológicas, sintáticas e semânticas, que determinam o emprego dos sons, das formas e relações sintáticas, necessárias para a produção dos significados”. (Lopes, 2001, p. 58). Este conceito difere da definição dada por Elia, em que se lê que “[...] língua é o falar de uma comunidade, estruturalmente diferenciado, portador de apreciável tradição cultural e reconhecido oficialmente por um Estado como forma de comunicação em suas relações internas e externas”. (Elia, 2000, p. 28)

Em se tratando de aspecto social, ressalta-se que o caráter social de uma língua é entendido como um sistema de signos convencionais que são facultados aos membros de uma sociedade para a possibilidade de comunicação, constituindo-se o papel mais importante hoje nas relações humanas.

O caráter social da língua é facilmente percebido quando levamos em conta que ela existe antes mesmo de nós nascermos: cada um de nós já encontra a língua formada e em funcionamento, pronta para ser usada. E, mesmo quando deixarmos de existir, a língua subsistirá independentemente de nós (Terra, 1997, p. 20).

Uma vez interagentes, não se delimitam de forma clara as relações entre língua, cultura e sociedade: é difícil estabelecer onde uma começa e a outra termina, já que se estabelece uma relação íntima entre esses elementos. Consequentemente, a língua de uma sociedade reflete seu modo de ver o mundo e, por meio dela, observam-se determinados aspectos como os valores e os costumes de um agrupamento ou mesmo a sua interação com outros grupos. O estudo de uma língua deve considerar fundamentalmente os contextos socioculturais em que ela se apresenta, pois essa estrutura apresenta elementos básicos e, muitas vezes, determinantes para as variações de linguagem. Essa contextualização permite explicar ou mesmo justificar fatos que, apenas linguisticamente, seriam difíceis ou até impossíveis de se determinarem. O enunciado, portanto, está intrinsecamente associado à ambientação de que faz parte, promovendo interação entre seus interlocutores. E, se, por um lado, o contexto social interfere nas variações linguísticas, por outro a função que a língua exerce na sociedade determina a importância da sua aquisição, fazendo com que sua aprendizagem seja de suma importância para que o

indivíduo também faça parte do contexto social. A sociedade, portanto, existe através da linguagem e é representada pela junção de língua e cultura. De acordo com Maingueneau, a linguagem:

Seria a capacidade de comunicação oral, e as línguas seriam as formas particulares por meio das quais cada comunidade, cada sociedade ou grupo social realiza a linguagem. A questão do social, portanto, está diretamente ligada à noção de língua, porque é a noção de sociedade que vai permitir a delimitação desse particular que é a língua, à vista do universal que é a linguagem (Maingueneau, 2002, p. 41).

A relação entre a cultura e a linguagem, tão ampla quanto complexa, abrange desde a consideração de que as estruturas linguísticas possam se edificar a partir de uma situação cultural até a afirmação, em sentido contrário, de que os costumes linguísticos de determinados grupos tenham moldado fundamentalmente a cultura desses povos. Ou seja, a linguagem modifica a cultura e esta modifica aquela.

Vale salientar que os seres humanos dela fazem uso, modificam-na, mas não a detêm para si ou não a possuem isoladamente. Para Hall:

A língua é um sistema social e não um sistema individual. Ela preexiste a nós. Não podemos, em qualquer sentido simples, ser seus autores. Falar uma língua não significa apenas expressar nossos pensamentos mais interiores e originais; significa também ativar a imensa gama de significados que já estão embutidos em nossa cultura e em nossos sistemas culturais. (Hall, 2006, p. 40).

Essa relação intrínseca constitui arranjo fundamental nas atividades cotidianas e a mudança que se processa, tanto na cultura quanto na língua, seja por eliminação, acréscimo ou modificação de elementos, ocorre de forma ininterrupta e involuntária. Os indivíduos reestruturam aspectos linguísticos e valores morais, por exemplo, muitas vezes sem perceber.

Essa cultura nacional abrange, portanto, a padronização de valores e a singularização de costumes, assim como a adoção de uma linguagem unificada. A movimentação do homem por territórios vizinhos e as suas viagens de exploração culminaram, entretanto, numa troca de informações crescente e numa inevitável transfiguração sócio-cultural.

LÉXICO E SEMÂNTICA

O discurso se torna elemento de disseminação de valores e de ideologias de uma sociedade, de modo que as sociedades receptoras não apenas aceitem, mas passem a adotar a influência desse grupo social. Para Barros:

A ideologia dominante é tão abrangente que torna as demais organizações do saber fragmentárias e muitas vezes contraditórias, pois incorporam elementos da representação dominante. O grau de coerência e abrangência dos sistemas ideológicos não é, assim, o mesmo nas diferentes concepções de mundo (Barros, 2001, p. 150).

Essa influência pode ter muitos significados, uma vez que as relações entre os grupos sociais se fazem não apenas por interesses econômicos. Mas em qualquer situação é a cultura que acaba se transformando, acrescentando ou modificando elementos. Embora a língua não sofra influência na mesma intensidade, modificações surgem – como é o caso dos empréstimos linguísticos ou do estrangeirismo.

CONCLUSÃO

Compreender a adoção do estrangeirismo como resultado da inserção de elementos culturais por meio das ferramentas do contexto linguístico é considerar que língua e sociedade estão intrinsecamente relacionadas e que não se pode sustentar uma sem a presença da outra.

Na verdade, o estrangeirismo não constitui uma realidade isolada. Ele surge inserido nas estruturas frasais da língua portuguesa, muitas vezes hibridamente flexionados. O estrangeirismo participa, pois, dos próprios processos culturais e da convergência de interesses cerceada pela imposição da mídia.

Nesse sentido, quando uma sociedade privilegia a inserção de valores de outra sociedade em seu contexto sócio-cultural, a adoção desses valores representa a vontade de tornar tal contexto o mais semelhante possível da ambiência vislumbrada.

A evolução histórica do Brasil bem demonstra como essa valorização de elementos pertencentes a outras sociedades está arraigada: o período de colonização supervalorizou o estilo de vida português, indubitavelmente; em seguida a França passou a ser o modelo a

ser seguido. Mais à frente os Estados Unidos passaram a ser o alvo dessas aspirações.

Dentro do próprio país essa tendência é uma constante: as capitais ditam valores para as outras cidades, estados como São Paulo e Rio de Janeiro são referências para o resto do país. Essa valorização de determinadas culturas em detrimento de outras é reforçada pela mídia, que difunde largamente essa forma de imposição.

Mesmo em contextos mais específicos essa tendência é uma constante: a prática de esportes ou a participação em determinados grupos sociais tende a mitificar valores e a valorizar determinados costumes. Assim, não apenas roupas e linhas de pensamento são adotadas por esses agrupamentos, mas a própria linguagem se faz modificada.

Um dos elementos mais constantes nessa adoção de outros valores culturais é a aquisição de empréstimos linguísticos, que, se, inicialmente, representava a necessidade de se utilizar um vocábulo estrangeiro pela falta de equivalente na língua portuguesa, passou a ser empregada como recurso de afirmação de identidade cultural.

Usar o empréstimo linguístico seria, então, uma opção mais por imposição de uma estrutura que por consciência. Se, por um lado, isso representa modificação da linguagem, por outro representa um enriquecimento cultural.

De qualquer forma, é interessante ressaltar que não se pode, num mundo cujo funcionamento tem se globalizado e cujas relações se fazem por meios como a televisão e a Internet, isolar completamente uma cultura ou uma língua. Mais importante seria tornar os usuários dessa língua cientes do fenômeno para que essa adoção de estrangeirismos seja uma opção meramente. É preciso ter essa consciência para que se faça melhor uso de tão rica troca.

REFERÊNCIAS

BARROS, Diana Luz Pessoa de. *Teoria semiótica do texto*. São Paulo: Ática, 2001.

BRANDÃO, Helena H. N. *Introdução à análise do discurso*. 2ª ed. rev. Campinas: Unicamp, 2004.

LÉXICO E SEMÂNTICA

CAMARA Jr., Joaquim Mattoso. *Princípios de linguística geral*. Rio de Janeiro: Padrão, 1989.

CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. *Português: linguagens. Literatura, produção de texto e gramática*. 3ª ed. São Paulo: Atual, 1999.

ELIA, Silvo. *A língua portuguesa no mundo*. 2ª ed. São Paulo: Ática, 2000.

GARCEZ, Pedro M.; ZILLES, Ana Maria S. Estrangeirismos: desejos e ameaças. In: FARACO, Carlos Alberto (Org.). *Estrangeirismos: guerras em torno da língua*. 3ª ed. São Paulo: Parábola, 2004, p. 15-30.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

IANNI, Octavio. *Teorias da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

INFANTE, Ulisses. *Curso prático de gramática aplicada aos textos*. São Paulo: Scipione, 2001.

LOPES, Edward. *Fundamentos da linguística contemporânea*. 17ª ed. São Paulo: Cultrix, 2001.

MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Cortez, 2002.

ORLANDI, Eni P. *Discurso e texto: formação e circulação dos sentidos*. 2ª ed. Campinas: Pontes, 2005.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. *Por uma linguística crítica: linguagem, identidade e a questão ética*. São Paulo: Parábola, 2003.

TERRA, Ernani. *Linguagem, língua e fala*. São Paulo: Scipione, 1997.

ZILLES, Ana Maria S. Ainda os equívocos no combate aos estrangeirismos. FARACO, Carlos Alberto (Org.). *Estrangeirismos: guerras em torno da língua*. 3ª ed. São Paulo: Parábola, 2004. p. 143-161.

**A INTERFACE SEMÂNTICO-SINTÁTICA
NA CONSTRUÇÃO DOS TEXTOS ESCOLARES**

Hyléa Vale Ramalho (UFF)

hyleavale@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Discutir o estudo da sintaxe pelo viés semântico-discursivo tem sido a proposta de muitos professores que buscam um melhor aproveitamento do aluno. A estrutura sintática pela estrutura sintática não é capaz de dar conta das indagações cotidianas. Mais ainda, é necessário aprofundar e traçar uma relação da sintaxe com o processo de produção textual; não que esteja dissociada do processo de aquisição da competência leitora, mas não é tão condicionante quanto à elaboração de textos.

No latim, a ordem sentencial era uma questão expressiva ou pragmaticamente condicionada; nas línguas românicas a situação é outra, a ordem possui valor gramatical, com implicações sintáticas, morfológicas e fonético-fonológicas. Isso se deve à perda das declinações latinas uma vez que estas marcavam os *casos*; portanto a ordem, no latim, ficava a cargo das intenções discursivas; nas línguas românicas, é preciso uma estruturação lógica para identificar os constituintes oracionais. Portanto, como escrever bem, no sentido mais amplo, sem ordenar adequadamente as estruturas sintáticas? Nem sempre o uso da sintaxe é um ato consciente. São estruturas internas que, mesmo quando ainda pequenos, já possuímos a capacidade de estruturá-la, como enunciado por Azeredo (2002):

As pessoas falam sua língua nativa sem realizar qualquer esforço. A linguagem está internalizada no ser humano desde a sua concepção; porém é mais do que mera articulação de sons e combinação de palavras, possui uma estrutura complexa que envolve sons, palavras e frases, seu uso nas múltiplas situações reflete condicionamentos psicológicos, sociais e culturais. (p. 9)

É através da sintaxe que ocorrerá a interligação textual: recursos anafóricos, nominalizações, elipses, elementos pleonásticos, partículas de realce e tantas outras; garantindo, assim, a continuidade discursiva. E isso, no processo tanto de leitura quanto de escrita, é de

LÉXICO E SEMÂNTICA

extrema relevância porque norteia o processamento cognitivo do leitor/escritor, sem permitir desvio de análises.

As redes que constroem a relação semântico-sintática são fundamentais para este trabalho. Para tanto, utilizar-se-á a teoria dos *papéis temáticos* de Fillmore. Acredita-se no ensino produtivo da sintaxe pelo viés semântico. Muitas vezes o aluno não assimila determinados conceitos sintáticos por não os considerarem lógicos, por exemplo, em frases como *o jarro caiu* o sujeito é denominado ‘agente’, simplesmente devido à oração encontrar-se em uma estrutura ativa, sem considerar que *jarro* é um objeto, inanimado, portanto não possui agentividade.

A proposta desta pesquisa é discutir os papéis temáticos e sua relação com a estrutura sintática; e, dessa forma, ratificar que uma abordagem semântico-sintático-discursiva proporciona melhor entendimento das estruturas sintáticas e reflete-se na produção textual do aluno.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A noção de papéis temáticos foi introduzida, primeiramente, por Fillmore (1968) sob a alegação de que as relações gramaticais de sujeito, objeto, etc. são insuficientes para traduzir as relações de dependência existentes entre certas construções. Na década de 60, com a *Gramática de Casos*, apresentou os papéis *agentivo*, *instrumental* e *objetivo*, que se definem, respectivamente: instigador de uma ação, animado, identificado pelo verbo; instrumental, força inanimada ou objeto causativamente envolvido na ação ou estado identificado pelo verbo; afetado pela ação ou estado identificado pela interpretação semântica do verbo.

Uma das principais premissas da *Gramática de Casos* de Fillmore trata-se de os papéis de caso permanecerem constantes através das transformações. Então, enquanto a superfície sintática de uma sentença pode variar, os papéis semânticos não podem. Os exemplos a seguir ilustram isso:

- (1) João abriu a porta com a chave.
- (2) A porta abriu.
- (3) A chave abriu a porta.

Nos três exemplos com o verbo abrir, o papel *objetivo* foi obrigatório, selecionado pela estrutura argumental do verbo, mas não ocupou a mesma posição sintática. Em (1) e (3) objeto direto, em (2) sujeito. Em outras palavras, a estrutura de caso afirma que o verbo abrir pode opcionalmente apresentar sujeito com papel *agentivo*, ou papel *instrumental*, ou ambos, mas precisa sempre ocorrer com um sintagma manifestando o papel de *paciente*, e esse pode ser o único com que o verbo ocorre.

Fillmore (1968) chama atenção para uma hierarquia temática. A posição argumental de sujeito será preenchida preferencialmente na seguinte ordenação: *agentivo, instrumental e objetivo*. No exemplo (1) há um *agentivo*, João, portanto é dele a posição de sujeito; mas em (3) existe um *objetivo* e um *instrumental*, na hierarquia temática, o mais próximo na escala para desempenhar a função de sujeito é o *instrumento*.

A teoria de Charles Fillmore apresenta alguns pontos nevrálgicos. Segundo o próprio Fillmore, nenhuma atenção tinha sido dada para detalhar a natureza das representações semânticas, nem havia qualquer sugestão de como a estrutura de casos relataria a estrutura semântica básica dos verbos. Percebeu que muitas situações de determinação de papéis de caso foram baseadas em decisões intuitivas, e em algumas suas intuições falharam. Apesar da autocrítica, é incontestável a importância da *Gramática de Caso* de Fillmore.

O Princípio da Hierarquia Temática, com base nos estudos de Carlos Franchi (1975), estabelece a ligação entre a estrutura semântica e a estrutura sintática, ou seja, estabelece qual papel temático vai para qual função sintática. Desta forma, organiza os argumentos predicadores, estabelecendo a correlação entre as propriedades semânticas acarretadas lexicalmente por esse predicador, sendo essas propriedades, os papéis temáticos, e a posição dos argumentos externo e interno, as funções sintáticas.

Franchi amplia a noção temática e elenca os seguintes papéis semânticos: *agente, experienciador, beneficiário, alvo e instrumento*, respectivamente assim definidos: iniciador/controlador da ação, pessoa que passa pelo estado psicológico descrito pelo verbo, indivíduo a quem a ação traz proveito ou prejuízo, indivíduo ou objeto diretamente afetado pela ação e objeto de que o agente se serve para prati-

LÉXICO E SEMÂNTICA

car a ação (Ilari, 2003). Os papéis temáticos assim caracterizados têm, portanto, um caráter derivado e não são noções primitivas da teoria. Termos como *agente*, *paciente* etc., dentro dessa perspectiva teórica, são meramente descritivos. Entretanto, se convenientemente bem caracterizados, podem ser utilizados, como um expediente prático, para distinguir argumentos em uma estrutura semântica. Pode-se fazer um paralelo desse uso com o que se faz na sintaxe para se designar noções estruturais, como as noções de sujeito e objeto. Contudo, os papéis temáticos, assim definidos, ainda se situam em um nível de abstração que dificulta responder à questão sobre o conteúdo semântico dessas relações.

As definições utilizadas correspondem a caracterizações intuitivas, e, certamente, divergentes quanto a suas classificações; considerou-se que essas definições são muito informais e vagas para um tratamento teórico. Por isso, muitos foram levados a desistir de considerar os papéis temáticos como parte de uma teoria gramatical, e, atualmente, há um consenso entre a maioria dos linguistas de que os papéis temáticos, ou casos de agente, tema, etc. exercem um papel puramente descritivo. Essas definições foram muito criticadas porque se corria o risco de encontrar múltiplos papéis temáticos e, também, devido aos critérios usados na definição desses termos não apontarem para uma definição exclusiva para cada argumento.

Assim, devido ao incômodo causado pela descrição pura e simples dos papéis temáticos, os semanticistas passaram a abordar a questão a partir das propriedades semânticas atribuídas aos papéis temáticos. O semanticista Dowty (1989) define papel temático como *o conjunto de todas as propriedades que se pode atribuir ao indivíduo através dos possíveis acarretamentos das expressões predicadoras* (p.78). Fornece o seguinte exemplo:

(4) João beijou Maria.

Na sentença (4), João tem controle sobre a ação de beijar; João agiu, de certo modo, intencionalmente; João desencadeou a ação de beijar; João tem boca; João tocou Maria; etc. Todas são propriedades atribuídas a João acarretadas pelo verbo. Essas atribuições é que formam o papel prototípico de *agente*. A definição proposta permite caracterizá-los de uma maneira mais flexível, evitando equívocos. Nem sempre é fácil distinguir semanticamente os argumentos,

pois as propriedades associadas ao *agente*, como a iniciativa, o controle e a intencionalidade, são reconhecidas em *beneficiários*, por exemplo; a mudança ou afetação do objeto em determinados processos, que se gostaria de tomar como critério para a caracterização do paciente, atribui-se, em muitos casos, ao agente; agentes, pacientes, beneficiários comportam-se, se colocado o foco sobre o movimento envolvido em determinadas ações, como fonte, tema e meta; e assim por diante. O exemplo a seguir esclarece a teoria de Dowty:

(5) A mãe casou a filha.

O objeto “filha” seria um *agente* porque, de certo modo, controla a ação; no entanto, também, poderia ser classificado como paciente uma vez que é afetada pela ação da mãe. E, ainda, “mãe” seria denominada como agente. A atribuição de dois papéis temáticos a um único argumento e de dois argumentos com o mesmo papel temático na mesma oração não é admitida no conceito de hierarquia temática. Entretanto, se o raciocínio for em relação ao grupo de propriedades atribuídas ao argumento pelos acarretamentos do predador, como sendo o papel temático desse dado argumento, não há nenhum problema para classificar os papéis temáticos em (5). À “mãe” pode-se atribuir o seguinte papel temático: tem controle sobre a ação, desencadeia um processo, etc., que descritivamente pode ser chamado de agente prototípico; à “filha”: tem controle sobre o processo, desencadeia um processo, é afetada por uma ação, etc., que descritivamente podemos chamar de agente/afetado ou paciente/agentivo. Essa combinação temática é defendida por Cançado (2000):

Os papéis temáticos se caracterizam justamente por essas variadas interseções possíveis (agente/paciente, agente/fonte, agente/destinatário). E é justamente o caráter mais flexível e aberto do conceito de papéis temáticos adotado que facilita a estratégia de atribuir um estatuto teórico não a papéis temáticos assim definidos, mas a certos acarretamentos cruciais para a gramática de uma dada língua. (p. 17)

Dentre todos os papéis temáticos citados, é para o agente que confluem as maiores indagações. A noção de agente, macropapel da estrutura semântica de uma sentença, é palco de divergências quanto à semântica da própria palavra; isso influi na noção temática de agente, uma vez que as análises do que é ou não considerado um a-

LÉXICO E SEMÂNTICA

gente, advém das conceituações atribuídas a esse vocábulo. Para a maioria dos pesquisadores, *agente* está relacionado a um sintagma nominal humano (ou pelo menos animado) que causa uma ação. Mas a definição de *animado* também é discutível. No *Dicionário Caldas Aulete* (2004), há duas acepções: *uma como aquilo que tem vida e a outra, como o que tem movimento*. Partindo disso, como ficaria a análise da sentença “A flor desabrochou”? O sujeito sintático *a flor* poderia ser considerado um agente, uma vez que *flor* tem vida, portanto, animada? É uma análise realizada por um grupo, mas bastante discutível, até porque, o verbo *desabrochar* expressa um evento de causatividade interna: o processo só se realiza graças às propriedades inerentes ao sujeito sintático; só podem desabrochar aqueles elementos que possuam as características para tal. Essa limitação semântica do verbo impediria a classificação do sujeito *flor* como agente; este é parte do processo realizado pelo verbo.

A teoria desenvolvida por Van Valin (1999), em *The Case for Effector*, apresenta uma solução para casos como o da frase *a flor desabrochou*, torna-o derivado de um *Effector*, que seria um “desencadeador”, ou seja, a partir dele surgiriam os demais papéis temáticos: *Effector*-agente, *Effector*-força, *Effector*-instrumento. Assim como Dowty, Van Valin também preconiza a composição temática entre os papéis.

A proposta desta pesquisa é discutir essa composição temática e relacioná-la aos argumentos verbais sob uma orientação semântico-sintática pelo recorte do ensino de língua portuguesa. Acredita-se que, no estudo dos papéis temáticos, encontra-se um instrumento de elucidação para as inquietações registradas em sala de aula no que se refere à sintaxe.

A análise do *corpus* deste trabalho está focada na demonstração de evidências empíricas do português em que certas estruturas sintáticas sofrem restrições de ordem semântica. O estudo semântico-sintático será direcionado para um estudo funcionalista aplicado à produção textual. O objetivo é comprovar que o ensino da sintaxe sob um recorte semântico proporciona melhor entendimento da estruturação sintática, refletindo-se na produção textual do aluno.

ETAPAS DA ANÁLISE DO CORPUS

O *corpus* foi analisado em dois momentos diferentes. Primeiramente, uma demonstração das relações semânticas presentes na sintaxe; depois, uma análise da produção textual do aluno a fim de comprovar a influência de um estudo semântico-sintático na aquisição da competência linguística no que se refere à escrita.

Reestruturação das sentenças

Ao longo de duas semanas, durante as aulas de Língua Portuguesa, os alunos desenvolveram esta etapa da pesquisa. Dividiram-se em pequenos grupos para efetuarem a reestruturação de algumas sentenças. Primeiro passo era determinar quais papéis temáticos eram reconhecidos na sentença “primitiva” e o que fez com que assim fossem denominados; depois sim, deviam reorganizá-las sintaticamente, de todas as formas possíveis e, em seguida, informar quais foram as funções sintáticas encontradas, se ocorreram alterações semânticas e, ainda, se essas poderiam ter mais de uma interpretação caso houvesse uma alteração contextual.

Desenvolvimento da produção textual

Após a discussão sobre os aspectos semântico-sintáticos presentes na língua, deram continuidade à pesquisa, que se estendeu por mais duas semanas. Aos alunos foi solicitado que construíssem textos, livres de quaisquer instruções (tipo, gênero, número de linhas etc.), para verificar se o estudo dos papéis temáticos associado à sintaxe exerce influência na elaboração lógico-semântica da produção textual. A maioria preferiu reescrever alguns textos produzidos em outro momento.

De uma maneira ou de outra, estabeleceu-se o critério comparativo entre as produções atuais e as anteriores com o intuito de ratificar que o ensino da sintaxe à luz da semântica reflete-se no desenvolvimento da habilidade linguística do aluno.

LÉXICO E SEMÂNTICA

ANÁLISE DO *CORPUS*

A pesquisa foi desenvolvida por alunos da 2ª série do Ensino Médio, do Colégio de Aplicação Professor Renato Azevedo, localizado na Cidade de Cabo Frio – Região dos Lagos, no estado do Rio de Janeiro.

A proposta pedagógica do *CAp ferlagos* é baseada na elaboração de um currículo integrado formado por habilidades e competências. Não se ministram conteúdos porque estes se encontram no índice do livro didático, mas sim aqueles que são relevantes para desenvolver as habilidades e competências necessárias para a formação integral do ser.

Os alunos inseridos nesse processo de ensino-aprendizagem são privilegiados. Não precisam ocupar seu tempo com memorizações inúteis e estão sempre buscando encontrar o significado dos conteúdos. Isso tornou simples a aplicação de uma estratégia diferenciada para o ensino da sintaxe, mais precisamente no estudo do período simples.

O trabalho foi desenvolvido com envolvimento de 34 alunos, que receberam uma folha contendo cinco sentenças, em voz ativa, com verbos indicadores de mudança de estado (encher e manchar), movimento (cair) e transformação psicológica (acalmar e preocupar). Deveriam reestruturar as frases, de todas as maneiras possíveis, para verificar se as ocorrências sintáticas estavam a serviço da semântica.

A análise do *corpus* procederá consoante os itens a seguir.

Análise das frases reestruturadas

1) *O homem encheu a caixa d'água com a mangueira.*

- a. A caixa d'água foi enchida pelo homem;
- b. A caixa d'água foi enchida com a mangueira;
- c. A mangueira encheu a caixa d'água;
- d. A caixa d'água foi enchida pelo homem com a mangueira;
- e. O homem encheu a caixa d'água;
- f. A caixa d'água foi enchida;

- g. Encheu a caixa d' água;
- h. Encheu-se a caixa d' água;
- i. A caixa d' água encheu;
- j. Encheu a caixa d' água com a mangueira.

A sentença inicialmente fornecida apresenta estruturação sintático-semântica: sujeito (agente), objeto (alvo) e argumento em adunção instrumental (instrumento). O verbo *encher* foi usado na sentença inicial como transitivo direto, mas apresenta uma contraparte intransitiva, colocando como sujeito o que antes era objeto, sendo assim denominado de verbo ergativo, uma vez que o sujeito está claramente envolvido pelo processo, não sendo um deflagrador do mesmo.

A maior incidência (50%) foi o papel temático *alvo*, a caixa d' água, ser colocado na posição de sujeito, mantendo a mesma função semântica. Nos itens (a), (b), (d), (f) e (i), apesar do mesmo papel semântico, apresentam vozes verbais distintas. Em (a), (b), (d) e (f), houve a construção de sentenças passivas que, assim como nas ergativas, o sujeito é não agentivo.

No item (i), há ocorrência do verbo *encher* como verbo ergativo, ou seja, o sujeito é não agentivo, sendo envolvido pelo processo verbal. Embora esteja em uma construção ativa, percebe-se uma noção de passividade.

Deve-se atenção especial aos itens (g), (h), (i) e (j). A diferença entre (g) e (i) está apenas na posição argumental. Em (g), o sintagma nominal colocado diante do verbo assume a posição reservada para o sujeito sintático da sentença, ainda que não seja dotado de agentividade, representando um típico uso ergativo; em (i), o mesmo sintagma é depositado na posição de argumento interno e, deixando livre o local sintático destinado ao argumento externo, pode levantar algumas dúvidas quanto ao sujeito sintático; mas no item (j), a mesma sentença é acrescida de *com a mangueira*, neste caso, a inserção do *instrumento* desfaz qualquer questão em relação ao sujeito sintático da frase, uma vez que para realizar a ação de *encher com a mangueira*, e estando desocupada a posição argumental externa, recupera-se um sujeito animado na execução dessa ação. No item (h), o uso da partícula *–se* com um sintagma ocupando a posição de argumento

LÉXICO E SEMÂNTICA

interno, leva à análise de uma voz passiva sintética, com sujeito semanticamente afetado; se estivesse ocupando a posição de argumento externo, acompanhado de verbo com a partícula *se*, seria analisado como voz média, sujeito também semanticamente afetado, podendo o clítico *se* ser retirado sem nenhum prejuízo, inclusive é o que vem ocorrendo em muitas regiões do país, e acredito que por essa razão os alunos não tenham utilizado essa variação. Said Ali (1957) já afirmava que, com o uso do clítico, a distinção entre voz média e voz passiva é uma questão de topicalização.

Fica claro que alguns papéis temáticos podem ser suprimidos nas várias construções apresentadas. O ‘agente’, nessas frases representado pelo sintagma *o homem*, só surge em 3,0% dos casos: em (a) e (d) na função sintática de *agente da passiva*, com papel temático de agente; em (e) na função de sujeito sintático da oração, também com papel temático de agente. Em todos os demais, foi possível omitir o agente.

O papel semântico de *instrumento* surge em 4,0% das construções. Mesmo quando ocupa posição sintática diferente: (b), (d) e (j) em adjunção instrumental e (c) sujeito sintático, seu papel semântico não se altera.

O *alvo* da ação, a caixa d`água, aparece em todas as orações. Pode-se justificar essa incidência devido ao fato de o verbo *encher* ser transitivo-ergativo, isto é, como transitivo precisa de um complemento (o alvo); como ergativo, coloca na posição de sujeito sintático o objeto semântico, também *alvo*.

Em construções de ordem ativa, fora o sujeito (agente), o único papel semântico que surgiu na posição de argumento externo foi o *instrumento* em (c). De acordo com a escala da hierarquia temática, fora o *agente*, é o *instrumento* o mais recorrente na posição de sujeito.

Não houve nenhuma ocorrência de estrutura com a presença de um agente na posição de sujeito sem o alvo da ação, por exemplo: *O homem encheu*. Com sujeito animado, o verbo *encher* realiza-se como transitivo, portanto o argumento interno é obrigatório.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

II) A empregada manchou a roupa com as tintas no tanque.

- a. A empregada manchou a roupa;
- b. A roupa foi manchada pela empregada;
- c. A roupa foi manchada no tanque;
- d. A roupa foi manchada;
- e. A empregada manchou a roupa no tanque;
- f. A roupa manchou;
- g. A empregada manchou com as tintas a roupa;
- h. A roupa foi manchada com as tintas;
- i. As tintas mancharam a roupa;
- j. Com as tintas no tanque a empregada manchou a roupa.

De todas as orações apresentadas no *corpus* esta é a que possui a estrutura argumental mais completa, por isso possibilitou tantas mudanças em sua construção. Apresenta a seguinte relação sintático-semântica dos argumentos: sujeito (agente), objeto (alvo) e argumento em posição de adjunção (instrumento e locativo). O verbo *manchar* é de mudança de estado, e tem a condição de trazer o argumento interno para a posição argumental externa, apresentando, assim, uma estrutura ergativa, ou seja, sujeito não agente, envolvido pelo processo verbal. Sempre que o produto final de um processo for o mais relevante, opta-se por uma construção ergativa. Conclui-se que a ergatividade é mais um recurso de escamoteação do *agente*.

A oração de maior ocorrência (29,4%) foi a letra (a). Os alunos perceberam que o sintagma *com as tintas* era a penas um termo acessório, sob o papel semântico de *instrumento*, portanto poderia ser extraído da oração sem prejuízo semântico.

A segunda ocorrência (11,7%) destina-se ao item (b). Como a sentença original encontrava-se em voz ativa, a transposição sintática imediata é a colocação em voz passiva e, assim como no item anterior, também desprezaram o *instrumento*.

O item (f) surgiu em 8,8% dos casos. Dele foram destituídos os papéis temáticos *agente* e *instrumento*, tendo permanecido apenas o *alvo*. Isso se justifica uma vez que se trata de um verbo transitivo direto, e como tal, exige um complemento direto. Para manter a no-

LÉXICO E SEMÂNTICA

ção de transitividade, o *alvo* perdura, mesmo que em outra função sintática, como a de sujeito. Ao ocorrer essa modificação, o verbo passa a ser intransitivo, e o sujeito é apenas envolvido pelo processo verbal, sem deflagrá-lo.

Em (b), (c), (d) e (h), exemplos de construção passiva, alguns sintagmas foram suprimidos, mas o de maior proeminência foi o argumento em adjunção locativa. Essa supressão pode ser explicada por fatores sintáticos, uma vez que se trata de um termo considerado *acessório*, mas também, pode ser analisada por aspectos pragmáticos; o sujeito da oração inicial, *a empregada*, estabelece uma relação semântica com o locativo *no tanque*, dispensando a sua explicitação por estar pragmaticamente suposta. Curiosamente, no item (h), a ausência do *agente* atribuiu ao *instrumento (tintas)* o pseudo-significado *agente*, como se as *tintas* fossem as responsáveis pela mancha na roupa, e não a empregada. Esse seria um caso de combinação temática, sugerido por Jackendoff (1972) ao analisar a teoria desenvolvida por Gruber (1965).

No contexto apresentado, o sujeito *a empregada* é o responsável pela mancha na roupa, mas não pode ser o único. Semanticamente, *as tintas* são as causadoras da mancha e como o trabalho está voltado para as orientações semântico-sintáticas, isso foi explicitado com ocorrência de 8,8% (i) e 5,8% (j). Em (i), o *instrumento* foi colocado na posição tópica, centro informacional da sentença; em (j) apesar de não sofrer alteração sintática, ou seja, permanecer em adjunção instrumental, ao ser posicionado como o primeiro sintagma da estrutura oracional, foi elevado à condição tópica, papel relevante na orientação argumentativa da oração.

III) *Os idosos caíram da escada.*

- a. Os idosos caíram;
- b. Caíram da escada;
- c. Caíram os idosos;
- d. Da escada caíram;
- e. Da escada os idosos caíram;
- f. Os idosos da escada caíram;
- g. Da escada caíram os idosos;
- h. Caíram da escada os idosos.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

O verbo da sentença primitiva é monoargumental e tem como papel semântico do sujeito um *beneficiário*, isto é, o indivíduo a quem a ação traz proveito ou prejuízo (Ilari, 2003, p. 131). Apresenta, ainda, um argumento em adjunção como *locativo*.

Dentre as ocorrências, a maior incidência (26,4%) foi do item (a); apenas apagaram o *locativo*, sem efetuar qualquer modificação oracional.

O apagamento do sujeito, itens (b) e (d), ocorreu em 11,7% das frases reestruturadas. Isso só foi possível, ou seja, a indeterminação do sujeito, devido ao verbo encontrar-se na 3ª pessoa do plural e, dessa forma, só selecionar sujeito humano. Ressalta-se que a maior incidência (8,8%) de supressão do sujeito foi destacando o verbo (posição tópica) e menos recorrente (2,9%) foi priorizando o ‘locativo’.

Apesar de apenas 2,9% das ocorrências, a frase (c) merece atenção particular. Em algumas situações, a posposição do sujeito pode causar ambiguidade interpretativa, como as estruturas com partícula *se*: vendem-se remédios/remédios vendem-se. Conforme Said Ali (1957) enuncia às vezes o que faz a distinção entre a voz passiva sintética e a média dinâmica é a posição do sintagma, respectivamente, posposto e anteposto; na primeira, os remédios são vendidos e na segunda, eles vendem por si só. Na frase (c) do *corpus*, a posposição do termo *idosos* não causa dúvida quanto a este ser o sujeito oracional, haja vista que o verbo cair não possui transitividade, portanto o elemento posicionado posteriormente é o sujeito de fato. O que ocorreu nessa reestruturação foi a ênfase no processo, destacando o verbo em posição tópica.

As demais ocorrências no *corpus*, embora com porcentagem bastante significativa (29,2%) foram meras reconstruções oracionais, sem maior relevância semântico-sintática.

IV) O médico acalmou o paciente.

- a. O paciente foi acalmado pelo médico;
- b. O paciente foi acalmado;
- c. O médico o acalmou;
- d. O paciente acalmou-se;
- e. Pelo médico o paciente foi acalmado;

LÉXICO E SEMÂNTICA

f. O paciente acalmou;

g. O médico acalmou.

Os papéis temáticos na sentença primitiva são, respectivamente, *experienciador* (sujeito) e *alvo* (objeto direto).

Das sete combinações encontradas, a maior incidência (35,2%) foi o item (a), a transformação para a voz passiva analítica com a presença do agente da passiva, por ser a forma mais próxima da original. O item (b) também foi recorrente (23,5%), diferindo do anterior apenas pelo apagamento do agente da passiva, o que não interfere no entendimento da oração.

Atenção especial merecem os itens (d), com 23,5% , e (f), com apenas 2,9%. *Acalmar* é um verbo de transformação psicológica, o que consiste na realização de um evento que não seleciona sujeito agentivo. Em (d), o processo não é deflagrado pelo sujeito *o paciente*, mas sim demonstrar estar o sujeito envolvido pelo desempenho verbal. O pronome *se* é o indicativo desse envolvimento, sendo classificado como parte integrante do verbo (PIV). São os chamados verbos pronominais eventuais. A anteposição do sujeito insere a frase na voz medial dinâmica, atribuindo ao sujeito uma combinação de *alvo* e *experienciador*. No item (f), embora não tenha sido frequente, o apagamento do clítico revela um fenômeno da língua falada, em que o uso do *se* vem desaparecendo. Tanto (d) quanto (f) só são permitidos porque há uma frase inicial norteadora do sentido, em que se tem noção de que a ação foi realizada pelo médico e recaída sobre o paciente.

O item (c) teve ocorrência significativa (23,5%). Para um sintagma ser considerado como objeto direto, este deve ser substituível por um pronome oblíquo (Azeredo, 2000), e isso justifica, na reestruturação argumental, a incidência desta construção.

Em (e) e (g), foram incidências pequenas, respectivamente, 2,9% e 5,8%, e não representam nenhuma transformação argumental. Em (e), antepôs o agente da passiva; em (g), apenas o apagamento do argumento interno.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

V) *O adolescente preocupou os pais.*

- a. Os pais se preocuparam com o adolescente;
- b. Os pais preocuparam-se;
- c. O adolescente os preocupou;
- d. Os pais ficaram preocupados com o adolescente;
- e. Com o adolescente os pais se preocuparam;
- f. Os pais ficaram preocupados.

A determinação dos papéis sintático-semânticos inseridos na frase original gerou muitas divergências. O trabalho começou a atingir seus objetivos, muitos não aceitavam mais as regras sintático-semânticas sem atribuir juízo. Por se tratar de um verbo psicológico, a maioria não conseguia visualizar um sujeito agentivo em *o adolescente*, e de fato não podia ser assim considerado; bem como o objeto direto *os pais*, também não podia ser um mero *alvo*. Ambos, respectivamente, seriam um *desencadeador do processo* e um *experenciador afetado* (Cançado, 2005).

Dos itens selecionados como relevantes, o de maior ocorrência (25,8%) foi o item (a). Não houve uma modificação de voz, a oração continua pertencente à ativa, o que aconteceu foi a aposição de um elemento lexical para marcar a alternância argumental, ou seja, apresenta-se fora de sua ordem canônica, porém mantendo a mesma classificação semântica. Em (d), a oração apresentou-se de forma analítica, mas a atribuição significativa é a mesma.

O item (b) teve 23,8% de incidência e registrou o apagamento do sujeito sintático, colocando em destaque o *experenciador alvo* envolvido no processo verbal, marcado morfologicamente com o clítico *se*. O apagamento do sujeito deve-se a fatores de ordem pragmática, pois faz parte do contexto social os adolescentes serem os *desencadeadores do processo* de preocupação dos pais. O item (f) é a representação analítica do (b).

Em (c), apenas da ocorrência significativa (20,8%), não apresenta maiores discussões, houve apenas a substituição sintagmática feita por um pronome oblíquo.

No item (e), há um exemplo de topicalização, convergindo toda a atenção discursiva para os adolescentes.

LÉXICO E SEMÂNTICA

Análise da produção textual

Para apresentar as mudanças ocorridas na produção de texto dos alunos, partiu-se de um critério comparativo para averiguar o amadurecimento textual. Serão discriminados, no *corpus*, diversos fragmentos inseridos em oito textos pertencentes a alunos que fizeram parte do desenvolvimento desta pesquisa. Registraram-se os trechos originais, e as reescrituras contêm a indicação (*).

Essas composições foram escolhidas por apresentarem significativas mudanças após o trabalho semântico-sintático de reestruturação de orações. Textos que, até então, apresentavam problemas na sua estrutura sintagmática, passaram a construir-se de forma mais coesa.

1º Texto:

Fragmento A

“Arrumou um belo vestido, depois que foi para seu quarto, e colocou uma linda sandália de cristal.”

Fragmento A’

“Ela foi para seu quarto, **arrumou-se com um belo vestido**, que encontrou no quarto de sua madrastra, e colocou uma linda sandália de cristal.”

Comentários

A reorganização da oração sofreu influência pragmática. Ordenou o pensamento, ao informar primeiro a ida para o quarto e só então os fatos se desenrolaram. Quanto ao vestido, o verbo arrumar sem o pronome *se* denota uma conquista, o que não condiz com o restante do período, já que a menina “possuía” um sapato de cristal, como não teria um vestido? Na verdade, a ideia era informar que havia se enfeitado com o vestido, e para isso o verbo deveria surgir em sua forma reflexiva, com sujeito ‘beneficiário’.

Fragmento B

“Na festa, todos olhavam para Anabella, era a mais bela, e as outras mulheres morreram de raiva dela. Tudo divertia Anabela, dançou bastante e conheceu um lindo rapaz, o mais belo da festa.”

Fragmento B’

“Na festa, todos olhavam para Anabella, era a mais bonita, e as outras mulheres morreram de raiva. **Ela se divertiu muito**, dançou bastante e conheceu um lindo rapaz, o mais belo da festa.”

Comentários

Houve alterações diversas em relação à coesão do trecho. Havia sonoridade (eco) entre “Anabella” e “bela” que foi desfeita, além de uma repetição muito próxima da palavra “Anabella”. Como foco informacional do texto é centrado nessa personagem, ao desfazer a repetição, utilizou o verbo “divertir” de forma pronominal, o que demonstra estar o sujeito envolvido no processo verbal, sem que dele parta nenhuma ação. É o conceito de ergatividade, em que a causatividade é interna, e a relevância recai sobre o resultativo, no caso, a diversão de Anabela.

Fragmento C

“Sua madrasta não gostou porque começaram a namorar e logo depois se casaram e foram muito felizes.”

Fragmento C’

“A paixão entre os dois foi tão forte que começaram a namorar e, algumas semanas depois, para infelicidade de sua madrasta, **casaram** e viveram felizes para sempre.”

Comentários

A reestruturação desse fragmento atingiu os objetivos propostos: aprimorou a coesão da frase, na medida em que inseriu, em primeiro lugar, elemento que explicasse a postura dos dois namorados (‘a paixão’); em seguida registrou os sentimentos da madrasta; e no final apropriou-se do apagamento do clítico, discutido amplamente em sala de aula, mantendo um paralelismo sintático com o verbo ‘viver’.

LÉXICO E SEMÂNTICA

2º Texto:

Fragmento A

“Todos ansiavam por conhecer ela. Até que ela chegou, linda e arrogante, com suas duas filhas, Bianca e Karina.”

Fragmento A’

“**Todos estavam ansiosos para conhecê-la.** Até que a madrasta chegou, linda e arrogante, com suas duas filhas, Bianca e Karina.”

Comentários

Nesse fragmento ocorreram duas modificações, uma de caráter morfológico; outra, sintático. Primeiramente, o adjetivo explícito na oração atribui mais efeito sobre o sujeito; em segundo lugar, a substituição pelo pronome oblíquo “-la”, além de solucionar a questão eufônica, demonstra que houve reconhecimento da função sintática de objeto direto, alvo da ação, por ser essa a condição imposta para um sintagma ser classificado como complemento de um verbo, poder ser substituído por um pronome pessoal oblíquo (Azeredo, 2000, p. 83).

Fragmento B

“Durante esse tempo, a madrasta vendeu os bois, a fazenda foi à falência e tinham que vender as terras.”

Fragmento B’

“Durante esse tempo, **a fazenda faliu, os bois foram todos vendidos e agora só resta vender as terras.**”

Comentários

A escamoteação do *agente* foi um dos recursos mais investigados durante o período de desenvolvimento da atividade em sala de aula. Esse trecho apresenta um bom exemplo disso. O texto já vinha abordando que a menina, Daniela, falava sobre a madrasta, portanto a supressão do *agente* nesse trecho objetiva a não redundância. Para tanto, valeu-se do uso ergativo do verbo falir, promovendo a sujeito

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

sintático algo inanimado (a fazenda). Também suprimiu o *agente* na sentença seguinte, ao colocar a oração na voz passiva analítica, promovendo o *alvo* (bois) a sujeito sintático, ainda que sob o papel temático *alvo*. A última frase destituiu o aspecto coloquial (tinham que) e assim reorganizou a coesão interna.

Fragmento C

“(...) um lindo rapaz de família rica, que estava interessado em comprar as terras e quando viu Daniela ficou apaixonado.”

Fragmento C’

“(...) um lindo rapaz de família rica, que estava interessado em comprar as terras, quando viu Daniela, **apaixonou-se também.**”

Comentários

Apaixonar é um verbo pronominal (ergativo), por isso denota um envolvimento do sujeito, que se apresenta sob o papel semântico de *experienciador*. A partir dessa informação, como o objetivo do autor do texto era mostrar o profundo envolvimento sentimental entre o rapaz e Daniela, optou por usar um verbo pronominal.

3º Texto:

Fragmento A

“(...) Por vezes, faziam ali refeições preparadas pela encantadora Barbie. Ela planejava os pratos e fazia com esmero, decorados, cheios de detalhes, de bom gosto, com fino acabamento.”

Fragmento A’

“(...) Por vezes, faziam ali refeições preparadas pela encantadora Barbie. Esses pratos **eram planejados, feitos com esmero**, decorados, cheios de detalhes, de bom gosto, com fino acabamento.”

Comentários

O *agente* deste fragmento é a personagem “Barbie”. Na primeira frase, já foi mencionado que era ela quem preparava as refeições, portanto tornou-se redundante a presença da palavra “Barbie” ou qualquer outro elemento correferencial. A coesão foi realizada a

LÉXICO E SEMÂNTICA

partir da supressão do *agente*, levando o *alvo* para a posição de sujeito tópico do discurso, tendo no sintagma “esses pratos” uma referência anafórica, elemento dado, para manter a coesão textual (Pontes, 1986, p. 191).

Fragmento B

“(...) mais tarde, com um grande talento arquitetônico e profundo conhecimento de engenharia, a comunidade homenageou a Barbie, fez a ponte, ficou rica e famosa (...)”

Fragmento B’

“(...) mais tarde, com um grande talento arquitetônico e profundo conhecimento de engenharia, **foi homenageada por sua obra**, fez a ponte, ficou rica e famosa (...)”

Comentários

Todo o contexto já direcionava a leitura para a personagem “Barbie”. Era ela o *alvo* das atenções e das homenagens de todos, portanto o uso da voz passiva analítica pôde deixar subentendido o sujeito *alvo*, e esse, subjacente ao texto, explicita um recurso de coesão textual (Koch, 2005, p. 16).

4º Texto:

Fragmento A

“Em uma pequena casa no interior de uma grande cidade ocorreu o nascimento de uma linda garotinha, branquinha de tudo e com lindos olhos azuis.”

Fragmento A’

“Em uma pequena casa, no interior de uma grande cidade, **nasceu uma linda garotinha**, branquinha de tudo e com lindos olhos azuis.”

Comentários

O verbo “nascer” é um verbo que denota processo. É mono-argumental, selecionando apenas o argumento externo (sujeito), que não desempenha papel de *agente*, embora a oração se encontre na voz ativa. É uma típica construção ergativa. Na reescritura da frase, utilizou dois recursos de coesão: sintetizou “ocorreu o nascimento” em “nasceu” e colocou o sujeito posposto ao verbo, em posição de informação nova, direcionando a leitura do texto.

Fragmento B

“Caminhando sem saber aonde ir, viu um enorme cartaz no qual continha o endereço que ela procurava.”

Fragmento B’

“Caminhando sem saber aonde ir, **deparou-se** com um enorme cartaz no qual continha o endereço que ela procurava.”

Comentários

Nesse trecho não há uma transformação significativa, apenas o uso de um verbo pronominal cujo objetivo é enfatizar o envolvimento do sujeito em uma ação/processo.

5º Texto:

Fragmento A

“Quando a sapataria entregou os sapatos, Ângela também escondeu o outro pé no vaso de plantas que ficava logo na entrada.”

Fragmento A’

“**Quando os sapatos foram entregues na casa**, Ângela também escondeu o outro pé no vaso de plantas que ficava logo na entrada.”

Comentários

Recorrente até aqui, a questão da voz passiva analítica com o intuito de destituir o *agente*. A razão dessa escolha nesse fragmento deve-se à questão de ordem pragmática. É uma relação óbvia “sapa-

LÉXICO E SEMÂNTICA

taria entregar sapatos”; dessa forma, desnecessária a presença do *agente* (sapataria). Então para apagá-lo, valorizando o centro da informação desse trecho, reescreveu a frase na voz passiva analítica, colocando o *alvo* (sapatos) em posição tópica e omitiu o *agente*.

Fragmento B

“(…) muito desajeitado, tropeçou no vaso de planta e derrubou o sapato no chão cheio de terra.”

Fragmento B’

“(…) muito desajeitado, tropeçou no vaso de planta e **o sapato caiu todo sujo de terra.**”

Comentários

Na sequência do fragmento anterior, o cerne discursivo ainda são “os sapatos”. Recuperou na posição de sujeito sintático, o que antes era objeto direto (*alvo*) e ao colocá-lo como sujeito, valeu-se de um verbo denotador de processo (movimento), mostrando o resultado de uma ação, não importando quem a desencadeou. Para o desenrolar da narrativa, o clímax foi a queda do sapato.

Fragmento C

“Pedro o limpou e tocou a campainha. Quando a empregada abriu a porta, ele viu Isabela com os olhos cheios de água.”

Fragmento C’

“Pedro o limpou e tocou a campainha. **Quando a porta se abriu,** ele viu Isabela com os olhos cheios de água.”

Comentários

A reestruturação trazendo o *alvo* (porta) para a posição tópica sob a função de sujeito, juntamente com o clítico *se* acoplado ao verbo abrir, que se apresenta em uso ergativo, conduz a uma interpretação de voz média dinâmica, isto é, a ação parece desenrolar-se a partir de um sujeito inanimado, como se “a porta” pudesse realizar a ação por si só; isso é condizente com a atmosfera de encantamento enunciada em todo o texto, uma releitura do conto de fada “Cinderela”. Saber quem abriu a porta é uma informação irrelevante.

6º Texto:

Fragmento A

“Seus pais moravam na cidade, mas não podiam criar muitos bichos.”

Fragmento A’

“Seus pais moravam na cidade **em um belo apartamento** e, por isso, não podiam criar muitos bichos.”

Comentários

De acordo com os estudos semântico-sintáticos, verificou que o argumento em adjunção locativa nem sempre é um termo acessório. No caso analisado, é uma informação necessária para realizar a coerência textual, o motivo pelo qual não seria possível criar muitos animais, por morarem em apartamento.

Fragmento B

“Porém começou a aparecer um grande problema quando todos saíam, o gato estranhava-se muito com o rato e vice-versa.”

Fragmento B’

“Porém começou a aparecer um grande problema quando todos saíam, **os animais brigavam muito.**”

Comentários

De fato, a reestruturação em B’ visou à objetividade do texto. Utilizou o processo de hiperonímia para encurtar a frase e transmitir de forma objetiva a mensagem. Tanto o “gato” quanto o “rato” eram *agentes e pacientes* da mesma ação (movimento recíproco), portanto mantiveram-se sob os mesmos papéis temáticos ao se tornarem argumento externo do verbo “brigar”.

LÉXICO E SEMÂNTICA

7º Texto:

Fragmento A

“Dentro de toda aquela produção, não parecia ter quinze anos.”

Fragmento A’

“Dentro de toda aquela produção, **enganava seus quinze anos.**”

Comentários

Com a reescritura dessa frase, utilizou-se da estilística como recurso de coesão textual, a elipse do *alvo* da ação. Dizer apenas que não parecia ter quinze anos, não é tão enfático quanto dizer que “enganava” sua idade, deixando subentendido que havia alguém a ser enganado.

Fragmento B

“Ficaram, conheceram e reconheceram um ao outro.”

Fragmento B’

“Ficaram, **se conheceram e se reconheceram.**”

Comentários

O uso do clítico *se* como pronome reflexivo-recíproco tem o mesmo sentido da expressão “um ao outro”, além de tornar o fragmento mais coeso, apesar de a colocação do pronome fugir das regras gramaticais.

8º Texto

Fragmento A

“Os dias foram passando e ficava mais grave o problema (...)”

Fragmento A’

“Os dias foram passando e **o problema agravava-se(...)**”

Comentários

O pronome *se* imputa ao sujeito “o problema” um envolvimento no processo denotado pelo verbo (ergativo), mostrando uma

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

causatividade interna, não explícita. A sentença, assim construída, valoriza aquele sobre o qual é desencadeado um processo, o *alvo*.

Fragmento B

“Chegou perto dos meninos e desejou ser feliz e alegre como aqueles meninos.”

Fragmento B’

“**Aproximou-se** e desejou ser feliz e alegre como aqueles meninos.”

Comentários

O fragmento reestruturado apresenta-se muito mais coeso, sem repetição de termos. O verbo “aproximar-se”, sendo um verbo pronominal (ergativo), que indica movimento, mostra total incorporação do sujeito *experenciador* naquilo que realiza, e isso também contribui para a coesão textual, pois toda a orientação do texto está voltada para a história de uma criança triste, que sofre preconceitos, e tenta a todo custo fazer amigos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida nesta pesquisa aborda os papéis temáticos e a relação que mantêm com a estruturação sintática, mostrando que o processo de compreensão da sintaxe está diretamente relacionado às questões semânticas.

O ensino das construções sintáticas pelo recorte semântico revela-se muito produtivo. O professor precisa dar conta de questionamentos variados em sala de aula e no que tange à sintaxe, não são poucos. Obviamente que um grupo questionador é fruto de uma educação moderna, que imputa aos jovens o desenvolvimento do senso crítico; portanto, os professores precisam preparar estratégias de ensino-aprendizagem voltadas para esse novo aluno, e a metodologia de ensino faz parte desse processo.

O estudo da semântica na escola é relegado a segundo plano. Dá-se muita importância à assimilação de regras, e cede-se pouquís-

LÉXICO E SEMÂNTICA

simo espaço à interpretação, à construção do sentido. Isso é problemático quando se tem em mente a relevância que as questões de significação têm hoje em alguns instrumentos de avaliação no país, tais como o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e a maior parte dos vestibulares. Nesta pesquisa, foi desenvolvido um trabalho voltado para os aspectos semântico-discursivos que envolvem a análise sintática. Verificou-se que o aluno compreendeu com mais facilidade, sem bloqueio, a estruturação da sintaxe uma vez que encontrou na semântica as respostas para os mais variados questionamentos. Sentenças como *o vaso quebrou* sempre foram alvo de indagações em relação à classificação do sujeito como agente. De fato, trata-se de uma incoerência: uma atribuição semântica (agente) baseada na estruturação sintática (voz ativa). O estudo semântico veio para encerrar o conflito e denominar adequadamente como *tema* o sujeito *o jarro*.

O aluno percebeu na primeira análise do *corpus* que a mudança da categoria sintática, não alterava a categorização semântica. Junto a isso, verificou que em algumas construções, determinadas funções semânticas eram imprescindíveis, devido à seleção argumental realizada pelo verbo, como em estruturas com verbo transitivo direto, o *tema* estará sempre presente uma vez que o verbo apresenta transitividade. Também concluíram que a análise dos papéis temáticos muitas vezes estava restrita a aspectos de ordem contextual, haja vista o clássico exemplo *João rolou montanha abaixo*, em que tanto pode ser um *tema* quanto um *agente*, é preciso conhecer a situação comunicativa para estabelecer qual dos dois papéis relaciona-se ao sujeito *João*.

Na segunda parte da análise do *corpus*, comprovou-se a hipótese deste trabalho, que consiste na influência de um estudo semântico-discursivo refletir-se na produção textual do aluno. A partir do momento em que se disponibilizou uma abordagem que transmite recursos direcionados à análise do sentido, o aluno passou a redigir com mais segurança, apresentando um texto mais amadurecido, apropriando-se de apagamentos sintáticos, como a escamoteação do sujeito e ausência do clítico *se*; a promoção de objeto a sujeito, e tantos outros relatados no capítulo anterior em que se procede a análise do *corpus*. Todas essas estratégias de linguagem permitiram a produção de textos mais coesos e, conseqüentemente, mais coerentes.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

As práticas desenvolvidas nesta pesquisa, conforme enuncia Ilari (2003, p. 12), promoveram um reencontro com aspectos linguísticos sempre relegados a segundo plano. Evidenciou-se que a atenção a esses aspectos abriu novas possibilidades para um ensino mais criativo, mais motivador, voltado à construção do senso crítico do aluno.

Educar deveria ser muito mais que propiciar ao educando conhecimentos e habilidades para que venha a obter melhores salários que seus pais e avós. Mais importante do que formar um profissional, é formar uma pessoa capaz de atuar como cidadão: inserir-se sem preconceitos nessa realidade multicultural; associar significados e construir sínteses cognitivas.

Enfim, fica cada vez mais evidente que o estudo da sintaxe precisa ser contextualizado, estudado à luz de uma semântica discursiva, visando à intenção comunicativa estabelecida no co(n)texto. Sentenças isoladas e sua sintaxe estão em frequente desacordo com a sintaxe encontrada em um contexto discursivo. Além disso, o estudo sintático, quando limitado ao nível sentencial e privado de seu contexto comunicativo-funcional, tende a ignorar as considerações comunicativas que afetam a estrutura do discurso, desempenhando, apenas, as chamadas regras sintáticas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AULETE, Caldas. *Mini Caldas Aulete*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004.

AZEREDO, J. C. de. *Iniciação à sintaxe do português*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

CANÇADO, M. O. Lugar da Semântica em uma Teoria Gramatical. *Estudos Linguísticos*, 2000, 29, p. 67-78.

———. *Argumentos: Complementos e adjuntos*. Manuscrito. NuPeS /POSLIN/UFMG. Maio de 2005.

DOWTY, D. R. *On the Semantic Content of the Notion of Thematic Role*. In: Chierchia, Partee e Turner (eds.), 1989, p. 69-129.

LÉXICO E SEMÂNTICA

FILLMORE, C. he Case for Case. **In:** E. Bach e R. Harms (eds). *Universals in Linguistic Theory*. New York: Holt, Rinnehart and Winston. *Verify*, 1968.

FOLEY, W. A. & VAN VALIN JR., R. D. *Functional Syntax and Universal Grammar*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

FRANCHI, C. *Hipóteses para uma Teoria Funcional da Linguagem*. Tese de Doutorado. IEL. UNICAMP, 1975.

GRUBER, J. *Studies in lexical relations*. Unpublished dissertation. M. I. T., 1965.

ILARI, R. *Introdução à semântica. Brincando com a gramática*. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2003.

JACKENDOFF, R. *Semantic Interpretation in Generative Grammar*. Cambridge: MIT, 1972.

KOCH, I. *Coesão textual*. 20ª ed. São Paulo: Contexto, 2005.

PCN. *Parâmetros curriculares nacionais*. Brasília: MEC/SEF, 2001.

PONTES, E. *Sujeito: da sintaxe ao discurso*. São Paulo: Ática, 1986.

SAID ALI, M. *Dificuldades da língua portuguesa*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1957.

VAN VALIN Jr., Robert D. e WILKINS, David P. The case for 'Effector': Case roles, Agents, and Agency revisited. **In:** SHIBATANI, Masayoshi e THOMPSON, Sandra A. (eds.). *Grammatical constructions: their form and meaning*. New York: Oxford University Press, 1999, p. 289-322.

**A TOPONÍMIA INDÍGENA, O ETNOCENTRISMO
E A EXOTICALIZAÇÃO DE SAINT-HILAIRE, POHL,
GARDNER E CASTELNAU²**

Karylleila dos Santos Andrade (UFT)

karylleila@gmail.com

INTRODUÇÃO

Do século XVI até fins do século XVIII, a produção científica e intelectual no Brasil era escassa. Logo que se apossou do território brasileiro, o governo português, em detrimento da política comercial expansionista dos primeiros séculos de colonização, proibiu a entrada de estrangeiros no país. A intenção era resguardar para si as informações sobre as potencialidades econômicas e os recursos exploráveis. Isso garantiu a Portugal o monopólio de exploração e comércio: a política econômica mercantilista foi sistematizada por meio da exclusividade. Mesmo com as restrições de caráter político-econômica, as informações que chegavam a Portugal orientavam quanto aos recursos naturais e a melhor maneira de submeter os habitantes nativos a sua política mercantilista. Os relatos dos missionários envolvidos na pacificação e doutrinação dos índios intencionavam chamar a atenção do rei de Portugal para as riquezas potenciais do Brasil e como dela tirar o melhor proveito.

Somente com a instalação da corte joanina é que as autoridades reconheceram a importância de divulgar conhecimentos de natureza científica sobre o país, relaxando o histórico embargo à vinda de estrangeiros ao Brasil. Em 1808, D. João VI assinou o decreto de Abertura dos Portos Brasileiros às nações Amigas. Deu-se início a ruptura com o antigo sistema colonial. Essa abertura dos portos ao exterior pode ser compreendida com um marco na história das pesquisas científicas sobre o Brasil.

Inserir o Brasil no círculo das monarquias europeias, pelas vias diplomáticas, fazia parte da nova política adotada pelo governo D. João VI: era preciso tirar o país do obscurantismo. Como não havia

² Este trabalho foi elaborado a partir da tese de doutorado, *Atlas Toponímico de Origem Indígena do Estado do Tocantins*, defendida em julho de 2006, na Universidade de São Paulo, sob a orientação da Profa. Dra. Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick.

LÉXICO E SEMÂNTICA

no Brasil uma estrutura educacional erudita, foi preciso fomentar a vinda de cientistas estrangeiros: botânicos, zoólogos, geógrafos, geólogos, mineralogistas, com a intenção de conhecer e divulgar a região. Etnocêntricos, viam no Brasil a oportunidade de desfrutar de uma natureza exuberante e virgem, cujas especificidades naturais eram completamente diferentes da Europa. O resultado da produção científica dos viajantes estrangeiros foi fruto da política imposta pela expansão do capitalismo no país.

A “moda” era analisar e descrever os países “descobertos”: investigar “o outro”. Conhecer, “ao vivo”, quem era esse outro que exerceu, sobre os intelectuais europeus, um desejo e fascínio, mesclado ao misticismo, exoticalização e cientificidade. Essa motivação pode ser considerada como a mola propulsora das atividades dos viajantes estrangeiros em terra brasileira. A visão de mundo do ‘eu’ europeu deixava evidente sua dificuldade em vivenciar a diferença: considerava-se como o centro de tudo e todos, os “outros” eram apreendidos e sentidos pelos valores e modelos da cultura europeia. O outro é aquele que não se identifica; é aquele cuja descoberta causa êxtase. É a própria diversidade do real que invoca o problema da alteridade: o fascínio da aventura, da tensão, do sofrimento. Os relatos dos viajantes na Província de Goiás são marcados por ideias etnocêntricas.

Para Todorov (1983, p.3), essa percepção do outro se amplia, abrangendo o outro, ou o outro em relação a mim. Ou então como grupo social concreto ao qual não pertencemos. Esse grupo, por sua vez, pode estar contido numa sociedade: as mulheres para os homens, os ricos para os pobres, os loucos para os ‘normais’. Ou pode ser exterior a ela, outra sociedade que, dependendo do caso, será próxima ou longínqua: seres que em tudo se aproximam de nós, no plano cultural, moral e histórico, ou desconhecido, estrangeiros que chegaram a hesitar que pertencemos à mesma espécie.

O viajante, ao deixar seu país de origem, entra na condição de estrangeiro. O cotidiano, a cultura, a língua e o referencial de identidade implicam outra existência e realidade: o outro. A noção de tempo dos viajantes não é a mesma do outro. Seu tempo é o “tempo em viagem”, resguardado por uma visão eurocêntrica.

SAINT-HILARIE, POHL, GARDNER E CASTELNAU
NA PROVÍNCIA DE GOIÁS

As viagens dos naturalistas têm um marco na história da cultura da ciência no país. No Brasil, época da vinda da corte portuguesa, inaugura o período áureo para a ciência. D. Pedro II, conhecido na época como “*mecenas da Sciencia*”, era, particularmente, apegado às teorias científicas da época, sobretudo, às europeias. Procurava apresentar o país no exterior como um berçário para novas descobertas.

Von Martius, Saint-Hilaire, Castelnau, Agassiz, influenciados por Humboldt, tomaram a difícil decisão de ver o Brasil com “os próprios olhos”. A organização de tais viagens exigia meses de preparo: definir o itinerário, organização do material científico, provisões, ajudantes, cartas de recomendações do governo brasileiro e autoridades locais das regiões visitadas. A maior parte do financiamento dessas expedições partia dos governos europeus. Os que não recebiam esse tipo de fomento procuravam vender o material coletado a museus.

O incentivo, por parte dos governos estrangeiros, tinha como objetivo não apenas o desenvolvimento científico e cultural, mas também, a promoção do conhecimento sobre as potencialidades exploráveis dos países visitados e colonizados. As viagens eram marcadas por contemplações e observações da natureza. Por outro lado, relatavam as situações difíceis e inusitadas por que passavam: problemas como doenças, travessias de rios perigosos, picadas de animais e insetos, confrontos com índios, chuvas torrenciais. Ao mesmo tempo em que pareciam estar no paraíso, estavam no inferno.

Os interesses das viagens de Saint-Hilaire, Pohl, Castelnau e Gardner ao Brasil, no século XIX, foram estudos e pesquisas de caráter botânico, geomorfológico, zoológico, antropológico: conhecer os recursos naturais e o homem. Suas expedições eram constantemente acompanhadas de artistas como Louis de Choris e Thomas Ender. A iconografia e os relatos de viagem andavam juntos e tinham como intuito descrever o modo como os diversos elementos compunham cada lugar. Os desenhistas e pintores, nas expedições, aproveitavam seu trabalho para difundir o nosso país no exterior.

LÉXICO E SEMÂNTICA

Houve, por parte dos viajantes, pouco interesse em conhecer a Província de Goiás, o que pode ter sido consequência das dificuldades de acesso ao interior do país. Não só a localização geográfica, mas a própria situação socioeconômica da região não era propícia às visitas das expedições. A Província passava por uma crise decorrente da quase extinta produção aurífera, antes motivo de explosão demográfica. Agora, com a queda da atividade mineratória, Goiás vivia uma economia primária de subsistência, que aos olhos dos viajantes era a própria decadência. Insistiam em estabelecer “verdades”, a partir de suas visões deturpadas da realidade goiana. O fato de não compreenderem a realidade local impulsionou-lhes a emitir julgamentos e opiniões a partir de seus olhares etnocêntricos.

As memórias dos viajantes naturalistas à Província de Goiás, no século XIX, como Saint-Hilaire, Pohl, Gardner e Castelnau, quando faziam referência ao seu “descobrimento”, eram baseadas numa visão mítico-épica. Conforme Doles e Nunes (1992, p. 85), quando se referem à fase do descobrimento de Goiás, baseiam-se na tradição oral e em fontes oficiais. Num meio social tão limitado como o da fase inicial da ocupação, a transmissão oral prevalecia quase sempre sem a confirmação por parte das informações oficiais.

Os viajantes assimilaram a tradição oral e o seu caráter épico como “verdades”, resguardando os descobridores como heróis de uma época, descrevendo suas conquistas e a coragem de terem percorrido uma região considerada inóspita. Ao mesmo tempo, destacavam as dificuldades enfrentadas por eles: a busca pelo ouro, as batalhas sangrentas e cruéis que travavam com os índios. Ainda assim, são heróis e suas aventuras são lembradas e enaltecidas. Saint-Hilaire, no livro *Viagens às nascentes do São Francisco*, narra o heroísmo de Bartolomeu Bueno, caracterizando-o como destemido, forte e corajoso.

Em um dos trechos do seu livro, Pohl relata que as lendas das riquezas que os habitantes outrora extraíram da terra chegavam ao anedótico, aos limites do fabuloso, à exoticalização. Quanto à figura mítica de Bartolomeu, o viajante reafirma o olhar de Saint-Hilaire assinalando que Bartolomeu Bueno da Silva era igualmente muito ignorante, mas valente, astuto e de caráter perseverante.

LÉXICO E SEMÂNTICA

ouro e a preocupação demasiada com o quinto. É consenso entre os estudiosos que a decadência da Província de Goiás ocorreu no período após a mineração.

A falta de estradas e comunicações, a inércia da população e a questão racial criam, no imaginário dos viajantes, um confronto com suas visões de mundo, de progresso e civilização. Segundo Chaul (2001, p.51), eles chegavam à Província imaginando a região de Goiás um esplendor devido à mineração, que atrelara a região à cadeia da produção capitalista, elo presente na corrente do progresso.

Os viajantes europeus olhavam para Goiás e viam apenas um deserto de homens, sem estrutura e perspectivas de vida, sem estradas e meios de comunicações, inertes, parados diante do ócio, muito diferente das atitudes e valores da vida europeia. Perplexos diante da realidade que lhes ofuscava não conseguiam perceber as razões econômicas e sociais que levaram a Província àquela situação.

A GRAFIA DOS TOPÔNIMOS REGISTRADOS PELOS VIAJANTES NATURALISTAS NA PROVÍNCIA DE GOIÁS

O naturalista vê nas representações pictóricas, iconográficas e na retórica de suas narrativas, a oportunidade de descrever a ciência. Deseja “ver com os olhos”, descrever, compreender o ambiente físico e antropocultural: quer antes de tudo aguçar os outros sentidos: ouvir e sentir os fenômenos da natureza e da sociedade.

Como cientistas, sentiam necessidade de conhecer os nomes dos lugares, ou melhor, o porquê da etimologia desses nomes: fauna, flora, elementos geomorfológicos, cultura espiritual, os grupos indígenas e outros. Para isso, contavam com os documentos oficiais que encontravam nas igrejas, cartórios, bem como com os registros da tradição oral.

Como resultado de suas viagens e a publicação de seus relatos, esses homens-viajantes saíam de suas terras como aventureiros e retornavam como heróis. Ao produzirem suas narrativas, propiciaram a criação de uma imagem e impressão, pondo-se, ao mesmo tempo, como tradutores e intérpretes de uma realidade natural, física

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

e humana diferente das suas: a intenção era sempre realçar as diferenças.

Dos viajantes estudados, Saint-Hilaire foi o mais minucioso em relação à descrição dos topônimos brasileiros. Dedicado e preocupado com a possível confusão que poderia vigorar nas leituras e registros dos viajantes, realizou um trabalho que consistia em não alterar a nomenclatura geográfica brasileira, esforçando-se por registrar a grafia mais “correta” dos topônimos. Reconheceu, durante suas viagens, que havia nos textos e mapas topônimos descritos de várias formas. Talvez seja por isso que tece críticas à descrição toponímica dada por Pohl e Gardner. Esses viajantes, conforme a crítica de Saint-Hilaire, registravam de maneira equivocada certos topônimos referentes a localidades, nomes de grupos indígenas, rios, córregos.

Quando percebia as incoerências nas grafias dos nomes descritas, consultava as autoridades da região e recorria à etimologia das palavras. Sempre que possível utilizava o uso dado pela comunidade e o próprio bom senso. Faz referência ao General Raimundo José da Cunha Mattos, que deixou claro a necessidade de se conservar a nomenclatura já consagrada pelos habitantes do Brasil. Como exemplificação, Saint-Hilaire assinala sua preocupação com a grafia registrada por Pohl, que, por não ter o domínio da língua portuguesa, cometeu vários equívocos.

[...] Assim, não encontrando em sua língua uma letra correspondente ao *j* dos portugueses e dos franceses, ele escreveu *cashoné* ao invés de *cajoné*, e não *lhe* sendo possível reproduzir graficamente o som *nh* português ou do *gn* francês, ele registrou *tapanio* em lugar de *tapanho*. De resto, sou levado a crer que, à falta de um melhor conhecimento da língua portuguesa, ele tenha deixado escapar vários erros. Se, por exemplo, *itpé* quer dizer homem branco não é plausível que *itpé-pri*, evidentemente um composto de *itpé*, signifique criança em geral. (Saint-Hilaire, 1976, p. 68)

De acordo com os relatos do viajante, essas podem ser as causas que, de certa forma, proporcionaram confusões entre as grafias registradas por vários viajantes.

O processo de assimilação, que desempenha um papel fundamental no processo de evolução das línguas, pode ser reconhecido com um dos responsáveis pelo grande número de alterações fônicas nos exemplos coletados. A assimilação é um processo comum em

LÉXICO E SEMÂNTICA

que ocorre uma ação assimilatória, uma modificação de um fonema em virtude de uma aproximação com outro fonema vizinho. Desde que entre esses dois fonemas em contato haja traços articulatórios comuns.

Ex. 1 “[...] foi confiada a direção dessas aldeias aos jesuítas, que logo exerceram sobre o **Acroás** [...]”. (Saint-Hilaire, 1975, p. 62).

Ex. 2 “Gardner escreve erroneamente **Coroás** e Aldeia do Duro.” (Saint-Hilaire, 1975, p. 62)

Ex. 3 “[...] porecamecrãs, **coroados** ou **coroás** e **coroas-mirins** [...]”. (Pohl, 1976, p. 125).

A assimilação é resultante da influência que um fonema exerce sobre o outro. Nos exemplos descritos acima *acroás*, *coroás*, identificamos em *coroás* a supressão vocálica inicial, identificado pelo processo da aférese. Em seguida, a inserção de um fonema no meio de uma sílaba, permitindo a formação de uma sílaba CV pelo processo da assimilação vocálica. Em *coroados* a inserção de uma consoante e uma vogal epentética.

Saint-Hilaire, quanto ao registro do topônimo *Carajás*, afirma levar em consideração a pronúncia da região. Acrescenta que Casal designa essa mesma tribo pelo mesmo nome de Carajás, e nas Memórias de Pizarro é encontrada a grafia *Carajós*. E Pohl registra como *Carajaís*.

Ex. 4 carajás carajós carajaís

O topônimo *carajós* pode ser interpretado como um processo por analogia ao etnotopônimo *carijó*. Cria-se uma forma linguística nova ao lado de uma forma existente. Em *carajaís*, ocorre a inserção de uma vogal epentética.

Ex. 5 Quanto ao topônimo **Araguaia**, Saint-Hilaire esclarece que não há nenhum inconveniente em adotar o nome **Araguai** ao invés de Araguaia, “mas é preciso tomar cuidado, como já advertiu Balbi (Geografia Universal), para não confundi-lo com Uruguai ou Uruguai, como já aconteceu centena de vezes.” (Saint-Hilaire, 1976, p. 84). Castelnau descreve-o como **Araguay**, **Araguaia** ou **Araragoa**.

Nas descrições dos topônimos *Araguaia* e *Araguay* ou *Araguai*, dos dois viajantes, identificamos a opção gráfica do *i* pelo *y*. Também ocorre uma supressão da postônica final [a]. Identificamos também em *Araguai* a analogia que se faz com o próprio topônimo

Uruguai. Em *Araragoa* há a presença da reduplicação do morfema –*ra-*. Para Nide (*apud* Câmara Jr. 1964, p. 102 e 103), sua verdadeira natureza linguística é muito mais sutil e abstrata, pois não é a fração fônica que o constitui senão pelo fato dela se repetir. É um fenômeno interessante ligado às exigências da linguagem enfática e assenta no valor intensivo da repetição. Na maioria dos casos em que ocorre a repetição de morfemas acontece para fins expressivos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O olhar e o discurso dos viajantes naturalistas do século XIX no Brasil foram alguns dos elementos fundamentais na construção da identidade nacional e na constituição das representações que alicerçaram a visão que hoje temos do caráter sociocultural e geográfico brasileiro.

Saint-Hilaire, Pohl, Gardner e Castelnau, em suas andanças pela Província de Goiás, tinham sempre como perspectiva e espelho o olhar do “civilizador europeu” etnocêntrico. A cientificidade e racionalidade constroem os olhares desses naturalistas. Interpretam o ambiente a partir de si mesmo, dos seus próprios signos e significados, valores e visões de mundo europeu.

Em suas narrativas, motivados pelo próprio papel que desempenham, há uma preocupação, principalmente por parte de Saint-Hilaire, em certificar a grafia e até mesmo a pronúncia dos nomes dos lugares, rios, córregos, etc. Para ele, essa confusão poderia resultar numa incoerência que poderia prejudicar a leitura dos textos dos viajantes. Por isso, realizou um trabalho que, na sua concepção de estudioso, consistia em não alterar a nomenclatura geográfica brasileira, esforçando-se por registrar a grafia mais correta dos topônimos. Identificou em seus trabalhos que havia sido registrado, em mapas e textos encontrados em cartórios, igrejas e estabelecimentos, nomes descritos de várias formas.

Mesmo com as incoerências nos registros e pronúncias, Saint-Hilaire utilizou como parâmetro e “veracidade linguística” e a etimologia das palavras e, quando achava necessário, consultava as autoridades da região para saber o que era mais falado, escrito ou aceito pela comunidade.

LÉXICO E SEMÂNTICA

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Karylleila dos Santos. *Atlas toponímico de origem indígena do Estado do Tocantins*. Tese de Doutorado. 2006. Universidade de São Paulo.

CHAUL, Nasr Fayad. *Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade*. 2ª ed. Goiânia: UFG, 1992.

CHAUL, Nasr Fayad; RIBEIRO, Paulo R. (Org) *Goiás: identidade, paisagem, tradição*. Goiânia: UCG, 2001.

CORRÊA, Margarida Maria da Silva. Naturalistas e viajantes estrangeiros em Goiás (1800-1850). In: CHAUL, Nasr Fayad; RIBEIRO, Paulo Rodrigues (Orgs.). *Goiás: identidade, paisagem e tradição*. Goiânia: UCG, 2001, p. 75-121.

DICK, Maria. Vicentina de Paula do Amaral. *A motivação toponímica e a realidade brasileira*. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, 1990.

———. *Toponímia e antroponímia no Brasil: Coletânea de estudos*. 2ª ed. São Paulo: FFLCH/USP, 1999a.

DOLES, Dalísia Elizabeth; NUNES, Heliane Prudente. Memória da ocupação de Goiás na primeira metade do século XIX: a visão dos viajantes europeus. *Ciências Humanas em Revista*, Goiânia, UFG, vol. 3, nº 12, 1992.

GARDNER, George. *Viagem ao interior do Brasil, principalmente nas províncias do Norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836-1841*. Tradução Milton Amado. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1975.

PACACIN, Luís; MORAES, Maria Augusta Sant'Anna. *História de Goiás*. 5ª ed. Goiânia: UCG, 1989.

———. Ausência do índio na memória goiana. *Ciências Humanas em Revista*, Goiânia, UFG, vol. 3, nº 12, p. 59-70, 1992.

POHL, Joahann Emmanuel. *Viagem no interior do Brasil*. Tradução Milton Amado e Eugênio Amado. São Paulo: EDUSP, 1976.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

SAMPAIO, Theodoro. *O tupi na geografia nacional*. 5ª ed. corr. e aum. São Paulo: Ed. Nacional, 1987.

———. *Os naturalistas viajantes dos séculos XVIII e XIX e o processo da ethnographia indígena no Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria J. Leite, 1915.

SAINT-HILAIRE, August de. *Viagem às nascentes do rio São Francisco*. Tradução Regina Regis Junqueira. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1975.

———. *Viagem à província de Goiás*. Tradução Regina Regis Junqueira. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1975.

TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

———. *Nós e os outros: a reflexão francesa sobre a diversidade humana*. Tradução de Sergio Góes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

LÉXICO E SEMÂNTICA

EM BUSCA DE UMA CARACTERIZAÇÃO GERAL DO TOPÔNIMO

Ricardo Tupiniquim Ramos (UCSal, UFBA, UNEB)
tupinikim@ig.com.br

Embatem-se os teóricos sobre o que distingue o nome próprio do comum ou de espécie³:

A diferença entre um nome de espécie e um nome próprio poderia, então, ser formulada nos seguintes termos: um nome de espécie designa todo objeto, *qualquer que ele seja*, que, em função de um conjunto de qualidades, possa ser classificado como elemento da espécie. Tenha a espécie um ou mais membros (se algum membro tiver), todos serão designados pelo mesmo nome indiscriminadamente. Característico dos nomes próprios é, ao contrário, que por meio deles não é designado qualquer objeto de um certo tipo, mas um objeto singularmente determinado".(Brito, 2003, p. 27)

Essa é uma discussão antiquíssima, que remonta, por um lado, aos filósofos Crátilo, Hermógenes e Sócrates, personagens do diálogo platônico intitulado *Crátilo* e, por outro, ao gramático grego Dionísio de Trácia, para quem o nome próprio designa um ser individual. Esta noção é quase um lugar comum em muitos estudos posteriores, como demonstra a citação anterior (Brito, 2003) e as seguintes:

Um substantivo que é próprio de um ser, nada denotando das suas propriedades e, se aplicado a outro, é por coincidência fortuita (Câmara Jr., 1986, p. 227).

A melhor definição linguística de um nome próprio é a tradicional, pela qual os substantivos se dividem em comuns ou apelativos (ideia geral), ou próprios (ideia individual). (Moran, *apud* Donada, 200[?])a).

Contudo, segundo Ulmann (1973, p. 152), a noção de nome próprio que perpassa esses conceitos não considera:

[...] o fato de que muitas pessoas diferentes e não relacionadas, e mesmo vários lugares diferentes, podem ter o mesmo nome. Se, por outro lado, a fórmula for tomada no sentido de que a maioria dos nomes próprios se usa na fala efetiva como referência a uma pessoa ou coisa es-

³ Devemos registrar que discordamos de alguns estudiosos, como Brunot (*apud* Donada 200[?]), para quem "a distinção entre nome próprio e comum é frágil e convencional", logo, irrelevante para os estudos toponímicos.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

pecífica, então este critério coincide com o seguinte que exprime a mesma ideia em termos mais precisos”.⁴

O critério referido na citação acima é o da identificação, proposto, entre outros, pelo filósofo John Stuart Hill, para quem:

Um nome próprio não é mais que uma marca sem significado que relacionamos na nossa mente com a ideia do objeto, na intenção de que sempre que a marca se encontre com os nossos olhos, ou ocorra à nossa memória, possamos pensar naquele objeto individual. (Hill 1859, *apud* Ulmann, 1973, p. 153)

Isto significa que o nome próprio, diferentemente do comum, nada significa; ele identifica o ser ou o lugar a que se refere, aponta para ele, exercendo quase uma função dêitica:

Os nomes próprios não são conotativos: designam os indivíduos que por eles são chamados; mas não indicam nem implicam nenhum atributo como pertencentes a estes indivíduos. [...] Os nomes *próprios* [...], não têm, estritamente falando, nenhuma significação. (Hill 1859, *apud* Ulmann, 1973, p. 154)

Moran (*apud* Ulmann, 1973) reforça a ideia de ausência de significado lexical no nome próprio, afirmando que seu sentido já não é o etimológico original, mas a realidade sincrônica e atual que denomina, ou seja, o específico ser ou lugar referente. Também neste sentido, Altson argumenta:

A muitos parece que os nomes próprios têm uma estrutura semântica idealmente transparente. Eis a palavra ‘Fido’ e lá está o cão que a palavra nomeia. Tudo está perfeitamente claro. Nada há de oculto ou misterioso. O significado da palavra é constituído simplesmente pelo fato de ela ser o nome do cão. [...] Uma explicação mais perspicaz dos nomes próprios mostraria que este modelo é singularmente infeliz para uma explicação do significado. É discutível se se pode dizer corretamente que os nomes próprios tenham significado. Os dicionários não lhes assinalam significados. Alguém que não saiba de que é o nome Fido nem por isso é deficiente em sua compreensão do português, como certamente o seria se não soubesse o que ‘cão’ significa. (Altson, 1977, p. 27)

Por sua vez, Sir Alan Gardiner (*apud* Ulmann, 1973) aceita a identificação como propósito essencial dos nomes próprios, mas acrescenta a este outro critério, o do som distintivo, conceituando o nome próprio como

⁴ Para manter o registro da escrita, na transcrição de trechos desta e de outras obras editadas em Portugal, estamos utilizando a grafia brasileira das palavras.

LÉXICO E SEMÂNTICA

[...] uma palavra ou grupo de palavras a que se reconhece a posse de uma identificação como seu propósito específico e que consegue, ou tende a conseguir, esse propósito por meio do seu som distintivo, sem considerar qualquer significado possuído por esse som desde o início, ou por ele adquirido por meio da associação com o objeto ou objetos assim identificados. (Gardiner, *apud* Ulmann, 1973, p. 156)

Ulmann (1973) apresenta, ainda, uma série de peculiaridades gramaticais (a sintaxe do artigo e de outros determinantes, a quase total ausência de pluralização nos nomes próprios, etc.) que se refletem na diferença semântica e funcional entre os nomes próprios e os comuns, mas de alcance limitado ou estão já implícitos na função identificadora dos nomes, o que o leva a concluir que:

A diferença essencial entre os substantivos comuns e os nomes próprios reside na sua função: os primeiros são unidades significativas, os segundos, simples marcas de identificação. Este critério pode ser completado pelo fator importante, mas não muito rigoroso, da distinção fonética. (Ulmann, 1973, p. 160)

Contudo, outros estudiosos defendem o caráter significativo dos nomes próprios, entre eles Ionescu (*apud* Donada [200(?)]), para quem os nomes próprios são unidades significativas por poderem ser núcleo de hipersemanticidade, fenômeno muito característico da palavra poética.

Além disso, um estudo da história dos nomes próprios lhes aponta por origem os nomes comuns. Segundo Ulmann (1973, p. 164), “quando um substantivo comum se transforma num nome próprio, a mudança pode ser acompanhada por uma restrição no seu alcance, mas não é necessariamente o caso”. É o que se verifica entre os antigos romanos, por exemplo, que costumavam dar o nome de Claudius (“manco”, em latim) aos garotos nascidos com uma perna menor que a outra; outro exemplo dessa época é o nome do filho adotivo do imperador Claudius, Germanicus, atribuído por ter o infante nascido próximo às fronteiras do Império com a Germânia durante um período de guerras entre romanos e germânicos.

Nesses e em outros casos em que os elementos constitutivos do topônimo mostram um vínculo entre ele e seu referente – traduzidos por referências de cor, forma, tamanho, constituição natural, etc. (como, por exemplo, Barro Preto, Caldeirão Grande, Capim Grosso, Floresta Azul, Lajedão, Lajedinho, Malhada de Pedras etc.) –, diz-se

que ele adquire uma configuração icônica, tornando-se uma projeção aproximativa do real.

Por sua vez, alguns topônimos ainda mostram claramente marcas de seu significado original como nomes comuns (Casa Nova, Juazeiro, Barra etc.); outros, embora menos transparentes, têm, pelo menos, algum elemento analisável (Tabocas do Brejo Velho, Campo Alegre de Lourdes, Salinas da Margarida); muitos outros nomes tornaram-se inteiramente opacos, embora o etimologista possa reconstruir ou, pelo menos, conjecturar o seu processo de formação (caso dos topônimos de origem Tupi).

Do até agora dito, percebe-se que a grande controvérsia teórica em torno da natureza dos nomes próprios está em entender como eles desempenham o papel de “estar por” objetos, ou seja, como eles cumprem sua função de, na língua e pela língua, representar os objetos que designam. Inicialmente, Brito (2003) chama referenciais as teorias que tentam explicar como os nomes próprios referem sem levar em conta o contexto de uso desses termos e identifica entre elas dois agrupamentos:

1) teorias descritivas – representadas, entre outras, pelas de Ionesco, Donada, e Frege –, pelas quais:

a) os nomes próprios têm sentido e é somente por meio deste que eles podem desempenhar seu papel de “estar pelos” objetos que designam;

b) a vinculação entre os nomes próprios e seus sentidos se dá de maneira indireta, oblíqua, mediante as descrições, que funcionam como um processo analítico das propriedades dos objetos referidos pelos nomes; e

2) teorias causais ou de referência direta – representadas, entre outras, pelas de Stuart Mill, Kripke –, pelas quais:

a) os nomes próprios não têm sentido e não podem ser sinônimos de descrições definidas;

b) a identidade entre o nome e seu objeto seria uma relação interna, uma propriedade do objeto, independentemente de como ele seja descrito.

LÉXICO E SEMÂNTICA

Em seguida, Brito (2003) lança críticas às duas correntes de teorias referenciais: para ele, se, por um lado, as teorias causais teriam invertido a ordem das coisas, pretendendo que a designação rígida seja um uso primitivo e necessário dos nomes; por outro, as teorias descritivistas teriam pecado por considerarem a vinculação dos nomes próprios a descrições unívocas como condição necessária para o uso bem-sucedido desses nomes.

Enfim, com base na ideia descritivista de mediação inevitável das descrições no processo referencial dos nomes próprios e na dimensão social imputada a esse mesmo processo pelas teorias causais, Brito (2003) elabora sua teoria de usos dos nomes próprios, pela qual eles cumprem sua função referencial de diferentes maneiras, conforme o modo pelo qual as descrições a que se vinculam identificam o referente:

Nomes próprios dão mostra de que, como as expressões dêiticas e indexais, também dependem de algum modo do contexto de uso para exercerem sua função, de sorte que refiram seus objetos independentemente da natureza e constituição deles. Mas nomes próprios também se ligam a seus portadores específicos, mesmo a despeito do contexto e, assim como as descrições definidas, parecem vincular-se aos seus objetos por causa da natureza particular deles. (Brito, 2003, p. 37)

Assim, para este estudioso, mediadas por descrições, as regras e convenções de uso determinam o uso bem-sucedido de um nome próprio.

Embora, sem dúvidas, interessante, essa teoria de usos parece-nos pecar em dois de seus fundamentos: não explica claramente o que define por uso e situa em campos de oposição os diferentes tipos de teorias referenciais a nosso ver, complementares. Fundamentemos esta última crítica.

Segundo metáfora de Susan Haack (*apud* Cabrera, 2003), as teorias descritivistas pescam objetos com redes de sentidos (as descrições), enquanto as causais, com arpões, espetando-os diretamente. Contudo, assim como se pode pescar um peixe com rede ou com arpão, pode-se estabelecer uma teoria de intenção referencial que reúna o melhor das teorias referenciais. Para tanto, “precisaremos de arpão para fixar intencionalmente *um* objeto e da rede para entender de que objeto se trata, quais são as suas características” (Cabrera, 2003, p. 16), numa espécie de “fixação discursiva (...) para sabermos acerca

de que estamos atribuindo propriedades” (idem). Assim, é necessário trabalhar com uma noção fraca de constância referencial intencional e conservar a ideia de que o acesso aos objetos pode ser mediado pela descrição de suas características, afinal “indicações sem predicções são vazias, predicções sem indicações são cegas” (Cabrera, 2003).

Essas considerações nos levam a conceber:

1) os nomes próprios como signos linguísticos especiais, dotados de:

a) significante;

b) significado etimológico mais transparente ou mais opaco, a depender de uma série de dados extrínsecos ao sistema (por exemplo, conhecimento especializado do usuário); e de

c) uma função dêitica – identificar o ser ou lugar referido; e

2) o topônimo⁵ como o nome próprio⁶ que serve para distinguir – portanto, identificar –, um local preciso e único (acidente físico ou antrópico), num contexto concreto.

Esse conceito se aproxima do de outros especialistas, que detalham a análise dessa modalidade específica de nome próprio. Assim, por exemplo, Dorion (*apud* Donada (200[?])a) afirma que nomear um lugar é escolher um signo que permitirá, ao nível da comunicação, localizar um espaço e um local determinado. Este signo, falado antes que escrito, é um semantema, uma unidade de sentido que deriva do ato nomeante que, ao seu turno, expressa um relato de percepção, afeição, posse ou finalidade, cheio de temor ou de cobiça, entre nomeador e nomeado.

⁵ Alguns atribuem a topônimo o sentido de nome genérico de lugar, designativo de um espaço ou forma qualquer de entidade geográfica, de natureza pontual, linear ou espacial, terrestre, submarino ou extraterrestre. Contudo, a esse sentido imputamos o termo corônimo.

⁶ Em sua origem, o topônimo seria um nome comum que se tornou próprio, sem que o falante perceba essa mudança, por isso mesmo é agora propriedade de ninguém e de todos: “O fato de que toda a sociedade, em princípio, seja depositária do patrimônio linguístico que constitui os nomes de lugar levou alguns autores a questionar sua ‘pertinência’.” (Donada ([200(?)]b)) A este respeito, Dorion (*apud* Donada (200[?])a) fala da *memória coletiva* como ponto de referência fundamental em relação com a natureza do topônimo.

LÉXICO E SEMÂNTICA

Dada à dimensão geográfica do topônimo, muitos toponimistas lhe atribuem uma função descritiva⁷. Contudo, Donada (200[?])c alerta:

Que os nomes de lugar (ou, mais concretamente, uma parte importante dos nomes de lugar) tenham uma determinada carga descritiva, ou possam ser considerados ‘descrições’ não impede que se possa fazer o raciocínio inverso: apontar que nem sempre que se esteja diante de um nome de lugar de pretensa aparência descritiva, deve-se crer, com efeito, que essa descrição realmente exista.

Essa mesma dimensão geográfica torna irrelevante a distinção entre conotação e denotação apresentada por Hill (1959) quanto aos nomes próprios em geral, pois:

Se partirmos do princípio de que qualquer topônimo em vigor significa alguma coisa, deveremos concluir que não há sentido, neste caso, em se falar de conotação ou denotação: um conceito coincide com o outro; o nome (como fato linguístico) denota e, às vezes, conota aquilo a que se refere, ou seja, um determinado lugar. Que um nome ‘signifique’ um lugar pode parecer muito forçado do ponto de vista estritamente semântico (ou linguístico); mas não o é tanto se partirmos do princípio de que, para a geografia, a correspondência entre nome e lugar é pressuposta sempre. Uma outra coisa é abordar o problema a partir do duplo aspecto de espaço e tempo. Concretamente, a introdução da dimensão temporal complica a questão, porque, como pudemos assinalar, o parâmetro ‘espaço’ do topônimo está subjacente a possíveis modificações ao longo do tempo. (Donada (200[?])a)

Parte desta discussão tem a ver com as ideias ainda mal delimitadas entre os filósofos acerca de espaço e lugar. Assim, por exemplo, Aristóteles considera lugar uma propriedade não-inerente às coisas nem pertencente à sua substância, definível como um “de estar em”; já Bérghson, uma propriedade das coisas, se bem que, muito mais geral que qualquer outra. Para Russel, é impossível formular um conceito de lugar que tenha uma significação universal, descontextualizada, porque todo o nosso conhecimento da realidade se irradiava de um centro espaço-temporal, a pequena região que ocupamos no momento presente. Essas reflexões nos permitem explicitar um

⁷ Entende-se como descrição a técnica que proporciona certos conhecimentos de uma coisa pelos acidentes que lhe são próprios e a determinam o suficiente para permitir diferenciá-lo de outros. Aplicada à geografia, descrição deve ser entendida como aquilo que proporciona certos conhecimentos de um território a partir dos traços que lhe são próprios e permitem individualizá-lo e distingui-lo de outros territórios.

problema consubstancial do conceito de topônimo: a relatividade conceitual que afeta, intrinsecamente, suas duas noções componentes: a de nome próprio e a de lugar.

Talvez Dorion (1989, *apud* Donada (200[?]a)) apresente uma solução para esse problema, quando relaciona o conceito de topônimo, à percepção humana e à significação do espaço, chegando às seguintes proposições:

- nem sempre os topônimos significam exclusivamente espaço;
- atendendo ao princípio da excepcionalidade, característica geral e paradoxal dos topônimos, diante de um fato típico, o topônimo tende a nomear um fato excepcional;
- o topônimo manifesta uma determinada perspectiva de observação que não tem de coincidir com nenhum outro;
- em decorrência disso, a variedade de topônimos surge da relação entre elementos geográficos de caráter linear que admitem, logicamente, uma grande diversidade de pontos de vista.

Assim, a toponímia é um fiel reflexo das realidades do território, das inter-relações entre seus aspectos físicos e humanos, e de suas transformações sucessivas, materializando sua relação com o mesmo em dois níveis ou sentidos diferenciados:

1) no sentido comum, refere-se de um modo genérico ao espaço; ou, de outro modo, são nomes que conceituam o espaço sem individualizá-lo, o que permite introduzir o conceito de nome comum geográfico (corônimo), que são, geralmente, a base de formação dos nomes de sentido próprio⁸; e

2) no sentido próprio, são nomes que, conceituando ou não o espaço, o individualizam ou singularizam, o que permite introduzir o conceito de nome próprio geográfico (topônimo), que podem ser transparentes (refletem de modo direto um fato real) ou opacos.

⁸ Esta relação ou correspondência é mais difícil de estabelecer, particularmente, quando o nome próprio se forma a partir de palavras procedentes de sistemas linguísticos diferentes ou de etimologias complexas.

LÉXICO E SEMÂNTICA

Um último problema relativo a este tópico refere-se à conexão entre a ideia genérica de marginalidade geográfica e alguns toponímicos. Verifica-se que a toponímia pode refletir certas condições de marginalidade física (alusão aos espaços fisicamente afastados do que se considera centro) ou socioeconômica (referência a um espaço cujos índices demográficos e de desenvolvimento socioeconômico geralmente o situam numa clara posição de desvantagem e dependência em relação ao espaço central).

De toda a discussão precedente, podemos resumir o seguinte:

1) o topônimo possui ampla transcendência a múltiplos níveis e suscetibilidade de afetar, em maior ou menor grau, uma numerosa coletividade de usuários;

2) além de fenômenos linguísticos, os topônimos são também fenômenos históricos, já que seus conteúdos fazem referência a uma realidade sócio-histórica em cujo contexto se dá nome aos fatos ou acidentes geográficos naturais ou antrópicos;

3) os topônimos são um testemunho relevante e eloquente do passado: nascem numa determinada época histórica e numa determinada etapa de desenvolvimento de uma língua; mas, por sua vez, ao longo do tempo, sofrem mudanças de forma, inclusive, às vezes, de conteúdo;

4) muitos topônimos se difundem seguindo acontecimentos históricos como as migrações de povos, as guerras de conquista e, em geral, qualquer tipo de contacto inter-étnico; portanto, são parte de nosso patrimônio cultural, e sua abordagem se fará a partir dos pontos de vista da história, da antropologia social, da linguística antropológica e da geografia;

5) apesar de o signo toponímico se inserir entre os demais signos no sistema linguístico, há algumas diferenças que precisam ser consideradas:

- é um enunciado linguístico originalmente extraído da língua viva e selecionado por um denominador, individual ou coletivo, que o interpreta de acordo com os conceitos, valores, intenções, códigos e usos do seu grupo, para torná-lo um possível referente para o receptor;

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

- de maneira geral, sua adoção é motivada pela realidade circundante, que é valorizada pelo denominador no momento da nomeação, o que contraria, em parte, a tese da arbitrariedade do signo linguístico, tornando-o um signo linguístico especial;
- além disso, quando seus constituintes formais evidenciam um vínculo entre ele e seu referente, adquirem uma configuração icônica, tornando-se uma projeção aproximativa do real;
- ao longo da história, seu significado original pode tornar-se gradualmente opaco devido ao distanciamento do motivo de sua adoção;
- sua manutenção, a despeito do desaparecimento de sua motivação semântica, faz dele um fóssil linguístico, uma expressão linguístico-social que reflete aspectos culturais de um núcleo humano (pré)existente;
- sincronicamente, sua função é antes identificar que significar; contudo, o estudo especializado pode resgatar-lhe o significado original ou ele pode, ainda, ser ressemantizado, ou seja, adquirir novos sentidos.

REFERÊNCIAS

- ALSTON, William P. *Filosofia da linguagem*. Tradução: Álvaro Cabral. 2ª ed. rev. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.
- BRITO, Adriano Naves de. *Nomes próprios: semântica e ontologia*. Brasília: UnB, 2003.
- CABRERA, Julio. O arpão e a rede: modos de pescar objetos. In: BRITO, Adriano Naves de. *Nomes próprios: semântica e ontologia*. Brasília: UnB, p. 9-17. [Prefácio], 2003.
- CÂMARA JR., Joaquim Mattoso *Dicionário de linguística e gramática*. 13ª ed. Petrópolis: Vozes, 1986. (Em sua 1ª edição, publicada pelo MEC através do Centro de Pesquisa da Casa de Rui Barbosa, esta obra tinha por título *Dicionário de fatos gramaticais*).
- DONADA, Joan Tort. *La toponímia com a camp de coneixement interdisciplinari: algunes bases teòriques i epistemològiques per a l'es-*

LÉXICO E SEMÂNTICA

tudi dels noms de lloc, [200..]a. Disponible em:
www.ub.es/geocrit/nova.htm. Acesso: 27/05/2005.

DONADA, Juan Tort. *Toponímia y território: los nombres de los núcleos de población de la comarca del Baix Camp, Tarragona, desde una perspectiva onomasiológica*, [200..]b. Disponible em:
www.ub.es/geocrit/nova.htm. Acesso: 27/05/2005.

DONADA, Juan Tort. *Toponímia y marginalidad geográfica: los nombres de lugar como reflejo de una interpretación del espacio*, [200..]c. Disponible em: www.ub.es/geocrit/nova.htm. Acesso: 27/05/2005.

DONADA, Juan Tort. Los cambios de nombre de los municipios durante la revolución y la guerra civil españolas (1936-1939): el caso de Cataluña. **In:** *SCRIPTA NOVA*: revista electrónica de geografía y ciencias sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, 2003, 7(133), 15/01. Disponible em: www.ub.es/geocrit/sn/sn-133.htm. Acesso: 27/05/2005.

ULMANN, Stephen. *Introdução à semântica*. 3ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1973.

**ESTRANGEIRISMO
NA COMUNICAÇÃO DA REVISTA *VOGUE BRASIL***

Miguel Ventura Santos Gois (UNIT)

mvs3001@gmail.com

INTRODUÇÃO

O estrangeirismo é uma constante nos processos culturais em todo o mundo: a análise do papel da aquisição de empréstimos linguísticos permeia os processos de colonização e as migrações, numa miscigenação cultural que se processa geralmente sem a voluntariedade de mudanças na vida social, por parte dos moradores de um local.

As manifestações culturais dominantes receberam, durante séculos, contribuições advindas da chegada de outros povos, da importação de objetos, da utilização constante de termos associados a ações ou a expressões estrangeiras. Não há, entretanto, uma uniformidade em relação a se quantificar essa prática.

A representação de discursos, vozes, pensamentos, ideias das classes sociais dentro de revistas e de jornais nas sociedades modernas é evidente e tentando analisar estes discursos e pensamentos é que este trabalho tem como intuito verificar as estratégias de discurso da revista de moda *Vogue Brasil*, levantando o uso dos estrangeirismos em língua inglesa que são feitos na revista, observando o editorial de moda da revista e como estes são representados na sua comunicação.

A pesquisa está sustentada justamente na ideologia da comunicação dessa revista ao recorrer sempre, a palavras que são vindas de outros países, que interferem totalmente na leitura do leitor. O que podemos ter dessa forma é a vinculação ideológica de uma determinada classe, uma vez que a revista está direcionada ao público da classe A e que está retratada de forma exagerada dentro da revista que usa estrangeirismos vindos da língua francesa ou da inglesa. Este trabalho discute questões como cultura, multiculturalismo, globalização, identidade e as questões linguísticas para a língua portuguesa diante do uso desses estrangeirismos. Para o presente estudo utilizou-se a análise dos editoriais das publicações da Revista *Vogue* no perí-

LÉXICO E SEMÂNTICA

odo de novembro de 2006 a novembro de 2007 a fim de se identificar a presença de empréstimos linguísticos.

LINGUÍSTICA E ESTRANGEIRISMOS

Um empréstimo representa generalizadamente a utilização de algo que pertença a outrem. Uma unidade lexical estrangeira, ao integrar a língua nacional, representa um empréstimo linguístico. A esse neologismo intitula-se estrangeirismo. À medida que passa a fazer parte da língua nacional, não mais sendo considerado estranho, esse empréstimo passa a constar, inclusive, nos dicionários. Para Garcez e Zilles:

Estrangeirismo é o emprego, na língua de uma comunidade, de elementos oriundos de outras línguas. No caso brasileiro, posto simplesmente, seria o uso de palavras e expressões estrangeiras no português. Trata-se de fenômeno constante no contato entre comunidades linguísticas, também chamado de empréstimo. A noção de estrangeirismo, contudo, confere ao empréstimo uma suspeita de identidade alienígena, carregada de valores simbólicos relacionados aos falantes da língua que originou o empréstimo (Garcez; Zilles, 2004, p. 15).

Considerando-se que a escolha do vocabulário na construção de um discurso depende de fatores subjetivos, ressalta-se a importância que o emissor atribui ao emprego de vocábulos de outra língua. Distinguem-se claramente a necessidade de emprego de estrangeirismos e a opção pelo uso como forma intencional de estruturar um discurso.

Os períodos mais recentes, não obstante, indicam uma grande influência da língua inglesa no Brasil, mesmo que não se configure resultado de processo migratório. Há de se destacar que se evidencia uma presença maciça de vocábulos advindos da língua inglesa, por influência norte-americana, no país. Essa presença revela uma crescente absorção da cultura norte-americana, generalizadamente, como fruto do desejo de se estruturar um padrão de vida baseado no cotidiano americano. Evidencia-se um comportamento coletivo que permite às diversas áreas sociais e econômicas a exploração desse desejo como forma de imposição de determinados produtos, como é o caso da moda.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

No que concerne à adoção maciça de vocábulos da língua inglesa, pode-se vislumbrar uma intencional utilização do estrangeirismo como busca de identidade cultural. Os Estados Unidos, metáfora de um excelente padrão de vida, estariam representados em seus vocábulos, como se estes fossem ícones daqueles. Infante (2001, p. 193) destaca que atualmente, na língua portuguesa do Brasil “a maior fonte de empréstimos é o inglês norte-americano”.

Uma vez que a economia e o mercado tenham se tornado globalizados, os produtos e os processos tecnológicos, uniformizados, exigem a utilização de termos e de vocábulos de compreensão também global. Mas não se trata apenas de uma necessidade econômica ou de trabalho: as comunidades globais também interagem por meio de uma universalização de linguagem que certamente privilegia uma língua mais elitizada em detrimento de outra considerada menor expressiva.

Dissolvidas as fronteiras políticas, novos contornos encerram agrupamentos cujos indivíduos aprendem a usar, em qualquer parte do mundo, uma linguagem única. Assim acontece com o universo jovem de conversação pela rede mundial de computadores, com o mundo da moda e da beleza. Essa comunicação global reconhece no empréstimo linguístico a mais eficaz e eficiente ferramenta.

Em se tratando de emprego de estrangeirismos na língua portuguesa, é importante ressaltar que, se, num primeiro momento, o empréstimo linguístico se fez necessário, principalmente, pela falta de vocábulos na própria língua, ou mesmo pela necessidade de se empregarem termos universalizados, em outros momentos o que se verifica é a opção pelo estrangeirismo como representação simbólica de valores.

Trata-se de uma identificação social ou cultural por meio de adoção de determinados símbolos no discurso – no caso os empréstimos, como ferramenta de identificação entre o objeto do discurso e a sua valorização atribuída à menção de uma língua considerada elitizada.

LÉXICO E SEMÂNTICA

A IMPORTÂNCIA DA LÍNGUA NO CONTEXTO SÓCIO-CULTURAL

Como entidade social a língua, é definida como “[...] um conjunto de regras fonológicas, morfológicas, sintáticas e semânticas, que determinam o emprego dos sons, das formas e relações sintáticas, necessárias para a produção dos significados” (Lopes, 2001, p. 58). Este conceito difere da definição dada por Elia, em que se lê que “[...] língua é o falar de uma comunidade, estruturalmente diferenciado, portador de apreciável tradição cultural e reconhecido oficialmente por um Estado como forma de comunicação em suas relações internas e externas” (Elia, 2000, p. 28).

Entre a língua e a sociedade pode-se perceber que há um mundo de signos linguísticos e inúmeras possibilidades comunicativas que irão formar as mensagens, ou seja, os sons, os gestos, as imagens estarão associados à língua, ligando-a não somente às relações diárias, mas também aos meios de comunicação de massa e à vida cultural, científica ou literária, passando a estabelecer um contrato social.

A relação entre a cultura e a linguagem, tão ampla quanto complexa, abrange desde a consideração de que as estruturas linguísticas possam se edificar a partir de uma situação cultural até a afirmação, em sentido contrário, de que os costumes linguísticos de determinados grupos tenham moldado fundamentalmente a cultura desses povos. Ou seja, a linguagem modifica a cultura e esta modifica aquela.

A facilidade de deslocamento e os avanços tecnológicos, enfaticamente nos meios de comunicação, tornaram essa troca constante e intensa, de modo que se passou a encontrar elementos de uma determinada cultura em outros locais ou em todo o mundo. Nesse ponto, a relação cambial não se processa igualmente, mas depende da influência que uma sociedade exerce sobre a outra.

O discurso, desse modo, torna-se elemento de disseminação de valores e de ideologias de uma sociedade, de modo que as sociedades receptoras não apenas aceitem, mas passem a adotar a influência desse grupo social. Para Barros:

A ideologia dominante é tão abrangente que torna as demais organizações do saber fragmentárias e muitas vezes contraditórias, pois incorporam elementos da representação dominante. O grau de coerência e abrangência dos sistemas ideológicos não é, assim, o mesmo nas diferentes concepções de mundo (Barros, 2001, p. 150).

Essa influência pode ter muitos significados, uma vez que as relações entre os grupos sociais se fazem não apenas por interesses econômicos. Mas em qualquer situação é a cultura que acaba se transformando, acrescentando ou modificando elementos. Embora a língua não sofra influência na mesma intensidade, modificações surgem – como é o caso dos empréstimos linguísticos ou do estrangeirismo.

MODA E ESTRANGEIRISMOS: A LINGUAGEM NAS REVISTAS DE MODA

O mercado da moda produz um conjunto de informações que orientam costumes e comportamentos e variam no tempo e na sociedade, ditando-se tendências e modificando o comportamento do indivíduo sobre seu vestuário. Adotar empréstimos linguísticos no mercado de moda representa afirmar a valoração de determinados conceitos diante de uma sociedade.

Um consumidor pode, em muitas situações, enfrentar a rejeição de seu grupo ou se sentir constrangido por não se adaptar às concepções dos demais, uma vez que “as pessoas compartilham certos valores culturais e crenças fortemente enraizadas sobre o modo como o mundo deve ser estruturado” (Solomon, 2002, p. 23). Esses valores culturais e essas crenças estabelecem a formação de grupos, mas, “como as pessoas representam muitos papéis diferentes” (Solomon, 2002, p. 24) essa formação permeia a possibilidade de participação de outros grupos, modificando-se suas decisões de consumo.

Nesse caso, a língua estrangeira representa não apenas a valoração do domínio de uma segunda língua, mas a adoção de símbolos de outra sociedade, muitas vezes por ser esta mais próspera, ou melhor, desenvolvida que a pátria do falante. Muitas palavras de origem inglesa, por exemplo, já pertencem ao vocabulário da moda, tornando-se bastante difícil excluí-las desse contexto.

LÉXICO E SEMÂNTICA

As construções ideológicas presentes em textos midiáticos demonstram a afirmação de valores que se impõem ao público. Muito se utiliza, por exemplo, imagens de modelos fotográficos como ícones do padrão de beleza que deve imperar. Acompanhando essa imposição, o emprego da linguagem constrói o apelo à prática do consumismo e o incentivo à adoção desses padrões.

A análise dos discursos da mídia explicitam toda a prática social de produção de textos voltada para o incentivo ao consumo. Isso significa que todo discurso midiático, além de ser uma construção social, não individual, envolve um contexto histórico-social de valores e suas condições de produção excedem a função apelativa da linguagem. Os discursos voltados para o consumo da moda refletem uma visão de mundo determinada, necessariamente vinculada à aceitação dos valores impostos por centros de moda.

ESTRANGEIRISMOS NA REVISTA VOGUE

Dentro da perspectiva do uso da língua como símbolo de cultura, analisa-se o uso dos estrangeirismos na revista *Vogue Brasil*, observando-se o uso de tais termos no Editorial da revista. Para tanto será analisada a revista durante o período de um ano, entre os meses de novembro de 2006 e novembro de 2007, buscando-se evidenciar e destacar o uso de termos de língua inglesa na revista.

A edição de número 340 da *Vogue*, de novembro de 2006, traz em seu editorial os empréstimos *jet set* e *stylist*; a de número 341, de dezembro de 2006, apresenta os vocábulos *glamour*, *glam rock* e rainha *fashionista*. Observe-se que nesse último caso ocorre uma flexão de estrangeirismo empregando-se morfemas da língua portuguesa – *fashion* + -ista. Em janeiro de 2007, na edição de número 342, a *Vogue* traz dois casos interessantes de empréstimos linguísticos: silhueta *slim* e *looks* urbanos. O primeiro é a utilização de um adjetivo estrangeiro acompanhando um substantivo português e o segundo, de um substantivo estrangeiro acompanhado de um adjetivo português.

Nas edições de fevereiro de número 343 e março de 2007 de número 344 encontramos na primeira delas a ocorrência dos empréstimos *glamour*, *hi-lo*, *skinny*, *sexy* e *looks*. Na outra há os estrangei-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

rismos *tweeds*, *prêt-a-porter*, *looks*, *fashionistas*, *high-tech*, *skinny*, *bota hard* e *supersexy*. Destaca-se aqui a falta de critérios, por parte dos usuários da língua, em relação à adoção dos estrangeirismos. Alguns são simplesmente adotados, outros sofrem mutações e hibridismos muitas vezes não percebidos inclusive por quem fez uso da flexão.

A edição de número 344 publicada em abril de 2007 não apresenta estrangeirismos no seu editorial, mas na edição 345 de maio de 2007 apresenta os vocábulos *look* urbano e *leggings*. A observação sequencial das edições permite inferir que não existe uma obrigatoriedade de uso demasiado de empréstimos e que muitos deles se repetem, como é o caso de *look*, pela simples necessidade de se empregar o vocabulário que acompanha a moda.

A edição número 346, de junho de 2007, bem exemplifica a integração sintática dos estrangeirismos nas estruturas frasais da língua nacional: “Vivemos um momento discreto na moda, em que a elegância dá o tom, e *stylists* investem em meias de látex[...]” (Carta, 2007a, p. 19). O vocábulo *stylists*, que poderia ser substituído pelo seu equivalente *estilistas*, torna-se sujeito numa oração em que apenas ele é estranho, e a leitura se integra de forma natural.

Julho de 2007 traz, na edição número 347, uma série de vocábulos emprestados: calças *skinnies*, *looks*, *hi-lo*, *hard-chic*, *high-tech*, *must-have*. O editorial da revista *Vogue* de agosto de 2007, edição nº 348, novamente apresenta empréstimos: “Camila encarna o mundo *fashion* com vigor e seriedade [...]. E o *smoking* é a referência para *looks* masculinos[...]”. O primeiro deles é uma adjetivação equivalente à locução “da moda” (Carta, 2007b, p. 23). O uso de *smoking* em vez de terno, paletó ou equivalente em língua portuguesa garante a sofisticação do produto. Do mesmo modo, o emprego da palavra portuguesa equivalente a *look* - visual – provavelmente não agradaria ao público leitor da revista.

Em sua edição de número 349, de setembro de 2007, a revista *Vogue* apresenta os seguintes estrangeirismos: *hype*, *streetwear*, *status do look*, *skinnies*. *Hype* significa “o máximo”, o que na moda poderia ser identificado como o que há de mais novo, o ponto alto da moda. O vocábulo *streetwear* indica as roupas voltadas para o cotidiano, roupas “de rua”. Ao se dizer que “as bolsas continuam res-

LÉXICO E SEMÂNTICA

ponsáveis pelo *status* do *look*”, poder-se ia substituir as duas palavras estrangeiras por ideias como a de que as bolsas são responsáveis pela valorização do aspecto visual. Já *skynnies* são as roupas mais ajustadas ao corpo – no caso desse editorial, há uma referência a um determinado tipo de calça comprida mais justa.

Como se observa, apesar de ser perfeitamente possível reescrever tais frases empregando-se apenas a língua portuguesa, não se consegue o resultado obtido pela utilização de empréstimos: a palavra estrangeira, além de parecer mais sofisticada, acaba se tornando um ícone em relação ao seu significado. A economia de palavras impera nesse sentido.

A edição de outubro de 2007, de número 350, e a de novembro, de número 351, apresentam, respectivamente, os estrangeirismos *look* e *new face*; *bijoux* e *maison*. Outra vez destaca-se a falta de critério ou mesmo de criticidade na escolha e na adoção de empréstimos, já que palavras do inglês e do francês passeiam livremente pelas sintaxes portuguesas.

Dentro de todo esse processo do uso dos estrangeirismos na língua portuguesa, é perceptível a polarização entre aspectos favoráveis e contrários quanto ao uso de empréstimos. É importante ressaltar que os estrangeirismos estão presentes em todas as camadas sociais e tornou-se impossível alguém não estar exposto a esse processo linguístico presente em todas as línguas hoje. Acredita-se que a questão esteja relacionada à grande exposição global das palavras – em especial vindas da língua inglesa.

É verdade que o inglês começou a mundializar-se como idioma do imperialismo britânico, o que ocorreu de modo particularmente acentuado no século XIX e primeiras décadas do XX. Em seguida, desde o término da 1ª. Guerra mundial (1914 - 18) e, mais ainda, desde o término da 2ª. Guerra mundial (1939 - 1945) difundiu-se também como idioma oficial do imperialismo norte-americano (Ianni, 2004, p. 137).

Esse processo natural, intrinsecamente aliado ao processo de globalização, permite maior aproximação entre as culturas, numa total hegemonia da língua inglesa. Não se pretende optar pelo uso ou pela proibição dos empréstimos linguísticos, mas observar o desempenho dos falantes da língua portuguesa e a contribuição dos empréstimos para tanto.

CONCLUSÃO

Compreender a adoção do estrangeirismo como resultado da inserção de elementos culturais por meio das ferramentas do contexto linguístico é considerar que língua e sociedade estão intrinsecamente relacionadas e que não se pode sustentar uma sem a presença da outra.

A análise de um veículo de comunicação específico, dirigido para um público não menos específico, apresenta resultados capazes de evidenciar que o estrangeirismo não representa uma ameaça linguística, mas a construção de uma ambiência cujos valores partem da relação entre duas ou mais culturas de modo que a cultura dominante possa influenciar a dominada.

A revista *Vogue*, como referência de moda para uma classe elitizada, faz uso dos vocábulos de línguas estrangeiras por necessidade, quando se evidencia a utilização de termos que não possuem equivalentes nacionais, mas principalmente por valorização de uma cultura que a própria equipe responsável pela revista e o seu público consideram superior, mais sofisticada ou mais elegante.

Nesse sentido, quando uma sociedade privilegia a inserção de valores de outra sociedade em seu contexto sócio-cultural, a adoção desses valores representa a vontade de tornar tal contexto o mais semelhante possível da ambiência vislumbrada.

Um dos elementos mais constantes nessa adoção de outros valores culturais é a aquisição de empréstimos linguísticos, que, se, inicialmente, representava a necessidade de se utilizar um vocábulo estrangeiro pela falta de equivalente na língua portuguesa, passou a ser empregada como recurso de afirmação de identidade cultural.

Falar uma língua estrangeira representa sofisticação e identificação com outras culturas. Nada mais propício para essa elitização que usar vocábulos estrangeiros no cotidiano. No mercado da moda essa prática é muito usual e faz parte de uma identificação com os grandes centros de moda no mundo.

A revista *Vogue*, como referência de moda para uma classe elitizada, faz uso dos vocábulos de línguas estrangeiras por necessidade, quando se evidencia a utilização de termos que não possuem e-

LÉXICO E SEMÂNTICA

quivalentes nacionais, mas principalmente por valorização de uma cultura que a própria equipe responsável pela revista e o seu público consideram superior, mais sofisticada ou mais elegante.

O estrangeirismo participa, pois, dos próprios processos culturais e da convergência de interesses cerceada pela imposição da mídia. Adotar a linguagem empregada pela revista *Vogue* é estar na moda e falar a língua dos que fazem a própria revista. Para o leitor, adotar a linguagem da revista é aproximar-se dos lugares que a revista cita, das pessoas que nela se estampam, da cultura que ela difunde.

De qualquer forma, ressalta-se que não se pode, num mundo cujo funcionamento tem se globalizado e cujas relações se fazem por meios como a televisão e a Internet, isolar completamente uma cultura ou uma língua. Mais importante seria tornar os usuários dessa língua cientes do fenômeno para que essa adoção de estrangeirismos seja uma opção meramente. É preciso ter essa consciência para que se faça melhor uso de tão rica troca.

REFERÊNCIAS

- BARROS, Diana Luz Pessoa de. *Teoria semiótica do texto*. São Paulo: Ática, 2001.
- CARTA, Patrícia. Editorial. *Vogue Brasil*, São Paulo, n° 346, p. 19, jun. 2007; n° 348, p. 23, ago.2007; n° 350, p. 25, out. 2007 e n° 349, p. 25, set. 2007.
- ELIA, Silvo. *A língua portuguesa no mundo*. 2ª ed. São Paulo: Ática. 2000.
- GARCEZ, Pedro M.; ZILLES, Ana Maria S. Estrangeirismos: desejos e ameaças. In: IANNI, Octavio. *Teorias da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- INFANTE, Ulisses. *Curso prático de gramática aplicada aos textos*. São Paulo: Scipione, 2001.
- LOPES, Edward. *Fundamentos da linguística contemporânea*. 17ª ed. São Paulo: Cultrix. 2001.
- SOLOMON, Michael R. *O comportamento do consumidor: comprando, possuindo e sendo*. Porto Alegre: Bookman, 2002.

**ESTUDO DO PROCESSO DE FORMAÇÃO
E ESTRUTURA DOS TOPÔNIMOS TOCANTINENSES
NO CONTEXTO DA BELÉM-BRASÍLIA:
ASPECTOS MORFOSSINTÁTICOS E SEMÂNTICO-LEXICAIS**

Lynara Raquel Cavalcante (CNPQ - UFT)

Karylleila dos Santos Andrade (UFT)

INTRODUÇÃO

A implementação do Plano de Metas e a determinação do governo Juscelino Kubitschek (1956–1961) em construir a nova capital do país, Brasília, fizeram surgir a necessidade de desenvolvimento de uma política dinâmica, que levasse à integração do espaço brasileiro. A partir de sua construção, o estado do Goiás passa a ter importância no cenário nacional. Para que o governo pudesse inseri-lo na política de desenvolvimento foi necessário fazer uma ligação rodoviária entre esse estado com os demais.

A rodovia Belém-Brasília ou BR 153 começou a ser construída em 1960, no governo do presidente Juscelino Kubitschek, e foi concluída em 1974. Ela tem uma importância fundamental no processo do desenvolvimento econômico e social para o estado do Tocantins, considerada a principal via de acesso que liga o Norte a demais regiões do país. É considerada a quarta maior rodovia do Brasil, ligando a cidade de Marabá (Pará) ao município de Açu (Rio Grande do Sul), totalizando 4355 quilômetros de extensão.

A construção da rodovia tinha como pretensão acabar com o isolacionismo que vivia essa região, sobretudo o antigo norte goiano, hoje estado do Tocantins. A expansão rodoviária era vista como uma forma de integrar geográfica e economicamente as várias regiões do país.

Dados levantados na Enciclopédia dos Municípios Brasileiros – IBGE, de 1958, apontam que no antigo Norte de Goiás, hoje, Estado do Tocantins, havia registrado cerca de 22 municípios e 23 vilas. Segundo Andrade (2006), foram criados vários municípios com a implantação do estado do Tocantins, em outubro de 1989. Antes da divisão, eram 69 municípios, logo depois, em 1989, passaram para 79. Desse total, todos os topônimos que tinham como acréscimo o

LÉXICO E SEMÂNTICA

termo “do Norte” e “de Goiás”, ao final do topônimo (referência dada à região do norte de Goiás) foram substituídos por Tocantins. Ex: Paraíso do Norte = Paraíso do Tocantins. Após sua criação, foram criados mais 19 municípios, perfazendo um total de 79. No ano de 2002, o estado já possuía um total de 139 municípios.

A importância dessa rodovia para a antiga região norte de Goiás pode ser medida pelo número de novos municípios que emergiram economicamente: Araguaína, Colinas de Goiás, Guaraí, Mira Norte, Paraíso do Norte, Gurupi, Alvorada, entre outros. A BR 153, ou Belém-Brasília como é também chamada, constitui para o Tocantins a principal artéria de desenvolvimento econômico, por onde circula parte de suas riquezas, com ênfase nas atividades agropecuárias. Atualmente, existem cerca de 25 (vinte e cinco) municípios localizados à margem dessa rodovia.

Esta pesquisa tem como proposta a análise e a descrição da toponímia tocantinense no contexto da Belém-Brasília: estudo dos nomes dos municípios localizados à margem da rodovia. Para tanto, contaremos com a abordagem teórico-metodológica de Dick (1990) e Andrade (2006). Para Andrade (2006), depois de caracterizado o topônimo como termo-onomástico, tornando-se sujeito às transformações morfossintáticas, comparadas a outras unidades lexicais, deve ser estudado etimológica e semanticamente nas diferentes situações comunicativas, para a devida sistematização taxionômica.

SIGNO TOPONÍMICO

Os estudos toponímicos, dentro do alcance pluridisciplinar de seu objeto de estudo, constituem um caminho possível para o conhecimento do *modus vivendi* das comunidades linguísticas, que ocupam ou ocuparam um determinado espaço. O desenvolvimento linguístico e intelectual, tanto da humanidade como do indivíduo, caminham juntos, sendo condição prévia para ambos a capacidade de abstração e categorização. E o aprendizado da língua é o acompanhamento, precisamente, da aquisição dessa capacidade. Quando um indivíduo ou comunidade linguística atribui um nome a um acidente humano ou físico revelam-se aí tendências sociais, políticas, religiosas, culturais.

O signo toponímico é motivado pelas características físicas do local ou pelas impressões, crenças e sentimentos do denominador. Além de deferir dos demais signos, no que se refere à motivação, tem particularidade específica também quanto à função.

O signo linguístico se reserva à arbitrariedade; o signo toponímico, à motivação. O que os diferencia é a função significativa quando a toponímia os transforma em seu objeto de estudo. O signo, na toponímia, é direcionado pela função onomástica, identificar nomes, caracterizada pela motivação. Deve ser encarada sob dois ângulos: a função do denominador (razões que fazem com que o falante escolha e/ou selecione um signo toponomástico, dentro de um eixo paradigmático) e a natureza do produto dessa escolha: a própria origem semântica da denominação, de modo transparente ou opaco. (Andrade, 2006).

Embora o signo participe de uma natureza convencional, o mesmo não deve ser aplicado em Toponímia: ela é norteada pela função onomástica ou identificadora de lugares e tem caráter motivacional: a) intencionalidade que anima o denominador; b) origem semântica da denominação. A motivação toponímica possui um duplo aspecto que transparece em dois momentos: “primeiramente, na intencionalidade do denominador ao selecionar o nome, na qual concorreriam circunstâncias de ordem objetiva ou subjetiva”, e em seguida na origem semântica da nomeação, no significado intrínseco a ela, que se revela de modo transparente ou opaco, apontando para as mais diversas origens (Dick, 1990).

Percebe-se, nesses aspectos motivadores, a importância do elemento denominador e das razões que o fazem, no processo onomasiológico e semasiológico, “batizar” um determinado local, região, como da natureza do produto dessa escolha, ou seja, dos aspectos linguísticos internos. Além disso, possibilita identificar estratos linguísticos de outros grupos étnicos. Assim o topônimo assume valores que transcendem a função identificadora.

ESTUDO ONOMÁSTICO TOPONÍMICO

A ciência onomástica, por apresentar-se como o estudo dos nomes próprios, das suas origens e dos processos de denominação no

LÉXICO E SEMÂNTICA

âmbito de uma ou mais línguas ou dialectos, pode filiar-se aos procedimentos da terminologia. “Topônimos e antropônimos, a partir de uma nomenclatura técnico-científica, podem ser traduzidos e interpretados como termos ou unidades terminológicas.” (Dick, 1990).

A terminologia tem na linguagem sua ciência de base. Sua finalidade é a denominação dos objetos criados no universo que se utiliza da linguagem científica, ou linguagem de especialidade. No processo de criação de um termo são necessários elementos léxico-gramaticais como na morfologia, a lexicologia e a semântica. (Andrade, 2006). A Onomástica pode-se dividir em Toponímia e Antroponímia.

TOPONÍMIA E ANTROPONÍMIA

Toponímia vem do grego *topos* “lugar” e *onoma* “nome”, estuda o nome dos lugares e designativos geográficos: física, humano, antrópico ou cultural. As particularidades da toponímia são a busca pela etimologia, o caráter semântico da palavra e suas transformações linguística, principalmente, as fonético-fonológicas e as morfológicas.

A toponímia de origem indígena constitui-se de nomes originários dos tupis, aruaques, caribes, jês, cariris, caingangues, além de possíveis vinculações a outros grupos, talvez ainda não convenientemente estruturados. As dificuldades para o levantamento completo dos topônimos dessas procedências são exploradas pela relativa familiaridade com tais idiomas e pelas diretrizes que norteavam as investigações toponímicas nativas, quase sempre voltadas, com exclusivismo, para as etimologias tupis, em virtude de sua reconhecida importância e significação para os estudos histórico-linguísticos brasileiros. Grande parte dos topônimos tocaninense é de origem indígena. Ex: Xambioá, Cariri do Tocantins, Tupiratins, Goiatins, Gurupi, Guaraí, Araguacema.

Esses topônimos de origem indígena, mais exatamente os de origem tupi, da região do Tocantins, reportando-se ao caráter motivacional, são da época das entradas das bandeiras na região centro norte do país: séculos XVIII e XIX. As expressões onomásticas tupi revelam elementos da cultura material e espiritual, mas é nos espec-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

tos físicos que observamos a influência do ambiente desse povo: Itacajá-TO, Itaguatins-TO, Araguatins-TO, Araguaína-TO (Andrade, 2006)

A **toponímia** de origem portuguesa, ou brasileira, constitui-se pela multiplicidade de traços ambientais que denuncia. Permite ao investigador um largo campo de estudos, a partir dos primitivos topônimos históricos. Ex: Paraíso do Tocantins-TO

Antroponímia é a divisão da *onomástica* que estuda os antropônimos, os *nomes próprios* de pessoas, sejam *prenomes* ou *apelidos de família*, explicando sua origem, evolução e variação em função de local, época e costumes.

Os antropônimos estão documentados e registrados em todas as raças e línguas, fazendo parte da cultura de todos os povos desde as eras mais primitivas. Apelidos ou nomes foram a forma encontrada pelos homens para distinguir as pessoas da família e da comunidade, facilitando assim, a identificação de cada um de seus membros. Inicialmente, apenas um nome era suficiente para a identificação, mas com o crescimento das famílias e a população das comunidades, alguns nomes começaram a se popularizar e a serem também usados por descendentes de outras famílias, gerando assim, dificuldades na distinção de cada pessoa. Houve, então, a necessidade da criação de um segundo nome que acrescentado ao primeiro identificasse melhor as pessoas.

Considerando a formação dos topônimos e observando que a Toponímia e Antroponímia são co-responsáveis pela preservação dos fatos culturais em determinado espaço-temporal, funcionando com retentoras da memória de um grupo, Dick (1999) afirma que essas duas disciplinas podem se inscrever no campo da terminologia e socioterminologia. A primeira como reflexo formal da organização conceptual de uma especialidade e a segunda como “disciplina descritiva que estuda o termo sob a perspectiva linguística na interação social” (Faulstich, 1995).

LÉXICO E SEMÂNTICA

ESTRUTURA DO TOPÔNIMO

Para Dick (1990), a estrutura do topônimo pode ser discutida sob alguns aspectos intra e extra linguísticos. Da relação do topônimo com o acidente geográfico, se estabelece uma interação íntima que compreende dois elementos básicos: elemento (termo) genérico e elemento (termo) específico. O primeiro é relativo à entidade geográfica que irá receber a denominação; e o segundo, o topônimo propriamente dito, particularizará a noção espacial, identificando-o e singularizando-o dentre outras semelhantes. Forma-se, então, um sintagma nominal justaposto ou aglutinado, conforme a natureza da língua em questão.

De acordo com a discussão teórico-metodológica, apresentada por Dick (1990), a formação dos topônimos pode-se dar de três formas:

a) **Elemento específico simples:** é formado por um único radical e pode ver acompanhado de sufixações e terminações como: -lândia, -pólis, -burgo, entre outros. Ex: Brasilândia (TO), Barrolândia (TO), Figueirópolis (TO)

b) **Topônimo composto ou elemento específico composto:** apresenta mais de um elemento formador, de origens diversas entre si. Ex: Porto Nacional (TO), Itacajá (TO).

c) **Topônimo híbrido ou elemento específico híbrido:** é formado por elementos oriundos de diversas línguas. Ex: Colinas do Tocantins (TO).

METODOLOGIA DE TRABALHO

A taxionomia de natureza antropocultural e de natureza física, desenvolvida por Dick (1990a), servirá de referência metodológica para a realização desse estudo. Para a autora, um dos grandes problemas na definição de uma taxionomia mais precisa é o conceito de Toponímia, pois o mesmo define-se como um depositário de fatos culturais e geo-históricos que envolvem a nomeação e a significação do nome de um lugar. A seguir, o modelo taxionômico proposto por Dick (1990).

• **Taxionomia** de natureza física

Astrotopônimos, cardinotopônimos, cromotopônimos, dimensiotopônimos, fitotopônimos, geomorfotopônimos, hidrotopônimos, litotopônimos, meteorotopônimos, morfotopônimos, zootopônimos.

• **Taxionomia de natureza antropro-cultural**

Animotopônimos ou nootopônimos, antropotopônimos, axiotopônimos, corotopônimos, cronotopônimos, ecotopônimos, ergotopônimos, etnotopônimos, dirrematotopônimos, hierotopônimos, historiopotônimos, hodotopônimos, numerotopônimos, poliotopônimos, sociotopônimos, somatotopônimos.

Além do modelo taxionômico, outras leituras e coleta dados serviram de subsídios teórico-metodológicos para a apreensão do *corpus* da pesquisa: estudo histórico, antropológico, etimológico, linguístico, bem como um levantamento cartográfico e dados sobre o histórico de cada município diagnosticado no IBGE e na SEPLAN (Secretaria de Planejamento do Estado).

O *corpus* descrito e analisado nem sempre pode ser considerado de primeira geração. Os topônimos pesquisados podem estar atrelados diretamente ao denominador ou até mesmo às situações originais que motivaram a denominação inicial. Os aspectos demográficos, físicos e migratórios, os recortes geomorfológicos e hidrográficos e, mais recentemente, após a criação do estado, aspectos políticos e ideológicos, são considerados fatores que significam verdadeiros índices que puderam ser traduzidos em formas denominativas, compondo a toponímia indígena tocantinense.

As cartas topográficas, documentos históricos, cartografia atual do estado, registros bibliográficos coletados, são instrumentos que consubstanciam o estabelecimento das etapas relativas à desconstrução e à recriação dos próprios dados. É a partir dessa referência, utilizada no Atlas Toponímico do Brasil – ATB, no Atlas Toponímico do Estado de São Paulo – ATESP, e mais recentemente no Atlas Toponímico de Origem Indígena do Estado do Tocantins – ATITO, que pretendemos, neste estudo, analisar e descrever a toponímia tocantinense no contexto da Belém-Brasília: estudo dos nomes dos municípios localizados à margem da rodovia.

LÉXICO E SEMÂNTICA

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir da metodologia de trabalho e revisão de literatura, iniciaremos o estudo dos nomes dos municípios localizados à margem da BR 153, observando a classificação, a estrutura e a etimologia dos topônimos de acordo com Dick (1990).

Tendo como partida a leitura cartográfica do mapa político-administrativo do estado, datado de 2003, foi feito a identificação e o registro de todos os topônimos, localizados à margem da rodovia. O corpus teve como procedência nomes de origem portuguesa e indígena. Foram registrados 25 topônimos que serão descritos a partir da ótica da etimologia e da formação estruturante do topônimo. Como fonte de pesquisa, foram utilizados quatro dicionários de referência para a descrição dos topônimos:

- ***SAMPAIO, Teodoro - O Tupi na Geografia Nacional.** 5ª Ed. São Paulo: Editora Nacional, 1987.
- ****FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda- Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa.** 3.ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1986.
- *****HOUAISS, Antônio- Novo Míndicionário Houaiss da Língua Portuguesa.** Nova Edição. Rio de Janeiro: Editora Moderna, 2008
- ******HOLLAENDER, Arnom- The Landmark Dictionary: English/Portuguese.** 2ª Ed. São Paulo: Moderna, 1996.

Tabela I: Descrição toponímica etimológica

| TOPÔNIMOS | ETIMOLOGIA |
|----------------------|--|
| Aliança do Tocantins | ** <i>Aliança</i> [Do fr. Alliance]. S.f.1. Ato ou efeito de aliar (-se). [sin.(p.us.): aliagem.]. 2. Ajuste, acordo, pacto. 3. União por casamento. 4. Anel simbólico de noivado ou de casamento. * <i>Tucan-tim</i> , nariz de tucano. Nome de um gentio que deu apelido ao rio. Pará. Goiás. Alt. Tocantim. * <i>Tim</i> , Ti, ponta, nariz, saliência, proa. Pode ser uma forma contrata de tinga, branco, alvo. V.Ti. ** <i>Alvorada</i> [De alvora' + -ada']. S.f.1. Crepúsculo matutino; a claridade que precede o romper do sol; arraiada, dilúculo. 2. Canto das aves ao amanhecer. 3. Toque militar nos quartéis, ao raiar o dia, para despertar os soldados. |
| Alvorada | |

| | |
|--|---|
| <p>Araguaína</p> | <p>*** S.f.1.o desabrochar da vida.2.juventude. * s.c. <i>Ará-guaya</i>, os papagaios mansos.</p> |
| <p>Barrolândia</p> | <p>** <i>Barro</i> [Barro+lândia]. De or. Pré-romana, do latim barru. S.m.1. Argila (2 e 3). 2. Constr. Substância utilizada no assentamento da alvenaria de tijolo em obras provisórias, obtidas pela mistura de argila, com água. *** [do Lat. Barru]. S.m.1. Argila.2. Terra amassável; própria para trabalhos de olaria.3. coisa de pouco valor. 4. [ant.],lugar pequeno;quinta, aldeia, casa pequena. ***[-lând+ia]1.origem anglo-saxão, alatinados tardiamente com o recurso do sufixo – <i>ia</i>, próprio de locativos pátrios.2. terra.3. designa qualidade, estado, propriedade, lugar ** <i>Brasil</i> [Brasil+lândia]. S.m. (<i>brasa+il</i>) 1. Bot O mesmo que <i>pau-brasil</i>. 2 Cor vermelha com que as mulheres se enfeitavam. S.m+f Indígena do Brasil. adj 2. Relativo ou pertencente a brasa. 3. Semelhante a brasa na cor.</p> |
| <p>Brasilândia do Tocantins</p> | <p>***[lând+ia] 1.origem anglo-saxão, alatinados tardiamente com o recurso do sufixo – <i>ia</i>, próprio de locativos pátrios.2. terra.3. designa qualidade, estado, propriedade, lugar. **[do]Contração da preposição “<i>de</i>” (posse), com o artigo masculino “<i>o</i>”. * <i>Tucan-tim</i>, nariz de tucano. Nome de um gentio que deu apelido ao rio. Pará. Goiás. Alt. Tocantim. *Tim, Ti, ponta, nariz, saliência, proa. Pode ser uma forma contrata de tinga, branco, alvo. V.Ti. * <i>Cariry</i>. Corr. Kiriri, adj. Taciturno, silencioso calado. Nome de uma numerosa nação selvagem que, outrora, dominou grande extensão do Brasil, as Bahia para o Norte, concentrando-se, mais tarde, nos sertões do Nordeste: Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco. No Amazonas designa uma espécie de gavião. ** <i>Cariri!</i>. Brás.s.2.g.1. Etnôm. Indivíduo dos cariris [ou etnôm. Brás] Kariri, povo indígena que habita o CE. S.m.2 Gloss. Família linguística atualmente extinta, mas que ficou atestada através de farta documentação missionária dos séc. XVII e XVIII. Adj.2g.3. Pertence ou relativo a cariri(2) ou aos cariris.</p> |
| <p>Cariri do Tocantins</p> | <p>** <i>Cariri?</i>. S.m.1. Brás. N. Força; esforço.2. Brás. PB variedade de caatinga com vegetação pouco áspera. [Com cap., nesta acepç.] ** [do] Contração da preposição “<i>de</i>” com o artigo masculino “<i>o</i>”. * <i>Tucan-tim</i>, nariz de tucano. Nome de um gentio que deu apelido ao rio. Pará. Goiás. Alt. Tocantim.</p> |

LÉXICO E SEMÂNTICA

| | |
|------------------------------------|---|
| <p>Crixás do Tocantins</p> | <p>*<i>Tim</i>, Ti, ponta, nariz, saliência, proa. Pode ser uma forma contrata de tinga, branco, alvo. V. Ti.</p> <p>*[<i>Krixá</i>] cujo nome ficou fixado no topônimo goiano Crixás. De acordo com Rodrigues(2002) esse é o nome que os dois povos indígenas vizinhos dos atuais Xavante dão a estes em suas respectivas línguas: em Karajá <i>Krysa</i> ou <i>Kyrysa</i> e em Tapirapé <i>Kyrytxa</i>. Isso faz pensar que os atuais Xavante ou Akwen são descendentes dos Krixá do século XVIII e não dos Chavantes de Pohl e Castelnau.</p> <p>**[<i>do</i>]Contração da preposição “<i>de</i>” (posse), com o artigo masculino “<i>o</i>”.</p> <p>* <i>Tucan-tim</i>, nariz de tucano. Nome de um gentio que deu apelido ao rio. Pará. Goiás. Alt. Tocantim. *Tim, Ti, ponta, nariz, saliência, proa. Pode ser uma forma contrata de tinga, branco, alvo. V.Ti.</p> |
| <p>Colinas do Tocantins</p> | <p>**<i>Colina</i> [Do it. Collina+s]. S.f.l. pequeno monte; cerro, morro, outeiro. 2. Encosta, quebrada [C.f. culina].</p> <p>***<i>Colina</i>. S.f. (<i>cole+ina</i>) <i>Quím</i> Base cristalina ou líquida xaroposa, largamente distribuída em produtos animais e vegetais, nos quais é combinada em lecitinas, podendo ser produzida também sinteticamente. Constitui uma vitamina do complexo B e é essencial para o metabolismo de gorduras, especialmente no fígado. É usada na forma de seus sais no tratamento de certas desordens hepáticas e na alimentação de animais, especialmente aves domésticas.</p> <p>**[<i>do</i>] Contração da preposição “<i>de</i>” (posse), com o artigo masculino “<i>o</i>”.</p> <p>* <i>Tucan-tim</i>, nariz de tucano. Nome de um gentio que deu apelido ao rio. Pará. Goiás. Alt. Tocantim. *Tim, Ti, ponta, nariz, saliência, proa. Pode ser uma forma contrata de tinga, branco, alvo. V.Ti.</p> |
| <p>Fátima</p> | <p>***<i>Fátima</i>, nome de local no conselho de Vila Nova de Ourém, onde se verificaram as Aparições de Nossa Senhora entre Maio e Outubro de 1917, tendo-se determinado 13 de Maio como a data da comemoração daquele acontecimento. Tal culto conseguiu difusão por todo o país, ultrapassando as nossas fronteiras, criar novos locais de culto e dar origem a designações toponímicas no Brasil, pelo menos nos estados da Bahia, Maranhão, Mato Grosso, Ceará, Tocantins (Fátima).</p> |
| <p>Figueirópolis</p> | <p>**<i>Figueira</i> [do lat. Ficaria] s. f., Bot., árvore frutífera da família das moráceas; árvore silvestre brasileira.</p> <p>**O termo “<i>pólis</i>” é sufixo grego e significa “cidade” ou “povoado”</p> |
| <p>Fortaleza do Tabocão</p> | <p>** <i>Fortaleza</i>: (ê) [Do occitano ant. fortalessa, fortales-</p> |

| | |
|---------------------------|--|
| | <p>za, correspondente do fr. Fortesse, ambos do lat. Fortes, ‘forte’] S.f.1. Fortificação; praça fortificada; forte castelo. 2. qualidade ou virtude dos fortes. 3. Solidez, segurança. 4. força moral, energia, firmeza, constância.</p> <p>**[do]Contração da preposição “de” com o artigo masculino “o”.</p> <p>* <i>Tabocão</i>: c. Ta-bóca, a haste furada, o tranco oco. É a gramínea conhecida (bambusa). V.TA. Alt. Tapoca, Tauoca, Tabó, Tão.</p> |
| Guaraí | <p>* [c. <i>Guará-y</i>], o rio dos guarás, ou aves rubras. (Íbis); no rio das garças. Guará, s. A garça vermelha, a ave aquática (Íbis rubra).</p> |
| Gurupi | <p>*[<i>Gurupi</i>], O rio das roças.</p> |
| Miranorte | <p>***<i>Mira</i>: de <i>mirar</i> s. f. peça metálica na extremidade do cano de algumas armas de fogo, para regular a pontaria; instrumento de Matemática; instrumento usado em topografia para determinar distâncias e desníveis; ato de mirar;</p> <p>***<i>Norte</i>: do Angl.-Sax. <i>North</i>; s.m., um dos pontos cardeais que fica na direção da Estrela Polar; regiões que ficam na direção da Estrela Polar; vento que sopra desse ponto;</p> |
| Nova Olinda | <p>** <i>Nova S.f</i> (de novo) Notícia, novidade.</p> <p>***<i>Olinda</i> [de origem latina]. S.f. cheirosa, odorosa.</p> <p>** <i>Novo S.f</i> (de novo) Notícia, novidade.</p> |
| Nova Rosalândia | <p>***<i>Rosa S.f</i> (lat rosa) 1 Bot Flor da roseira. 2 Ornato com a forma dessa flor. 3 poeta Mulher formosa. 4 Vidraça circular com vidros diferentemente corados, nas igrejas antigas; rosácea.</p> <p>***[-<i>lând+ia</i>]1.origem anglo-saxão, alatinados tardiamente com o recurso do sufixo – <i>ia</i>, próprio de locativos pátrios.2. terra.3. designa qualidade, estado, propriedade, lugar.</p> |
| Oliveira de Fátima | <p>De acordo com Moura (1990), [<i>Oliveira</i>], é um sobrenome que tem uma dupla origem: botânica e toponímica. Na botânica corresponde à árvore da ólea, fruto destinado à produção de azeite. Na toponímica, há mais de uma localidade portuguesa, como o distrito da diocese do Porto, em Portugal. O sobrenome Oliveira é encontrado desde o começo do atual milênio.</p> <p>**prep. (lat de) Partícula de grande emprego na língua portuguesa, designando várias relações.</p> <p>***<i>Fátima</i>, nome de local no conselho de Vila Nova de Ourém, onde se verificaram as Aparições de Nossa Senhora entre Maio e Outubro de 1917, tendo-se determinado 13 de Maio como a data da comemoração daquele acontecimento. Tal culto conseguiu difusão por todo o país, ultrapassando as nossas fronteiras,</p> |

LÉXICO E SEMÂNTICA

| | |
|--------------------------------|---|
| | criar novos locais de culto e dar origem a designações toponímicas no Brasil, pelo menos nos estados da Bahia, Maranhão, Mato Grosso, Ceará, Tocantins (Fátima). |
| Paraíso do Tocantins | <p>**<i>Paraíso</i> [Do velho persa parideeza, 'recinto circular', pelo hebr. Pardes, pelo gr. Parádeisos e pelo lat. Paradisu, por via semi-edudita]. S.m.1. Lugar de delícias onde, ao que reza a Bíblia, Deus colocou Adão e Eva; Éden.2. Céu(6). 3. Fig. Fam. Lugar aprazível, delicioso; Éden.</p> <p>**[do]Contração da preposição “<i>de</i>” (posse), com o artigo masculino “<i>o</i>”.</p> <p>* <i>Tucan-tim</i>, nariz de tucano. Nome de um gentio que deu apelido ao rio. Pará. Goiás. Alt. Tocantim. *Tim, Ti, ponta, nariz, saliência, proa. Pode ser uma forma contrata de tinga, branco, alvo. V.Ti.</p> |
| Presidente Kennedy | <p>**<i>Presidente</i> [do Lat. Praesidente] adj. e s.m., que ou aquele que preside; pessoa que preside a uma assembleia, tribunal, junta, ou qualquer outra assembleia deliberativa; título do chefe de um Estado republicano.</p> <p>***<i>Kennedy</i> era filho de <u>Joseph P. Kennedy</u>, embaixador dos Estados Unidos no <u>Reino Unido</u> no fim dos anos 30. Foi o <u>presidente dos Estados Unidos</u> que lançou o <u>desafio de chegar a Lua</u> em uma década, que resultou no <u>Projeto Apollo</u>. No famoso discurso em <u>1961</u> Kennedy lançou o desafio de "enviar homens a Lua e trazê-los de volta a salvo". De acordo com Nascentes (1932). [pu'ka], de pug s.f. furar, rebentar</p> |
| Pugmil | <p>**mil1 num (lat mille) 1 Dez vezes cem, um milhar. 2 Em número indeterminado; muitos, inúmeros, sem conta.</p> <p>**mil2 elem comp (lat mille) 1 Exprime a ideia de grande número: mil-folhas. 2 Junto a certos adjetivos equivale a muito, muitíssimo: mil-lindo.</p> |
| Rio dos Bois | <p>***<i>Rio S.m</i> (lat rivu) 1.Corrente contínua de água, mais ou menos caudalosa, que deságua noutra, no mar ou num lago. 2 fig. O que corre como um rio. 3 Grande massa de líquido corrente.</p> <p>**Boi [do Lat. Bove] S.m.1 Zool ruminante bovídeo empregado em serviços de lavoura, na alimentação do homem. 2 fig. pé de -: pessoa aferrada aos costumes antigos;conhecer o nome aos -: ser muito entendido num assunto, saber da poda.</p> |
| Santa Rita do Tocantins | <p>Segundo Palacín (1991), por séculos Santa Rita de Cássia (1381-1457) foi uma das Santas mais populares na Igreja Católica. Ela é conhecida como a "Santa do Impossível" por suas impressionantes respostas às o-</p> |

| | |
|---------------------|---|
| | <p>rações, como também pelos notáveis sucessos de sua própria vida.</p> <p>**[do] Contração da preposição “de” (posse), com o artigo masculino “o”.</p> <p>* <i>Tucan-tim</i>, nariz de tucano. Nome de um gentio que deu apelido ao rio. Pará. Goiás. Alt. Tocantim. *Tim, Ti, ponta, nariz, saliência, proa. Pode ser uma forma contrata de tinga, branco, alvo. V.Ti.</p> <p>**<i>Talismã</i> [Do gr. Télesma, ‘cerimônia religiosa’ pelo persa tilismat, pl. de tilism, e pelo fr. Talisman]. S.m.1. Objeto de formas e dimensões variadas ao qual se atribuem poderes extraordinários de magia ativa, possibilitando a realização de aspirações ou desejos. [C.F. amuleto e fetiche (1),] 2. Fig. Encantamento, encanto.</p> |
| Talismã | |
| | <p>****[wander] v. passear, viajar, perambular,percorrer</p> <p>***[-lând+ia]1.origem anglo-saxão, alatinados tardiamente com o recurso do sufixo – ia, próprio de locativos pátrios.2. terra.3. designa qualidade, estado, propriedade, lugar.</p> |
| Wanderlândia | |
| | <p>*** [Xambioá], pássaro veloz. Adj. m – f Etnol relativo ou pertencente aos Xambioás, grupo setentrional de indígenas dos carijós do rio Araguaia. S.m.f. membro desse grupo indígena.</p> |
| Xambioá | |

Tabela II: descrição da formação da estrutura dos topônimos.

| TOPÔNIMO | ESTRUTURA |
|---------------------------------|--|
| | Elemento específico híbrido |
| Aliança do Tocantins | Aliança- (morfema lexical de origem portuguesa) + do (contração da preposição “de”, com o artigo masculino “o”) + Tocantins - (Tucan-tim – morfema lexical de origem tupi) + -s (morfema gramatical português) |
| | Elemento específico simples |
| Alvorada | Alvor- (morfema lexical português) + -ada (sufixo nominalizador de origem portuguesa). |
| | Elemento específico composto |
| Araguaína | Aragua- (morfema lexical tupi) + -ina (sufixo nominalizador de origem portuguesa) |
| | Elemento específico simples |
| Barrolândia | Barro- (morfema lexical de origem portuguesa) + -lândia (sufixo nominalizador) |
| | Elemento específico híbrido |
| Brasilândia do Tocantins | Brasil- (morfema de origem portuguesa) + -lândia (sufixo nominalizador) + do (contração da preposição “de”, com o artigo masculino “o”) + Tocantins (Tucan-tim – morfema lexical de origem tupi) + -s (morfema gramatical português). |
| Cariri do To- | Elemento específico híbrido |

LÉXICO E SEMÂNTICA

| | |
|----------------------|---|
| cantins | <u>Cariry</u> (morfema lexical de origem tupi) + <u>do</u> (contração da preposição “de”, com o artigo masculino “o”) + <u>Tocantins</u> (Tucan-tim – morfema lexical de origem tupi) + <u>-s</u> (morfema gramatical português). |
| Colinas do Tocantins | <u>Elemento específico híbrido</u> <u>Colina</u> (morfema lexical português) + <u>-s</u> (morfema gramatical português) + <u>do</u> (contração da preposição “de”, com o artigo masculino “o”) + <u>Tocantins</u> (Tucan-tim – morfema lexical de origem tupi) + <u>-s</u> (morfema gramatical português). |
| Crixás do Tocantins | <u>Elemento específico híbrido</u> <u>Krixá</u> (morfema lexical de origem tupi) + <u>do</u> (contração da preposição “de”, com o artigo masculino “o”) + <u>Tocantins</u> (Tucan-tim – morfema lexical de origem tupi) + <u>-s</u> (morfema gramatical português). |
| Fátima | <u>Elemento específico simples</u> <u>Fátima</u> – (morfema lexical) |
| Figueirópolis | <u>Elemento específico simples</u> <u>Figueira-</u> (morfema lexical de origem latina) + <u>-pólis</u> (sufixo nominalizador). |
| Fortaleza do Tabocão | <u>Elemento específico híbrido</u> <u>Fortaleza-</u> (morfema lexical português) + <u>do</u> (preposição de+o) + <u>Tabocão</u> (morfema lexical de origem tupi). |
| Guaraí | <u>Elemento específico simples</u> <u>Guaray-</u> (morfema lexical de origem tupi). A perda do grafema “y” se deu em virtude da não existência de seu correspondente na língua portuguesa, esse fato levou a sua substituição pela vogal tônica “i” originando o morfema lexical <u>Guaraí</u> . |
| Gurupi | <u>Elemento específico simples</u> <u>Gurupi</u> – (morfema lexical de origem tupi) |
| Miranorte | <u>Elemento específico composto</u> <u>Mira-</u> (morfema lexical) + <u>Norte</u> (morfema lexical) |
| Nova Olinda | <u>Elemento específico composto</u> <u>Nova -</u> (morfema lexical) + <u>Olinda</u> (morfema lexical). |
| Nova Rosa-lândia | <u>Elemento específico composto</u> <u>Nova-</u> (morfema lexical de origem latina) + <u>-Rosa</u> (morfema lexical de origem latina) + <u>-lând</u> (sufixo origem inglesa) + <u>-ia</u> (sufixo nominalizador de origem portuguesa). |
| Oliveira de Fátima | <u>Elemento específico composto</u> <u>Oliveira-</u> (morfema lexical) + <u>de</u> (preposição) + <u>Fátima</u> (morfema lexical) |
| Paraíso do Tocantins | <u>Elemento específico híbrido</u> <u>Paraíso-</u> (morfema lexical de origem portuguesa) + <u>do</u> (contração da preposição “de”, com o artigo masculino “o”) + <u>Tocantins</u> (Tucan-tim – morfema lexical de origem tupi) + <u>-s</u> (morfema gramatical português). |
| Presidente Kennedy | <u>Elemento específico composto</u> <u>Presidente-</u> (morfema lexical de origem latina) + <u>-Kennedy</u> (Morfema lexical) |
| Pugmil | <u>Elemento específico híbrido</u> |

| | |
|--------------------------------|---|
| | Pug- (morfema lexical de origem tupi) + -mil (morfema lexical português) |
| Rio dos Bois | Elemento específico composto Rio- (morfema lexical português) + dos (preposição) + Boi (morfema lexical português) + -s (morfema gramatical português). |
| Santa Rita do Tocantins | Elemento específico híbrido Santa Rita- (morfema lexical) + do (contração da preposição “de”, com o artigo masculino “o”) + Tocantins (Tucan-tim – morfema lexical de origem tupi) + -s (morfema gramatical português). |
| Talismã | Elemento específico simples Talismã- (morfema lexical português) |
| Wanderlândia | Elemento específico simples Wander- (morfema lexical de origem inglesa) + -land (sufixo de origem inglesa) + -ia (sufixo nominalizador português). |
| Xambioá | Elemento específico simples Xambioá- (morfema lexical de origem indígena). |

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como resultado da pesquisa, observou-se que, na maioria das ocorrências, os topônimos tocantinenses localizados às margens dessa rodovia apresentam estruturas simples (Araguaína-TO), compostas (Nova Rosalândia-TO), e híbridos (Aliança do Tocantins). Notou-se que grande parte deles são de origem indígena ou portuguesa, associados a vocábulos de outros idiomas. Nesse levantamento de dados, aqui apresentado, mereceram destaque os morfemas formados por substantivos tupi, unidos a morfemas gramaticais de origem portuguesa, como também, os substantivos próprios.

Os municípios que se formaram, nesse contexto, absorveram as diferenças culturais que misturaram hábitos e modos de vida de povos de várias procedências, entre os nortistas e indígenas. Essa mistura resultou em uma nova cultura, com particularidades que foram se desenvolvendo ao longo da trajetória que se traçou a partir da necessidade de convivência entre essas diferentes culturas.

Com este estudo, percebeu-se a importância do aprofundamento teórico-metodológico do campo da onomástica, como ênfase no estudo da etnotoponímia. Uma nova fase dessa pesquisa se inicia. Nela será realizada a análise de 25 fichas lexicográfico-toponímicas do corpus, já catalogado e identificado. Espera-se realizar um estudo

LÉXICO E SEMÂNTICA

com base na lexicologia, semântica e morfologia. Serão considerados os seguintes elementos: localização geográfica do município, topônimo, etimologia, taxionomia, entrada lexical, estrutura morfológica, histórico, informações enciclopédicas, contexto situacional, fontes, o nome da pesquisadora e da revisora e a data da coleta dos dados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Karylleila dos Santos. *Atlas toponímico de origem indígena do Estado do Tocantins*. 2006. 210p. Tese de doutoramento FFLCH/USP, São Paulo, 2006.

AQUINO, Napoleão Araújo. A construção da Belém-Brasília e suas implicações no processo de urbanização do Estado do Tocantins. **In:** GIRALDIN, Odair. *A (trans)formação histórica da Tocantins*. Goiânia/Palmas: UFG/Unitins, 2002.

BRASIL. Secretaria de Planejamento da Presidência da República. *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE*. Diretoria de Geodésia e Cartografia, Superintendência de Cartografia. Rio de Janeiro. 1970.

DICK, Maria. Vicentina de Paula do Amaral. O problema das taxionomias toponímicas. Uma contribuição metodológica. **In:** *Separata da Revista de Letras*. São Paulo, USP, 1975, p. 373-380.

———. *A motivação toponímica e a realidade brasileira*. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, 1990.

———. *Toponímia e antroponímia no Brasil: Coletânea de estudos*. 2ª ed. São Paulo: FFLCH/USP, 1999a.

FERREIRA, Aurélio. Buarque de Holanda. *Novo dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.

HOUAISS, Antônio. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

IBGE – Instituto Brasileiro Geográfico e Estatístico: *dado populacional do Estado do Tocantins*. Disponível no site <http://www.ibge.gov.br/>. Acesso 24 de maio de 2005.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

LEMOS BARBOSA, A. *Pequeno vocabulário tupi-português*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1951.

LEVI CARDOSO, Armando. *Toponímia brasileira*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1961.

MOURA, Antonio de Paiva. *A família Moura e seus colaterais*. Belo Horizonte, 1999.

NASCENTES, Antenor. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1932.

PALACÍN, S. J., Carlos; PISANESCHI, Nilo. *Santo nosso de cada dia, rogai por nós!* São Paulo: Loyola, 1991.

SAMPAIO, Theodoro. *O tupi na geografia nacional*. 5ª ed. corr. e aum. São Paulo: E. Nacional, 1987.

SOUZA, Sônia Maria de. Belém-Brasília: abrindo fronteiras no Norte Goiano (atual Tocantins) – 1958-1975. In: GIRALDIN, Odair. *A (trans)formação histórica da Tocantins*. Goiânia: UFG; Palmas: Unittins, 2002.

TOCANTINS. *Atlas do Tocantins: subsídios ao planejamento da gestão territorial / Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente. Diretoria de Zoneamento Ecológico-Econômico – DEZ*. Palmas: SEPLAN, 1999.

LÉXICO E SEMÂNTICA

ETNOTOPONÍMIA COMPARADA E ANTROPONÍMIA: SISTEMAS DE NOMEAÇÃO E FUNDAMENTOS DO NOME PRÓPRIO

Patricia de J. Carvalhinhos (USP)

patricialcar@gmail.com.br

APRESENTAÇÃO

Falar sobre etnotoponímia comparada e antroponímia conjuntamente é retratar, de certo modo, a história dos sistemas de nomeação no mundo antigo e, ainda, mostrar os fundamentos do nome próprio em nossa civilização. É um tema que pode ser abordado sob várias perspectivas porque os próprios autores de onomástica não possuem um consenso no que tange à terminologia, dando margem a interpretações várias.

De objetivo panorâmico, este estudo parte de breve discussão terminológica para, em seguida, explorar os conceitos de etnotoponímia comparada e antroponímia. Vários sistemas de nomeação podem ser sintetizados a partir da cosmogonia bíblica (Stewart, 1954; Dick, 1992) aqui retomada como exemplo, para que reflitamos sobre as relações entre os já mencionados conceitos.

ETNONÍMIA E ETNOTOPONÍMIA

Não se pode definir etnotoponímia e etnotopônimo sem relacionar os termos *etnonímia* e *etnônimo*, termos antropológicos que apresentam relação com os primeiros. Pela acepção geral, *etnonímia* provém do substantivo *etnônimo*, “palavra que designa tribo, casta, etnia, nação” (Aulete, s.d.). Foi a partir deste termo, então, que a Academia de Ciências de Lisboa propôs, em 1940, o termo *etnotoponímia* como taxionomia toponímica: *éthnos* + *topos* + *onoma*, termo utilizado para congregar todos os nomes de lugares cuja acepção semântica fosse *tribo*, *etnia*, *casta*, *nação*.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Em 1980⁹ Dick sistematizou e readaptou as taxionomias (já estabelecidas desde 1940) para a realidade brasileira em sua tese de doutorado, e a etnotoponímia foi uma das taxas mantidas pela autora, que a define como “topônimos referentes aos elementos étnicos, isolados ou não (povos, tribos, castas). Ex: *Guarani* (A.H.¹⁰ PE); ilha do *Francês* (RJ); rio *Xavante* (MT); *Árabe* (arroio, RS).” (1992, p. 33)

Anos mais tarde, parece haver uma dilatação no conceito, para a mesma autora:

A necessidade de definir os traços das linguagens faladas ao longo dos períodos históricos, cujos vestígios firmavam-se nos topônimos regionais antigos, gerou a chamada toponímia genética, ou, *como preferimos*, a etnotoponímia geral, de índole contrastiva. (grifo meu)

Pela afirmação da autora “etnotoponímia geral, de índole contrastiva” é o mesmo que toponímia genética. Apesar de trabalhar com a primeira definição para efetivamente trazer exemplos cujo conteúdo semântico possa ser classificado como etnotopônimo, o alargamento do conceito é mais ajustado aos nossos propósitos nesta comunicação, uma vez que optamos por uma perspectiva panorâmica e histórica.

Se, em uma perspectiva sincrônica, consideramos etnotopônimos os nomes de lugares *Tupinambá* (vila, RS); *Tupi Paulista* (A.H., SP); *Guarani das Missões* (A.H., RS); *Caetés* (A.H., PE), para citar apenas alguns, estamos reduzindo a amplitude do conceito ao negar-lhe a acepção original, nem sempre presente nos topônimos resultantes. Há, evidentemente, etnotopônimos relacionados à presença real de grupos de distintas etnias no Brasil, mas optamos por citar a

⁹ Mil novecentos e oitenta foi o ano em que a autora propôs a sistematização, em sua tese de doutoramento publicada em 1990 com o título de *A motivação toponímica e a realidade brasileira*. O tema foi amplamente retomado na publicação *Toponímia e Antroponímia no Brasil. Coletânea de estudos*, primeira edição de 1988, segunda de 1990 e terceira de 1992, a que usamos em nossas citações.

¹⁰ Baseada na literatura especializada norte-americana e europeia e, ainda mais especificamente, em Edward Sapir, Dick (1990) propõe a sigla A.H. para “*acidente antropocultural*”, ou, ainda, “*aglomerado humano*”, designando o elemento genérico de natureza cultural, não física. Assim, o elemento denominado fruto da intervenção humana na paisagem – uma ponte, rua, estrada, fazenda, cidade, povoado, represa – é designado pela sigla A.H., enquanto os elementos de natureza física – rios, lagos, praias, costas, montes, morros etc. – são designados pela sigla A.F., ou seja, *acidente físico*.

LÉXICO E SEMÂNTICA

Europa, manancial etnotopônimo substancial que nos permite trabalhar na perspectiva comparativista ao resgatar, na literatura de Albert Dauzat, José Leite de Vasconcelos e Joseph Marie Piel, entre outros autores, o processo de formação desses etnotopônimos, realmente vinculados a etnônimos – e, indiscutivelmente, não se pode pensar no sistema toponímico brasileiro sem remeter às nossas raízes europeias, parte importante em sua formação.

Albert Dauzat (1926, 185-186) aponta-nos, de início, a relação entre os etnônimos e a própria origem dos nomes de países. Seguindo o autor,

Les noms des nations se sont souvent formés par extension géographique, parallèlement à certaines extensions politiques: la *France* était à l'origine limitée au domaine des Francs (nous y reviendrons), l'*Italie* ne désignait qu'une partie de la péninsule, du même que la *Suisse* a tiré son nom d'un des vingt-deux cantons. — Généralement les noms des États ou des grandes unités géographiques ont été formés d'après les noms des peuples. Dans l'antiquité, nous l'avons dit, c'est le peuple qui est tout, et cette conception s'est conservée très tard chez les nations germaniques. En latin *Hispania* (Espagne) était la terre des *Hispani*, comme la *Gallia* (Gaule) des *Galli*, la *Germania* des *Germani* et l'*Italia* des *Itali*. La même idée a été exprimée par composition dans le monde germanique, tandis que les pays romans continuaient les appellations par suffixes (*Francia*, etc.) : *England*, que nous avons traduit littéralement par *Angleterre*, est le pays des Angles, *Deutschland* (Allemagne) celui des *Deutschen* (Allemands), *Danemark* la «marche» des *Danois*; l'appellation topographique est plus rare (*Nederland*, Pays-Bas), *Æslerreich* (Autriche, «royaume de l'Est») etc.¹¹

Ou seja, segundo ele os nomes dos países europeus derivaram-se dos nomes dos grupos étnicos que dominavam politicamente

¹¹ "Os nomes das nações frequentemente formaram-se por referência à extensão geográfica, assim como aos domínios políticos: *França* tem sua origem ligada ao domínio dos Francos, a *Itália* designava apenas uma parte da península, do mesmo modo que a *Suíça* tirou o seu nome de um dos vinte e dois cantões. Geralmente, os nomes dos Estados ou das grandes unidades geográficas formaram-se de acordo com os nomes dos povos. Na antiguidade, dissemo-lo, o povo que é o todo, e esta concepção conservou-se muito tardiamente nas nações germânicas. Do latim *Hispania* (Espanha) veio a terra do Hispanos, assim como o *Gália* (Gaulle), terra dos gauleses, a *Germânia*, terra dos Germanos e a *Itália*, dos itálos. No mundo germânico, os nomes formaram-se por composição, enquanto os países românicos formaram as denominações por sufixação (*França*, etc.): *England*, que traduzimos literalmente por *Inglaterra*, é o país dos Anglos; *Deutschland* (Alemanha) o dos *Deutschen* (alemães), a *Dinamarca*, o "marco" [ou fronteira, limite] dos *daneses*; já a denominação topográfica é mais rara (*Nederland*, Países Baixos), *Æslerreich* (Áustria, "reino do Este") etc." Tradução livre da autora.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

o espaço denominado, assim como da sua própria presença nos territórios – como se percebe, é um modo bastante espontâneo de criar uma denominação por referência e particularização de um determinado espaço. Também é Albert Dauzat, em outro trecho do seu *Les noms de lieux*, quem aponta as mudanças das tendências nominativas para territórios na antiguidade e idade média, havendo uma inversão de valores pela própria inversão ideológica, no que concerne à própria posse da terra:

Dans l'antiquité, on vient de le voir, les nomes de territoires étaient généralement formés par dérivation des noms d'habitants; à partir de l'époque féodale, au contraire, les noms d'habitants sont déduits des nomes de territoires¹². (1926, p. 191)

A contrapartida na península Ibérica (aliás, cuja denominação segue o mesmo processo, se nos recordamos da presença maciça dos iberos na região, no período pré-romano) nos é oferecida por Leite de Vasconcelos, Joseph Marie Piel e outros filólogos estudaram Portugal e Espanha. Vasconcelos (1928) aponta, na obra *Antroponímia Portuguesa*, um exemplo de topônimo formado a partir de um etnônimo, cuja forma atual é *Idanha*: “A forma *Igaeditania não existe em textos clássicos, mas deduz-se de Igaeditani, nome étnico (...). Os bispos da Guarda creio que ainda hoje se chamam Egitanienses.”

Conforme veremos a seguir, os relatos cosmogônicos, aqui representados pela Gênese bíblica, apontam a tendência identificada por Dauzat.

SISTEMAS DE NOMEAÇÃO ESPONTÂNEA: O DISCURSO BÍBLICO

Tomando o relato bíblico como uma das muitas cosmogonias existentes, criações de diferentes grupos étnicos, citamos o trabalho de Stewart, de 1958, publicado na revista *Names* e retomado por Dick (1992). O foco do autor era o próprio discurso bíblico e a problemática que se impõe pelo ato de nomear, implícita no título do ar-

¹² “Na antiguidade, como se vê, os nomes de territórios se formavam, em geral, por derivação dos nomes de habitantes; a partir da época feudal, ao contrário, os nomes de habitantes se “deduzem” dos nomes dos territórios.” Tradução livre da autora.

LÉXICO E SEMÂNTICA

tigo: *And Adam gave names – a consideration of name-lore in antiquity*. Dick cita Stewart em um dos primeiros artigos da *Coletânea de Estudos* (Dick, 1992) para relatar a formação do que ela intitula “arquétipos toponímicos”, ou seja, formações descritivas que se repetem na toponímia de várias culturas.

Apesar de retomar aqui o recorte bíblico estudado por Stewart e repensado por Dick, nosso objetivo ao citar a gênese bíblica é outro: exemplificar como a antroponímia se entrelaça com a toponímia e com a etnonímia. Se nos primeiros exemplos mencionados nesta comunicação já fica claro como os topônimos são formados de etnônimos, agora se usa um relato muito antigo a fim de comprovar não apenas a relação da antroponímia com a toponímia, mas também verificar um momento de formação de um sistema de nomeação, no qual ainda não encontramos a formação do nome do território pelo grupo, mas sim por um único possuidor.

Muitas vezes, o toponimista carece de fontes no que concerne à interpretação de topônimos antigos. O relato bíblico, como narrativa histórica, nos traz uma série de topônimos e designativos que permite realizar uma associação entre as afirmações de Dauzat anteriormente mencionadas (na antiguidade, o território recebe o nome do grupo que nele habita; em um período posterior, o grupo leva o nome do território). O primeiro livro, *Gênesis*, apresenta a configuração do espaço na narrativa, assim como alguns arquétipos toponímicos:

(...) saía um rio do *Éden* para regar o jardim; e dali se dividia e se tornava em quatro braços. O nome do primeiro é *Pisom*; este é o que rodeia toda a *terra de Havilá*, onde há ouro. (...) E o nome do segundo rio é *Giom*; este é o que rodeia toda a *terra de Cuxe*. E o nome do terceiro rio é *Tigre*; este é o que vai para o lado oriental da Assíria; e o quarto rio é o *Eufrates*. (Gên. II, 8-14). (grifos meus)

Pelo desconhecimento da língua, interpretamos todos os nomes grifados como topônimos¹³. O que importa, agora, é a observa-

¹³ Seria ingênuo ignorar o tempo decorrido e as sucessivas traduções do relato bíblico. Não podemos esquecer, contudo, que mesmo na própria língua de origem os designativos empregados para identificar os lugares e rios sofrem, com o passar do tempo, o esvaziamento semântico. Não estamos especulando, também, se no tempo da redação do texto bíblico os nomes estariam ou não vazios; a menção à Bíblia se dá, como já se afirmou, por Stewart.

ção que se tira deste trecho do relato bíblico, corroborante aos critérios identificados por Dauzat¹⁴. O primeiro é a presença dos designativos comuns esvaziados (*pisom, gion, tigre e eufrates*), toponimizados no discurso bíblico. Todos eles, segundo estudiosos da Bíblia, significam “água corrente”¹⁵. Os dois primeiros desapareceram, mas o Tigre e o Eufrates ali continuam, comprovando-nos o princípio detectado por Dauzat de que os cursos d’água, como elementos permanentes da paisagem, tendem a conservar as denominações primitivas e, assim, constituem elementos preciosos na reconstituição de línguas antigas.

O segundo critério apontado por Dauzat presente neste trecho bíblico mostra-nos outro padrão denominativo da antiguidade que persiste até hoje, tendo sofrido algumas modificações ao longo do tempo conforme as línguas: o uso do genitivo, ou de uma perífrase com o nome do possuidor (antropônimo), para indicar a posse da terra. No trecho citado anteriormente, percebemos dois deles: *terra de Cuxe* e *terra de Havilá*. Como são nomes esvaziados, a relação entre terra e possuidor só se evidencia mais adiante, no capítulo décimo da narrativa, quando percebemos que Cuxe e Havilá são descendentes de Noé:

Estas, pois, são as gerações dos filhos de Noé: Sem, Cam e Jafé; e nasceram-lhes filhos depois do dilúvio. (...) E os filhos de Cam são: *Cuxe*, Mizraim, Pute e Canaã. E os filhos de Cuxe são: Sebá, *Havilá*, Sabtá, Raamá e Sabtecá; e os filhos de Raamá: Sebá e Dedã. E Cuxe gerou a Ninrode; este começou a ser poderoso na terra. (Gên. X, p. 1-8, grifos meus).

¹⁴ Na verdade, Dauzat não os enumera como critérios, mas estes (e mais alguns) são claramente deduzidos ao longo da leitura.

¹⁵ Citamos apenas um autor que se dedica à localização do Éden, entre muitos outros consultados, para transcrever o trecho em que oferece o significado dos braços dos rios no Jardim: “According to the general ancient oriental fancy, found also in Babylonia, the two Niles were now thought to spring from two vases held by a god of fertility in the underworld, which then arose into the upper world through two fountain grottos, called the qrtý or the tpty, both words meaning “fountain”, or “grotto”. (...) As Weinheimer has seen, the biblical Pišôn and Gihôn are almost literal translations of the Egyptian words, both being common designations for fountain (two Ghions at Jerusalem, etc.), meaning respectively “leaper”, and “spouter”. E em nota: “Pišôn comes from pûš, “to leap, and Gihôn from gûh, “to spout, gush”. The words stand for pišôn and gihôn by vocalic dissimilation, like Heb. tîkôn for *ôkôn, hišôn for *hušôn, rîšôn for *rôšôn, etc.” (Albright, 1922, p. 15-31).

LÉXICO E SEMÂNTICA

Obviamente, o uso do genitivo sofreu mudanças ao longo do tempo. Na península Ibérica, por exemplo, é comum encontrar nomes de lugares com formação híbrida: o nome do possuidor da terra, muitas vezes procedendo de um dos estratos linguísticos presentes na região (os pré-romanos como o céltico, e os pós-romanos como o germânico e o árabe), conjuga-se a um sufixo latino genitivo indicando a posse da terra, como nestes dois exemplos de topônimos portugueses: *Telhões, vila de Telo*, da forma latina *Tellionis*; *Midões, Vila de Mido*, cuja forma latina era *Midonis*; ambos germânicos. Hoje em dia ainda podemos apontar essa simbiose intensa entre antroponímia e toponímia, pois o nome do possuidor ainda é um motivo muito frequente nos levantamentos (cf. Dick, 1999 e Carvalhinhos, 2007).

ETNONÍMIA, ETNOTOPONÍMIA E ANTROPONÍMIA: RELAÇÕES

Uma vez exposto o panorama geral, cabe-nos refletir um pouco sobre as relações entre etnonímia, etnotoponímia e antroponímia na formação do sistema onomástico brasileiro.

Como já foi apontada a relação entre etnonímia e etnotoponímia, apenas gostaríamos de lembrar que do mesmo modo que os etnônimos geram etnotopônimos, assim também ocorre com termos derivados de outras áreas do conhecimento, que gerarão topônimos nas respectivas taxionomias.

Focando nossa atenção no caso em estudo, observamos as seguintes etapas no processo de formação toponímica:

1. Relação com o sujeito/grupo real → *tapayó*¹⁶ (etnônimo);
2. Incorporação ao sistema linguístico de outros grupos em contato como lexia virtual;
3. Aplicação desvinculada do referente inicial.

No primeiro momento de contato interétnico (1) o que o colonizador (ou qualquer outro grupo étnico) assimilava era o *etnônimo*, ou seja, o nome do grupo, etnia ou nação – etnônimo que, muitas ve-

¹⁶ Assim explica Mansur Guérios (1994, p. 310) o nome Tapajós, que aparece como prenome e apelido de família: "sobr. brasileiro, do tupi: *tapayó/tabayó*: 'proveniente (yó) da aldeia (*taba*)', com -s pl., do português. É nome de uma nação indígena."

zes, não era mais que uma alcunha ou denominação pejorativa atribuída por outra etnia – neste sentido, o nome era exógeno na maioria das vezes, e não endógeno.

Segundo Untermann (1992, p. 20), há pelo menos três possibilidades para a formação de um etnônimo:

(1) En el momento en que una agrupación adopta la consciencia de su unidad y de su delimitación frente a otros grupos, es de suponer que La agrupación se denomina a sí misma por un nombre que la hace sentir y proclamar su individualidad inconfundible;

(2) en el momento en que un grupo tal se da cuenta de la existencia de otras unidades coexistentes en la vecindad, se impone a sí mismo La obligación de dar un nombre a estas agrupaciones vecinas;

(3) en la interacción progresiva de varias agrupaciones que viven en cualquier tipo de contacto entre sí, no está excluido que un repertorio de nombres gane tanto prestigio que los grupos acepten un nombre de este repertorio sin respeto a la procedencia del mismo: por consecuencia es posible que se denominen a sí mismos mediante un etnónimo que haya sido creado por sus vecinos o por otros miembros del continuum étnico al cual pertenecen¹⁷.

Nesta etapa de contato entre dois grupos existe a incorporação dos etnônimos ao sistema linguístico de ambos como lexias virtuais (2), em geral atualizadas somente em relação ao referente inicial. Contudo em uma etapa posterior (3) é possível que haja a aplicação da lexia *desvinculada* do referente inicial, e é neste contexto que há a passagem de etnônimo a etnotopônimo. Observe-se a figura 1:

¹⁷ Sobre este tipo de surgimento de etnônimo, o autor considera necessário especular sobre o motivo semântico de criação, inseparável do processo gramatical de sua formação: "(1) El nombre puede mostrar una forma autónoma, no derivada, significando algo como "el pueblo", "los amigos" "la estirpe noble", "los guerreros", o tomando su motivación de algún símbolo mágico o de totem, que pueden ser ciertos animales, árboles u otros fenómenos del ambiente natural: (2) el nombre puede ser derivado de otro nombre propio, es decir, la agrupación recibe la denominación a base de su pertenencia o bien sea a una persona —por ejemplo. el fundador mítico de la familia— o bien sea a un lugar —un río, un paisaje. una ciudad." (Untermann, 1992, p. 19-34).

LÉXICO E SEMÂNTICA

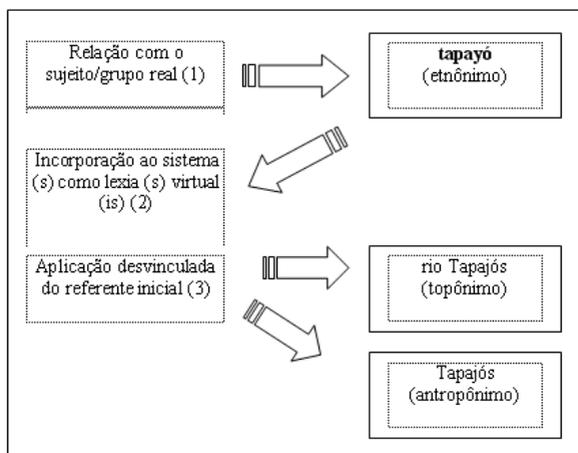


Figura 1. Etapas e relações: etnônimos, antropônimos, etnotopônimos

A terceira e última etapa, exemplificada na figura 1 pelo percurso do etnônimo *tapayó*, mostra-nos a sua aplicação independente de sua função como etnônimo. Pode-se aventar que o rio assim foi denominado pela presença do grupo ao longo do seu curso, ou pelo menos em um ponto específico; não obstante, a apropriação da lexia fica clara quando a aplicação passa ao nível antroponímico, em que há uma evidente desvinculação do etnônimo.

Em termos de estrutura toponímica, observa-se uma formação híbrida (etnônimo indígena acrescido da marca de plural portuguesa -s), tanto no topônimo quanto no antropônimo dele derivado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É na conclusão de nossa exposição que parece ficar muito clara a relação que há, e sempre houve, entre etnotoponímia (e, por extensão, etnonímia), toponímia e antroponímia. Em tempos antigos, quando da formação da toponímia ocidental europeia, o mesmo percurso anteriormente descrito pode ser aplicado a vários outros etnônimos que, por sua vez, também passaram a topônimos e antropônimos: citamos, apenas como exemplo, *germano*, etnônimo que gera o topônimo *Germânia* do qual provêm os prenomes Germano/Germa-

na, assim definidos por Mansur Guérios (1992, p. 169), “‘da Germânia, natural da Germânia’. Não é de procedência germânica, mas céltica. Referia-se primitivamente a uma das tribos do rio Mosa (...). Provavelmente, quer dizer ‘vizinho’ (designação dos celtas)” e *coimbrões*, citado por Leite de Vasconcelos (1931, p. 290), etnônimo que gerou entre outros nomes de lugar o topônimo *Coimbra* (que, por sua vez, pode ter gerado outros topônimos) e o respectivo antropônimo.

Seria possível enumerar incontáveis exemplos, mas não é nosso objetivo alongar-nos mais¹⁸. Fica claro, contudo, que uma rua como as paulistanas Rua dos Tupinambás e Alameda dos Tupiniquins¹⁹ pode provir, em primeira instância, de uma homenagem aos grupos étnicos; pode, também, ser denominação proveniente de pessoas homenageadas assim denominadas em vida; mas a desvinculação demonstrada no tópico (3) da figura 1 fica patente quando tomamos conhecimento de que grande parte das ruas paulistanas, assim como pode ocorrer em grandes capitais, provém de um banco de nomes gerado exclusivamente para esse fim²⁰, no qual constam nomes (que se convertem em topônimos) dos mais diversificados campos semânticos, entre eles, os referentes a agrupamentos étnicos.

Portanto, apesar de concordarmos com Dauzat quando afirma que *La toponymie, conjuguee avec l'histoire, indique ou précise les mouvements anciens des peuples, les migrations, les aires de colonisation, les régions où tel groupe linguistique a laissé ses traces*²¹, propomos que o nome vai além da sua proposta dialetológica e, para ser estudado em todas as suas possibilidades, deve ser encarado em

¹⁸ Note-se que todos os topônimos mencionados anteriormente, no primeiro tópico desta comunicação, exemplificam esta última afirmação.

¹⁹ A primeira rua situa-se na Vila Mariana e a segunda faz parte de uma área toponímica em Moema, cujas alamedas têm nomes de grupos indígenas.

²⁰ A história do Banco de Nomes da cidade de São Paulo pode ser encontrada no site <http://www.dicionarioderuas.com.br/bancodenomes.html>, programa desenvolvido pela Plan-marc em parceria com o Departamento de Patrimônio Histórico (DPH), da Secretaria Municipal de Cultura.

²¹ “A toponímia, conjugada com a história, indica ou precisa os movimentos iniciais dos povos, suas migrações, áreas de colonização, e regiões nas quais determinado grupo linguístico deixa suas marcas.” (tradução livre da autora)

LÉXICO E SEMÂNTICA

todas as suas modalidades, especificidades e relações com outros elementos e áreas do conhecimento, seja como lexia, seja como produto de uma enunciação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A BIBLIA ON LINE. *Bíblia sagrada*. Disponível em www.bibliaonline.com.br. Acesso: 13. fev. 2008.

ACADEMIA DE CIÊNCIAS DE LISBOA. *Vocabulário ortográfico da língua portuguesa*, 1940.

ALBRIGHT, W.F. The location of the Garden of Eden, *The American Journal of Semitic Languages and Literatures*, Vol. 39, Nº 1, out. 1922, p. 15-31.

AULETE DIGITAL. *Dicionário contemporâneo da língua portuguesa*. Baseado em Caldas Aulete, Francisco J.; Valente, Antonio Lopes dos Santos. Dicionário contemporâneo da língua portuguesa Caldas Aulete. Edição brasileira original: Hamílcar de Garcia. Desenvolvido por Lexikon Editora Digital Ltda. (Software gratuito) Disponível em <<http://www.auletedigital.com.br/auletedigital>> Acesso em: 14 fev. 2008.

CARVALHINHOS, P. J. ; ANTUNES, A. M. Princípios teóricos de Onomástica. Toponímia e Antroponímia. O nome próprio. *Cadernos do CNLF* (CiFEFil), Rio de Janeiro, 2007. Vol. XI, p. 108-121.

CARVALHO, Manuel. Taxinomia toponímica. *Toponímia: gentes e lugares*. Blog disponível em:

<http://deaveiroportugal.blogspot.com/2006/12/taxinomia-toponmica_116714550727073574.html>. Acesso em: 10 fev. 2008.

DAUZAT, Albert. Noms de territoires et d'habitants. *Les noms de lieux*. Paris: Delagrave, 1926, p. 191-194.

DICK, M.V.P.A. Aspectos de etnolinguística: a toponímia carioca e paulistana: contrastes e confrontos. *Revista USP*, Nº 56, São Paulo, 2003, p. 180-191.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

———. Métodos e questões terminológicas na onomástica. Estudo de caso: o Atlas Toponímico do Estado de São Paulo. *Investigações. Linguística e Teoria Literária*, Recife, 1999, V. 9, p. 119-148.

———. Atlas Toponímico: um Estudo Dialetológico. *Revista Philologus*, Rio de Janeiro: Cifefil, 1998. V. 10, p. 61-69.

———. *Toponímia e antroponímia no Brasil*. Coletânea de estudos. 3ª ed. São Paulo: 1992.

GUÉRIOS, R. F. M. *Dicionário etimológico de nomes e sobrenomes*. 4ª ed. rev. São Paulo: Ave Maria, 1994.

MILL, JOHN STUART. *A system of logic, ratiocinative and inductive; being a connected view of the principles of evidence and the methods of scientific investigation*. New-York: Harper & brothers, publishers, 1846. Disponível em <<http://books.google.com.br/books?id=LVAYAAAAIAAJ&printsec=frontcover&dq=stuart+mill+system#PPR1,M1>> Acesso em: 29. set. 2007.

PIEL, J. M. Sobre uma suposta identificação dos topónimos galport. Groba, Grova etc., com o etnónimo pré-romano Grovii. Nº 1 *VERBA. Anuario Galego de Filoloxía*. Editorial Universidade de Santiago, Servicio de Publicacións e Intercambio Científico, 1974, p. 62-67.

STEWART, G.R. And Adam gave names. *Names*, VI (1), março 1958. **In:** DICK, M. V. P. A. *Toponímia e antroponímia no Brasil*. Coletânea de Estudos. 3ª ed. São Paulo: 1992, p. 1-9.

UNTERMANN, Jurgen. Los etnónimos de la Hispania antigua y las lenguas prerromanas de la Península Ibérica. **In:** *Paleoetnología de la Península Ibérica: Actas de la Reunión celebrada en la Facultad de Geografía e Historia de la Universidad Complutense*. Madrid, 13-15 dezembro de 1989, Vol. 1, 1992, p. 19-34.

VASCONCELLOS, José Leite de. *Opúsculos*, v. III Coimbra: Imprensa da Universidade, 1931.

———. *Antroponímia portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1928.

LÉXICO E SEMÂNTICA

NOME PRÓPRIO: UMA ABORDAGEM PARA O PROCESSAMENTO DA LINGUAGEM NATURAL

Rosana de Vilhena Lima (UFES)
rvillema5@hotmail.com

INTRODUÇÃO

O processamento automático da linguagem natural (PLN) é um campo de pesquisa que exige conhecimentos de áreas diversas, sobretudo da linguística e da informática. Para que o homem faça um melhor uso da máquina, torna-se urgente a descrição das línguas naturais e sua formalização. Isso possibilitará uma “leitura e compreensão” das línguas naturais pela máquina, favorecendo o homem em grande medida, nos diversos aspectos da comunicação e da significação lexical, viabilizando a interação humano-máquina.

A elaboração de um dicionário eletrônico para o português do Brasil, que envolva uma ampla cobertura lexical, é uma das aspirações dos pesquisadores em linguística e informática envolvidos com o PLN. Vale ressaltar que a expressão *dicionário eletrônico* não diz respeito aos dicionários digitais – ou seja, às versões informatizadas de dicionários de uso – mas refere-se ao léxico computacional, que abarca o maior número de informações sobre os itens lexicais, codificadas para o uso em máquina no processamento automático de textos, dispensando assim a intervenção humana.

O avanço das pesquisas em linguística para o desenvolvimento de um dicionário eletrônico do português do Brasil é ainda incipiente e esbarra-se em alguns entraves, próprios da estrutura da língua em uso.

A ocorrência de palavras que possuem a mesma forma e vários significados é uma das dificuldades a ser trabalhada na elaboração do dicionário eletrônico do português do Brasil. Esse fenômeno (polissemia) será abordado no artigo no que diz respeito aos nomes próprios.

A POLISSEMIA

A polissemia, ocorrência de um item lexical com vários significados, é um fato incontestável nas línguas naturais. De acordo com Lyons (1987, p. 143):

Os vários significados de um lexema polissêmico único [...] são normalmente tidos por relacionados entre si [...].

É fácil ver que, enquanto a identidade entre as formas é uma questão de sim ou não, a relação entre os significados é um problema de mais e ou menos.

Nesta perspectiva, pode-se dizer que todas as palavras são potencialmente polissêmicas. Considerando que a relação entre significados é expressa em termos de *mais* ou *menos*, pode-se pensar na existência de palavras *mais* ou *menos* polissêmicas.

Perini (1995, p. 251, 252) considera que a maior parte das palavras apresenta algum grau de polissemia e afirma que, “a polissemia é uma propriedade fundamental das línguas, que sem ela não poderiam funcionar eficientemente”. O potencial polissêmico das palavras é um dos fatores que atribui às línguas flexibilidade e possibilita a expressão dos diversos aspectos da realidade, segundo o linguista.

O autor considera problemático o critério da distinção semântica e apresenta o seguinte questionamento: “Como distinguir uma com segurança uma diferença semântica ‘grande’ de uma ‘pequena’?” (Perini, 1995, p. 251). São apresentados alguns casos em que se pode identificar a diferença de significado entre os itens lexicais (*fio* de linha – *fio* elétrico, *roda* de carroça – *roda* de amigos e outros) sem que se possa, contudo, determinar a dimensão dessa diferença.

Outro fenômeno abordado por gramáticos e linguistas é a *homonímia* – ocorrência de itens lexicais com a mesma grafia e pronúncia e significados completamente distintos – frequentemente confundida com a polissemia. Embora não seja objetivo do artigo tratar da diferença entre homonímia e polissemia, pode-se dizer que esse aspecto é extremamente relevante na construção de dicionários.

No caso de ocorrência de itens lexicais que apresentem a mesma forma (gráfica e fônica – homógrafos e homófonos), a defi-

LÉXICO E SEMÂNTICA

nição da ocorrência de polissemia ou de homonímia determinará o número de entradas no dicionário. Ao considerar-se que há ocorrência de polissemia, o dicionário apresentará entrada única para o item com as acepções descritas nessa entrada, caso contrário – ao considerar-se que os itens são homônimos – o dicionário apresentará entradas distintas para cada item lexical. Um exemplo dessa dificuldade observa-se no tratamento do substantivo *manga* em dois minidicionários da língua portuguesa:

- *Minidicionário Aurélio* (Ferreira, 1988, p. 325)

“**manga**¹ *sf.* 1. Parte do vestuário onde se enfia o braço. 2. Qualquer peça em forma de tubo que reveste ou protege outra peça.

manga² *sf.* O fruto da mangueira.”

- *Minidicionário Luft* (Luft, 2001, p. 441)

“**man.ga** *s. f.* 1. Parte do vestuário na qual se enfia o braço. 2. Fruto da mangueira. 3. Chaminé de candeeiro. 4. Tromba-d'água.”

Embora a palavra *manga* seja um exemplo clássico de homonímia (Cf. Borba, 1976, p. 62 e Perini, 1995, p. 251) constata-se a falta de consenso na construção de dicionários. Ferreira (1988) considera a existência de dois itens lexicais ao passo que Luft (2001) aponta a ocorrência de apenas um item. Um fator que leva o lexicógrafo a optar por entradas polissêmicas é a economia de espaço, sobretudo em dicionários em suporte de papel.

Os dicionários de uso em suporte digital contam com um espaço maior, o que possibilita o registro homonímico das entradas bem como o acréscimo de informações acerca dos itens lexicais. Por exemplo, o dicionário Houaiss – formato digital²² – no verbete *manga*, registra três entradas, com diversas acepções em cada uma delas, além de informações quanto à etimologia, gramática e ocorrência de homonímia.

Cabe ressaltar que, embora os dicionários em formato digital possibilitem uma quantidade maior de informações sobre as entradas, a natureza dessas informações difere das que se encontram nos dicionários eletrônicos.

²² Disponível em: <http://houaiss.uol.com.br>.

Nos dicionários de uso as palavras são inseridas na sua forma canônica (por exemplo, os nomes no masculino singular e os verbos no infinitivo) enquanto nos dicionários eletrônicos as formas flexionadas também são consideradas. A inserção dessas formas favorece a ocorrência da ambiguidade. No caso do item lexical *manga*, além das realizações apontadas anteriormente, no dicionário eletrônico encontra-se, por exemplo, *manga* como a terceira pessoa do presente do indicativo do verbo *mangar*.

Na elaboração do dicionário eletrônico não há a preocupação com relação ao espaço a ser ocupado pelas informações a respeito dos itens lexicais. Sendo assim opta-se, na maioria das vezes, pelas entradas homônimas, que ajudam a evitar a ocorrência de ambiguidade.

O NOME PRÓPRIO

O estudo do nome próprio assume espaço significativo na Linguística nas duas grandes divisões da ciência Onomástica: a antropônimo – estudo do nome de pessoa – e a toponímia – estudo do nome de lugar.

Ao tratar dos dicionários eletrônicos Ranchhod (2001, p. 24) afirma que, além dos dicionários de palavras simples, palavras flexionadas – geradas a partir das palavras simples – e palavras compostas, “estão a ser elaborados léxicos mais específicos, nomeadamente dicionários terminológicos [...], dicionários de siglas [...], dicionários de topônimos, etc.” A elaboração de dicionários de topônimos atesta a relevância do estudo dos nomes próprios na elaboração de dicionários eletrônicos.

A delimitação entre nome próprio e nome comum não é tarefa simples, como pode parecer à primeira vista. A marcação do nome próprio com inicial maiúscula, apresentada como critério distintivo, nem sempre se mostra eficaz. Vaxelaire (2005) observa esse fato nos dicionários franceses: *Nouveau Petit Robert* (2000) – doravante PR1 – e *Petit Robert des noms propres* (2000) – doravante PR2 – e aponta alguns exemplos, dos quais destacamos: a entrada *magos*, na segunda aceção do PR1 com destaque para *Magos* – personagens bíblicos que (de acordo com a narrativa dos Evangelhos) foram home-

LÉXICO E SEMÂNTICA

nagear Jesus, e a entrada dessa palavra no PR2, apenas referindo-se a Baltazar, a Gaspar e Melchior. O autor menciona ainda a segunda aceção da entrada de *hexágono* no PR2, que se refere à forma do mapa da França (que pode ser inscrita num hexágono)²³.

Situação semelhante ocorre com dicionários de língua portuguesa. Pode-se constatar no *Minidicionário Luft* (M.L.) algumas palavras que dão entrada no dicionário com inicial maiúscula, ou que se recomenda o uso de inicial maiúscula, conforme os exemplos a seguir:

Pás.coa *s.f.* Comemoração festiva da ressurreição de Cristo.

Pen.te.cos.tes *s.m.2n.* (Cat.) Festa em que a Igreja comemora a descida do Espírito Santo sobre os apóstolos; festa do divino.

na.tal [...] *S.m.2.* Dia (25 de dezembro) em que se comemora o nascimento de Cristo (inic. maiúsc.).

No *Minidicionário Aurélio* (M.A.) encontra-se:

páscoa *s.f.* **1.** Festa anual dos hebreus, que comemora a sua saída do Egito. **2.** Festa anual dos cristãos, que comemora a ressurreição de Cristo.

pentecostes *s.m.2n.* Festa católica celebrada 50 dias depois da Páscoa, em comemoração da descida do Espírito Santo sobre os apóstolos.

na.tal [...] Dia em que se comemora o nascimento de Cristo (25 de dezembro). [Com *n* maiúsculo, nesta aceç.]

Embora não haja recomendação de se grafar *Páscoa* com inicial maiúscula o M.A. apresenta a palavra registrada dessa forma ao definir *Pentecostes*.

Não fica claro o critério adotado para o uso de inicial maiúscula na definição do nome próprio. Os verbetes apontados anteriormente são de cunho religioso, porém, não parece ter sido esse o parâmetro utilizado por Luft (2001) na utilização de iniciais maiúsculas, visto que no M.L. *iemanjá*, *xangô* e *tupã* não são grafados com inicial minúscula nem há recomendação do uso de maiúsculas. Caso

²³ Vexalaire, 2005: "Le sens 2 de mage dans le PR1 évoque des personnes particulières "SPÉCIALT. Les Mages: les personnages qui, selon l'Évangile, vinrent rendre hommage à l'Enfant Jésus". À nouveau, le PR2 possède une entrée pour ce mot, même si elle ne fait que renvoyer à Balthazar, Gaspard et Melchior. À l'inverse, si le sens 2 de hexagone renvoie sans hésitation à un nom propre ("L'HEXAGONE: la France métropolitaine2 [à cause de la forme de la carte de France, qu'on peut inscrire dans un hexagone]."), il n'y a pas d'article Hexagone dans le PR2."

fosse considerado o aspecto religioso dos itens lexicais na utilização de iniciais maiúsculas para caracterizar os nomes próprios, as palavras mencionadas seriam grafadas da seguinte forma: *Iemanjá*, *Xangô* e *Tupã*, considerando que fazem referência a elementos pertinentes à religião. Os nomes mencionados não apresentam registro no M.A.

Outra questão a ser discutida diz respeito ao sentido do nome próprio. Ullmann (1964, p. 152) afirma que, “muitos filósofos linguistas estão de acordo na consideração dos nomes próprios como marcas de identificação [...] serve apenas para identificar uma pessoa ou objeto”. O autor considera a distinção entre nomes próprios e nomes comuns uma tarefa fácil, ressalva, contudo a fragilidade da fronteira que os separa, bem como as dificuldades geradas pela transparência semântica de determinados nomes próprios derivados de substantivos comuns e a possibilidade de um nome próprio converter-se em palavra comum.

Observa-se a falta de consenso na questão do sentido do nome próprio (sua existência ou não). De acordo com Brito (2003, p. 39-40),

o debate sobre nomes próprios tem estado bastante dividido [...]. De um lado estariam aqueles que como Kripke e Mill, afirmam que os nomes próprios [...] não carecem de nenhuma vinculação com descrições ou com qualquer coisa como significado. [...] De outro lado estariam aqueles outros, os quais, na linha de Frege, vinculam aos nomes próprios o sentido [...].

As concepções de John Stuart Mill, Saul A. Kripke e Glottob Frege, no que diz respeito aos conceitos de referência, sentido e significado não serão abordados. A citação desses autores restringir-se-á à indicação da divergência no que tange ao sentido dos nomes próprios.

A distinção de nome próprio e nome comum a partir da abrangência desses – ou seja, afirmar que alcance dos nomes próprios é restrito (marca de identificação de um objeto) e o alcance dos nomes comuns é abrangente – carece de maiores explicações.

Segundo Ullmann, há nomes próprios derivados de substantivos comuns que apresentam transparência semântica e que se observa também o processo em direção inversa, há nomes próprios que se transformam em palavras comuns, neste caso a transparência semân-

LÉXICO E SEMÂNTICA

tica dependerá do conhecimento que se tem do nome próprio. O autor explica que no primeiro caso “a mudança pode ser acompanhada por uma restrição no seu alcance [...]. No entanto, não há restrição em alguns dos apelidos e nomes de batismo que derivam de substantivos comuns [...]” (Ullmann, 1964, p. 160-164).

A AMBIGUIDADE DOS NOMES PRÓPRIOS NA ELABORAÇÃO DE UM DICIONÁRIO ELETRÔNICO PARA O PORTUGUÊS DO BRASIL

Embora Ullmann (1964, p. 164) considere “de importância secundária” a ampliação ou restrição quanto aos substantivos próprios e às palavras comuns, respectivamente, a ambiguidade gerada pela ocorrência de nomes próprios derivados de nomes comuns, bem como a mudança de nomes próprios a palavras comuns é assunto de considerada relevância nos estudos de PLN.

De acordo com Brito (2003, p. 26-27),

Sentenças como:

(7a) “Tigre é meu melhor amigo, mas também o mais briguento dos garotos da rua”

representam um exemplo de que “tigre” ocorre como nome próprio [...] Por outro lado, construções como:

(8a) “Basílio é um João-ninguém”

são plenamente significativas e mostram o uso de um típico nome próprio como “João” na função de um nome de espécie.

[...] O mesmo nome próprio pode nomear diferentes objetos, mas isso abre espaço para instauração de ambiguidades na comunicação [...]. Essa diferença fica clara quando temos de interpretar uma sentença como:

(9a) “João é Tigre”.

Outro fator gerador de ambiguidade é a ocorrência de substantivo próprio para designação de objetos diversos, conforme exemplo apresentado por Brito.

Esses fatores, aliados à possibilidade de ocorrência da polissemia dificultam a diferenciação entre nomes próprios e palavras comuns.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Como já foi dito, as informações contidas nos dicionários eletrônicos diferem das informações observadas comumente nos dicionários de uso. Ranchhod (2001, p. 16) destaca algumas diferenças entre os dicionários de uso e os dicionários eletrônicos e afirma que, “estes dicionários têm que conter informações linguísticas codificadas e formatadas [...]. Não podem conter lacunas”. A autora explica que os dicionários eletrônicos apresentam informações sobre os itens lexicais e as propriedades sintático-semânticas das combinações entre eles. A associação das informações linguísticas concernentes aos itens lexicais de um texto é chamada de *etiquetagem*.

Ao tratar do formalismo e das restrições gramaticais, Laporte (2001, p. 78) afirma que,

O carácter exacto ou inexacto das restrições formalizadas permanece inalterado no caso de introdução de novas etiquetas lexicais que descrevam novas acepções das mesmas palavras no dicionário. Consideremos por exemplo a seguinte frase:

Ele está feliz.

[...]

Imaginemos agora o aparecimento de uma revista com o título *Ele* [...].

(32) *Ele (= a revista Ele) está cheia de reportagens esta semana.*

O autor considera a realização de *ele* como pronome - palavra comum - e a realização de *Ele* como nome próprio, acepções da mesma palavra, ou seja, uma ocorrência de polissemia. Nesse caso, as restrições gramaticais e informações das etiquetas lexicais auxiliam na eliminação das ambiguidades. Para resolver a ambiguidade quanto ao gênero do adjetivo nos exemplos propostos, Laporte (2001, p. 78) apresenta as etiquetas lexicais e regras de restrições.

No exemplo *Ele está feliz*, o item lexical *ele* realiza-se como pronome de terceira pessoa do masculino singular (etiqueta <*ele*.PRO:3ms>) e exige adjetivo no masculino.

O autor explica que, ocorrendo apenas a etiqueta relativa à construção *Ele está feliz*, a sentença *Ele está cheia de reportagens esta semana* seria considerada imprópria, por não se enquadrar na restrição de gênero do adjetivo. Contudo, com a introdução da informação acerca deste exemplo, ou seja, da ocorrência do nome próprio feminino - gênero do substantivo elíptico *revista* - (etiqueta <*E-*

LÉXICO E SEMÂNTICA

le.Npr:fs>), que exige adjetivo no feminino, não há necessidade de modificações na etiqueta do pronome *ele* e haverá a possibilidade de análise das duas estruturas.

No tocante aos aspectos teóricos linguísticos envolvidos nas pesquisas de PLN, Dias da Silva (2006, p. 131) afirma que,

A análise conceitual desenvolvida [...] sob a denominação de “análise componencial”, acabou por ser aplicada aos estudos de decomposição do significado dos itens lexicais. Com a denominação de “o estudo do significado em uso”, sob a influência de Austin e Wittgenstein, transformou-se em um método de análise que procura investigar como uma expressão linguística pode ter significados diferentes em diferentes contextos de uso, enfatizando, portanto, a forte dependência contextual do significado. De outro, com o desenvolvimento da lógica moderna, por lógicos como Frege e Russell, e com a aplicação dos seus métodos e resultados aos estudos linguísticos, temas como [...] “contextos transparentes e opacos” [...] passaram a fazer parte das discussões sobre a semântica das línguas naturais.

A abordagem do aspecto semântico dos estudos linguísticos em PLN abriu espaço para que fossem pensadas questões como: a elaboração de um dicionário eletrônico de topônimos – nomes próprios de lugar (Ranchhod, 2001, p. 24) e de antopônimos – nomes próprios de pessoas, o tratamento da homonímia e/ou polissemia na elaboração dos dicionários eletrônicos, a possibilidade de ocorrência de polissemia em nomes próprios etc.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento das pesquisas em PLN requer um trabalho conjunto de profissionais de diferentes áreas de conhecimento. Nessa empreitada faz-se necessário o reconhecimento da importância de cada elemento desse conjunto. Para que os dicionários eletrônicos do português do Brasil tenham um bom desempenho em sua aplicação é imprescindível que as descrições e formalizações neles inseridas contenham o menor número de erros possível. Uma descrição equivocada redundará em uma análise textual distorcida, em sistema de tradução automática ou na recuperação de informação não adequada, ou seja, um dicionário eletrônico com descrições inexatas não coopera para o bom funcionamento dos programas informáticos que dele se utilizam.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Na elaboração de dicionários eletrônicos cabe ao profissional em língua portuguesa do Brasil realizar as descrições linguísticas adequadas. Embora o falante nativo tenha uma boa intuição da língua materna, essa intuição não é suficiente para analisar dados complexos.

Dias da Silva aponta algumas dificuldades no desenvolvimento das pesquisas em PLN, das quais destacamos

[...] a tímida interação entre os engenheiros e os cientistas da linguagem, alimentada por desencontros e descrédito mútuo [...]

[...] linguistas que chegam a criticar severamente os grupos de pesquisa envolvidos com o PLN. (Dias da Silva, 2006, p. 117, 118)

Observa-se que os entraves das pesquisas em PLN não se limitam aos complexos sistemas teóricos pertencentes aos diversos tipos de conhecimento. A interdisciplinaridade, própria da pesquisa solicita a interação de sujeitos que possuem saberes distintos e de igual relevância. A dificuldade entre tais profissionais muitas vezes é justificada pelo fato de se tratar de pessoas que pertencem a duas áreas de conhecimento: as ciências exatas (engenheiros) e as ciências humanas (linguistas). Contudo, mesmo havendo uma interação adequada entre esses profissionais, os linguistas, por vezes encontram tenaz resistência entre seus pares. Esses fatos apontam para a necessidade de maior colaboração de profissionais das diversas áreas de conhecimento, bem como dos linguistas engajadas em diferentes linhas de pesquisa.

As reflexões apresentadas apontam para o desenvolvimento das pesquisas brasileiras em PLN como um campo vasto, que está além de uma visão simplista e meramente mercadológica, e constitui um grande campo de conhecimentos com solo fértil, pronto para receber sementes de variadas espécies.

As pesquisas em processamento automático do português do Brasil, que inclui a construção de dicionários eletrônicos, evocam questões concernentes à estrutura e ao uso da língua que colaboram para a consolidação das teorias linguísticas em âmbito nacional.

LÉXICO E SEMÂNTICA

REFERÊNCIAS

- BORBA, Francisco da Silva. *Pequeno vocabulário de linguística moderna*. 2ª ed. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1976.
- BRITO, Adriano Naves de. *Nomes próprios: semântica e ontologia*. Brasília: Universidade de Brasília, 2003.
- DIAS DA SILVA, Bento Carlos. O estudo Linguístico-Computacional da Linguagem. *Letras de Hoje*. Porto Alegre, v. 41, nº 2, p. 103-138, junho, 2006.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Minidicionário da língua portuguesa*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.
- LAPORTE, Eric. Resolução de ambiguidades. **In:** RANCHHOD, Elisabete Marques. *Tratamento das línguas por computador*. Uma introdução à linguística computacional e suas aplicações. Lisboa: Caminho, 2001.
- LUFT, Celso Pedro. *Minidicionário Luft*. 20ª ed. São Paulo: Ática, 2001.
- LYONS, John. *Linguagem e Linguística*. Uma introdução. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 1987.
- PERINI, Mario A. *Gramática descritiva do português*. São Paulo: Ática, 1995.
- RANCHHOD, Elisabete Marques. O uso de dicionários e de autômatos finitos na representação lexical das línguas naturais. **In:** —. (Org.). *Tratamento das línguas por computador: uma introdução à Linguística Computacional e suas aplicações*. Lisboa: Caminho. 2001.
- ULLMANN, Stephen. *Semântica: uma introdução a ciência do significado*. 2ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1964.
- VAXELAIRE, Jean Louis. *Nom propre et lexicographie française*. *Corela*, número especial, Le traitement lexicographique des noms propres. 2005. Disponível em: <http://edel.univ-poitiers.fr/corela/document.php?id=444>. Acesso em: 01 de agosto de 2008.

**O DISCURSO EDUCAÇÃO: O LÉXICO DO PRODUTO,
MARCAS E SEDUÇÃO DISCURSIVA.**

Eliana Meneses de Melo (UBC-UERJ)

demelo@uol.com.br

INTRODUÇÃO

A pesquisa tem como eixo condutor o saber/conhecimento como produto de consumo, com olhar votado à Educação, especificamente para as IES. Analisamos os mecanismos de comunicação que assinalam as relações das IES no diálogo proposto aos candidatos a estudantes universitários promovido através do discurso publicitário. O estudo tem na linguagem de sedução que carrega atributos as IES o cerne da investigação. Neste sentido, tem nos aspectos lexicais e semânticos instrumental para a interpretação de um discurso verbal que se apresenta, ou não, em sintonia com os demais sistemas de códigos que sustentam os valores e a estética do produto.

Em primeiro plano, situar saber/conhecimento no universo do consumo, implica fazê-lo possuidor das características de produto e como tal, entendê-lo também como elemento das integrações sociais. Em realidade, ter em mente que o valor de um produto não se localiza em si mesmo, mas na imagem e conjunto de valores que o produto revela, ou se apropria na realização do percurso capaz de colocá-lo diante do pretendido consumidor.

Douglas & Isherwood (2006) afirmam que, ao se dizer que um objeto está apto para o consumo, é o mesmo que dizer que o objeto está apto a circular como marcador de um conjunto de papéis sociais. No caso das IES, o saber/conhecimento como consumo corresponde ao caminho escolhido no contexto do cenário da Educação Brasileira, diante das mudanças oriundas da economia globalizada e das implicações relativas à sociedade contemporânea.

Junto às dimensões do consumo, está o discurso publicitário com seus mecanismos de manipulação e sedução. A linguagem publicitária se edifica por estratégias de comunicação, pelos processos de construção e transformação da identidade dos produtos e das marcas as quais se associam, recaindo sobre os componentes semânticos

LÉXICO E SEMÂNTICA

os efeitos de imagem que conduzem e dão sustentação os valores da marca (Volli, 2007). Em sentido geral, a função primeira da propaganda e publicidade é comunicar informações sobre um dado produto, apresentar características, suas singularidades e qualidades. Como linguagem em circulação, o Discurso Publicitário é revelador da axiologia do ambiente no qual esteja inserido.

Em síntese, procura-se investigar em que medida o produto saber/conhecimento, circunstanciados nas IES particulares, é marcado pelas forças que movimentam o mercado, quais são os valores que circulam na produção publicitária para atingir eficácia na venda desse produto. Sendo as linguagens condutoras de axiologias, analisam-se os elementos de persuasão e sedução utilizados para atingir o sujeito-aluno-consumidor. Constituiu o *corpus* para realização da pesquisa peças publicitárias divulgadas pelos jornais *O Globo* e *Folha de São Paulo*, no período compreendido entre janeiro e março de 2008. Foram escolhidas emanações discursivas publicitárias da Faculdade CCAA (Rio de Janeiro), Universidade Anhembi Morumbi (São Paulo) e UNIVAP (Interior do Estado de São Paulo).

CAMINHO INVESTIGATIVO

Selecionar as peças para as quais se destinaria o olhar investigativo, ocorreu em conjunto com uma primeira leitura, na qual identificamos os aspectos da complexidade textual marcada pela polifonia: linguagens verbal e visual articuladas na expressão da sedução publicitária. Diante deste contexto, optamos por organizar os enunciados dentro dos seguintes critérios: enunciados que caracterizam a forma de chamamento para a abertura do diálogo com o possível candidato; enunciados que revelam os atributos da instituição em termos de sedução discursiva, a classificação desse conjunto de atributos e análise do material.

Em linhas gerais, os procedimentos de análise são os já implícitos na Semiótica das Culturas, da Linguística e da Semântica. Direcionamos os aplicativos conceituais para os sujeitos, em conformidade com organização apontada no parágrafo anterior. Justificamos o procedimento, na medida em que as três modalidades de enunciados revelam traços de sentido da marca, isto é, a axiologia da marca. A-

lém das áreas de conhecimento já mencionadas, a interpretação foi respaldada em estudos da Antropologia do Consumo, Comunicação e nos estudos contemporâneos.

O fazer investigativo gira em torno dos valores em circulação neste referido universo discursivo e nas projeções para a formação da identidade cultural do sujeito-aluno-consumidor-cliente. Por este ângulo de entendimento, torna-se relevante apresentar alguns pontos que fundamentam a concepção do *corpus*, uma vez que é justamente dessa compreensão que se origina o percurso escolhido para a efetuação do estudo na busca de seus objetivos.

Um primeiro ponto importante gira em torno da fonte de pesquisa: o jornal. Enquanto veículo de comunicação que tem entre suas finalidades estabelecer um elo entre o sujeito-leitor e os diferentes sujeitos da sociedade em suas diferentes ações, o jornal se constitui em um discurso no qual os dados informativos são acrescidos de determinados vestígios de sentido que podem ser reconhecidos na organização, seleção e no lugar do jornal por onde circula a informação.

Ainda que não seja objetivo deste estudo o discurso jornalístico, torna-se importante ter em mente que, em primeira instância, há um sujeito leitor de um texto complexo que é o jornal. O sujeito leitor se relaciona com a organização textual, seleciona leituras, cria uma hierarquia para sua leitura em conformidade com a organização que lhe é dada pelo jornal. Ele busca a informação nas diferentes modalidades de acontecimentos.

No macro texto jornalístico, a publicidade aparece para o leitor em um processo de descontinuidade: é uma pausa na sequência dos fatos do cotidiano. Abre-se um espaço para outro fazer comunicacional onde uma variedade de produtos é oferecida ao leitor entre leituras e sub-leituras. Cada peça publicitária se constitui em um corte ao percurso realizado pelo leitor. Neste contexto, os textos publicitários podem, ou não, receber atenção do leitor e se configurarem como outra leitura.

Como se observa, voltando para a temática em questão, dificilmente um leitor compra o jornal com a intencionalidade primeira de entrar em contato com a publicidade das IES, mas mesmo em uma rápida passagem e olhar, o nome da IES é registrado. Chamar

LÉXICO E SEMÂNTICA

atenção para o texto publicitário envolto ao universo das notícias é parte da ação do agente publicitário. Com esta finalidade ele cria e recria um discurso híbrido, onde o verbal e o visual atuam na elaboração do cenário de uma possível persuasão.

ENUNCIÇÃO, SUJEITOS E DISCURSOS

É certo afirmar que ao escolhermos para estudo uma manifestação discursiva complexa e sobre ela estabelecermos um recorte, ao definirmos alguns elementos para leitura, estamos abrindo a possibilidade um esvaziamento de informações. Por outro lado, um recorte também implica na constituição de um novo texto e, por conseguinte, no surgimento de outros caminhos de análises e interpretações, nem sempre perceptíveis nas superfícies textuais. No caso em tela, a leitura privilegiou o discurso verbal, as distribuições dos enunciados, suas dimensões no corpo da peça, bem como nos signos não verbais em circulação.

Por ser o lugar dos atos comunicativos, os enunciados permitem que os agentes e atores sejam identificados em primeiro nível: quem enuncia, o que é enunciado e para quem. Trata-se, portanto, de um primeiro reconhecimento que remete para as questões mais profundas da enunciação. Em termos greimasianos, a enunciação é a instância de mediação que dá consistência às virtualidades da língua manifestadas em enunciados-discursos. (Greimas/Courtés, 1989).

As considerações greimasianas conduzem o raciocínio para além da enunciação compreendida pelos aspectos empíricos da comunicação. Como aponta Volli, a enunciação diz respeito às questões gerais da semiótica, uma vez que por seu intermédio tornam-se evidentes as subjetividades no discurso. *Por intermédio de quais dispositivos os materiais semânticos e sintáticos virtualmente à disposição da língua se atualizam se atualizam sob a forma de enunciado?* Por outro lado, ao se considerar a linguagem como uma atividade entre locutores e interlocutores, onde o primeiro se situa em relação ao segundo, em relação à sua própria enunciação e o enunciado, é possível, então, nos termos de Maingueneau, questionar de que forma o enunciado reflete o fato de dizê-lo (Volli, 2007, p. 135).

Os sujeitos e suas atitudes diante do enunciado estão presentes na enunciação, seja o enunciador e os mecanismos pelos quais ele se instaura no discurso, ou mesmo quando se procure evidenciar o enunciatário e os possíveis efeitos de sentido e de realidade. O olhar sobre a enunciação permite ao pesquisador observar o sujeito nas dimensões da subjetividade, na dinâmica da elaboração discursiva que revela suas intencionalidades ao mesmo tempo em que expõe a própria construção do sujeito.

Em sentido amplo, discurso publicitário se fundamenta no enunciador. A ele cabe o papel de ser capaz de levar o outro a um querer. É um discurso que frequenta diferentes espaços de divulgação. Através do procedimento de controle dos meios de circulação, informação e comunicação, esse discurso atua de forma a garantir que a mensagem chegue diretamente ao receptor, dissolvendo as interposições midiáticas. Sua intencionalidade se centraliza no convencimento. Para atingir seu objeto-valor, desenvolve percursos para que os mecanismos de sedução sejam alcançados: atua no nível das linguagens.

A leitura que propomos tem como foco a linguagem verbal. Todo ato de convencimento, supõe a formulação de certa opinião. Convencer difere da ação de informar. Trata-se de uma elaboração com a intencionalidade de transformar o ponto de vista do outro. Dessa forma, a manipulação procede à argumentação. Tudo reside na forma como o outro é tratado: “ conforme lhe seja deixado a maior liberdade possível para aderir ao que lhe é proposto, ou pelo contrário, haja um tentativa de obrigá-lo a fazer”. (Breton, 1999, p. 60).

A circulação do saber/conhecimento como produto de consumo traz para a cena algumas questões que se associam a natureza do produto. As IES particulares apresentam o saber/conhecimento como produto de consumo e se transformam em marcas. Ao utilizarem o discurso publicitário tendo em seus propósitos o sujeito consumidor, a forma através da qual se instauram como produto no mercado, pode acarretar em um distanciamento do Estatuto Discursivo das Universidades.

Para Randazzo (1996), a marca está além do produto. Ela é simultaneamente uma entidade física e perceptual. Separam-se, portanto, dois eixos relativos à marca: *o estático e finito, do dinâmico e*

LÉXICO E SEMÂNTICA

maleável. O autor conduz seu raciocínio para tudo aquilo que a marca representa na mente do consumidor. A marca é uma configuração híbrida, uma mistura de imagens, símbolos, sentido e valores que formam o inventário específico e que em conjunto definem a marca na mente do consumidor.

Finalizando este tópico, na medida em que o discurso publicitário das IES é formalizado, as estratégias de comunicação através das quais visa-se seduzir o sujeito estudante consumidor são reveladoras das IES, uma vez que na enunciação o próprio sujeito se constrói. Neste contexto, a marca institucional recebe os mesmos traços de sentido explícitos e implícitos na formulação dos enunciados que carregam a identidade do produto saber/conhecimento.

O EU E O OUTRO NO DISCURSO PUBLICITÁRIO DAS IES

A escolha sobre os procedimentos de instauração do sujeito enunciativo na produção de um desejado diálogo com o sujeito estudante consumidor não é única. Os procedimentos se alteram entre manifestações diretas e indiretas. No primeiro caso, a procura pelo outro vem materializada na superfície, perceptível nos pronomes que singularizam o sujeito. Já no segundo caso, o que se revela é a enunciação genérica dirigida ao outro coletivo. Apresentamos a seguir análises e interpretações das peças selecionadas.

Faculdade CCAA: *Você pode ser o melhor*

Esta Instituição, no que se refere à apresentação geral, denota uma preocupação em direcionar a mensagem especificamente ao seu público alvo. Reveste-se de jovialidade na linguagem que utiliza. Visa estabelecer contato com o sujeito estudante consumidor pela linguagem verbal em sintonia com a expressão visual. A imagem institucional procura se sustentar na notoriedade de personalidades públicas, de destaque em suas áreas de atuação. Esta é a estratégia, um diferencial instaurado a partir da competência do outro: Hans Doner, Carlos Heitor Cony, Ana Maria Machado, Álvaro Rodrigues.

Em uma leitura primeira do texto publicitário, somos colocados diante de um conjunto de signos que dão origem a uma sintaxe

da qual emergem uma elaboração própria das emanações discursivas originárias da somatória entre o verbal e expressão visual. Os implícitos da comunicação funcionam como condutores de sentido revestindo de unidade as intencionalidades discursivas do enunciador.

A jovem, em destaque na esquerda do quadro, ostenta em seu sorriso contentamento que se comunica com as imagens igualmente sorridentes daqueles que já trilharam um percurso profissional vitorioso. Por entre as sequências fotográficas, ganha materialidade verbal o sujeito enunciador. Como elo entre o que busca a competência e o possuidor do saber, o enunciador toma para si habilidades dos já famosos e as oferece ao sujeito estudante. Por este procedimento, reveste de virtudes profissionais a marca institucional.

Refletindo em termos dos atos comunicacionais persuasivos, no qual se inclui o discurso publicitário, torna-se ponto essencial o chamamento em torno da proposta de diálogo. A proposta de conexão vem manifestada diretamente no nível de emanação de superfície: *Você pode ser o melhor*. Já em um primeiro nível de leitura, identificamos a escolha pelo pronome de tratamento *Você*. Logo, enquanto estratégia discursiva, a opção do enunciador deixa nítida a intencionalidade de conversar com o possível leitor candidato a estudante.

Além do tom coloquial, percebemos como recurso estratégico utilizado a individualização o leitor através da escolha pronominal. Único, singularizado em recurso retórico, o sujeito leitor, possível candidato ao processo seletivo, é conduzido para outra particularização circunstanciada pela valia *ser o melhor*. Depreendemos da superfície do enunciado uma comparação: *ser o melhor* implica em haver *o não melhor* e outras variantes em escala decrescente.

O efeito de sentido presente na enunciação faz com que o jogo argumentativo seja assinalado por duas proposições. Na primeira, *melhor* como sinonímia de sucesso profissional (sentido implícito no sucesso e reconhecimento profissional de Hans Doner, Carlos Heitor Cony, Ana Maria Machado, Álvaro Rodrigues). Já na segunda, voltando ao eixo temático desse estudo, o *saber/conhecimento* associado ao ser o melhor, revela uma axiologia de mercado: competitividade.

LÉXICO E SEMÂNTICA

FACULDADE CCAA

VOCE das 201 melhores

MULTIMÍDIA **Hans Donner**
designer consagrado, criador da logomarca da maior emissora de televisão brasileira.

JORNALISMO **Carlos Heitor Cony**
membro da Academia Brasileira de Letras, colunista da Folha de S. Paulo e comentarista da CNN.

LETRAS **Ana Maria Machado**
membro da Academia Brasileira de Letras com mais de 100 livros publicados.

PUBLICIDADE E PROPAGANDA **Álvaro Rodrigues**
presidente e sócio-diretor da Agência 3, premiado nos mais importantes festivais de publicidade.

A FACULDADE CCAA TEM UM CONSELHO CONSULTIVO COMPOSTO DE PROFISSIONAIS CONSAGRADOS, QUE ORIENTAM OS PROFESSORES NA TRANSMISSÃO DE CONHECIMENTOS TEÓRICOS E PRÁTICOS AOS ALUNOS. VENHA PARA A FACULDADE CCAA E CONQUISTE!

Vestibular TODO Sábado

PROMOÇÃO DE LANÇAMENTO
ADMINISTRAÇÃO
em UM ÚNICO PAGAMENTO de R\$ 394,00, quita todo o 1º período.*

LETRAS
Português Inglês | Português Espanhol | Português Literaturas

COMUNICAÇÃO SOCIAL
Publicidade e Propaganda | Jornalismo | Multimídia

2158-5000 | WWW.FACULDADECCAA.EDU.BR/VESTIBULAR | AV. MARECHAL RONDON 1460 | RIACHUELO
*Promoção de lançamento válida para o 1º semestre de 2008. As turmas funcionarão com 40 alunos. Vagas limitadas.

Figura 1: O Globo

Além de emprestar os atributos dos que possuem sucesso, a Faculdade CCAA tem um conselho consultivo composto de profissionais consagrados que orientam os professores na transmissão de conhecimento teóricos e práticos aos alunos. Ainda que se observe a intenção de reforçar a imagem institucional ligada ao mercado de trabalho, o saber/conhecimento não está valorizado na formação acadêmica e experiência do corpo docente. Os docentes são orientados pelos que têm visibilidade na sociedade e mercado. É o sucesso midiático que se sobrepõe à pesquisa, ao discurso acadêmico.

Anhembi Morumbi: Marca Mundializada

Antecipadamente, a percepção visual nos remete ao prenúncio dos valores da Anhembi Morumbi. A partir de um plano de fundo que expressa a imagem da IES, em um recorte da imagem visual, aparece o texto escrito. Como se fora uma abertura na imagem, entre o céu e o espaço arquitetônico. As funções poética e referencial dominam o trabalho, como é característicos no discurso publicitário. Eis o chamamento ao consumidor:

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

“Para quem está em dúvida aonde quer chegar profissionalmente colocamos nosso endereço completo abaixo.”

O slogan é centrado em *profissionalmente*. Nos termos da linguagem verbal, é no advérbio que se centraliza a sedução: a IES é o modo, a maneira através da qual se chega ao mercado de trabalho. Destacamos do enunciado duas possíveis interpretações, a primeira se localiza em *dúvida aonde que chegar profissionalmente*. O enunciador abre mão do recurso de um chamamento direto materializado nas formas pronominais e opta por uma elaboração discursiva que destaque o conhecimento que tem sobre a subjetividade do sujeito.

Ele compreende a hesitação do sujeito consumidor sobre qual profissão escolher. Nesse sentido, está implícito que a IES é possuidora de vários cursos. Em segundo lugar, a dúvida pode ser em relação às oportunidades de trabalho, ao desempenho profissional. A IES é a solução para a dúvida, seja qual for a conotação dada ao termo. O enunciador admite haver vários lugares para chegar, mas ao *profissionalmente*, é ela quem detém a capacidade de eliminar a dúvida: certeza de um futuro profissional garantido.

As referências sobre o futuro estão projetadas na imagem. A sintaxe arquetípica exibe formas retas, num colorido em que o prédio se funde ao infinito do céu, refletido nos vidros das janelas. Imagem limpa, como nos espaços concebidos em filmes futuristas. O enunciador não se manifesta de forma direta: *é para quem*, indefinido. Oferece o futuro profissional por ser a IES representação do futuro, ideia reforçada no final da mensagem: *Universidade Anhembi-Mundialmente criativa e inovadora Laureate International Universities*.

Entre o chamamento inicial e a apresentação da marca, encontra-se o direcionamento ao sujeito consumidor: *Estude na Anhembi Morumbi e Prepare-se para o Futuro*. A relação é estabelecida pelo imperativo, tal escolha reforça a certeza do enunciador e seu comando sobre o sujeito consumidor. A IES é a certeza de um futuro profissional. Logo abaixo são apresentados os endereços, iniciando pelo endereço eletrônico.

O discurso publicitário centraliza os elementos de persuasão e sedução em um ponto: empregabilidade. Entretanto vai além do emprego na medida em que chama para si o sonho do outro, mesmo que

LÉXICO E SEMÂNTICA

este não lhe seja nítido no momento. Alia-se ao sujeito consumidor em suas angústias de jovem candidato ao ensino superior, em suas incertezas quanto ao futuro. Aponta-lhe o caminho, indica-lhe a solução, mostra-se competente em olhar o mundo e não apenas o Brasil. Soma à marca a ideia de formação profissional para o mundo, de condutora segura para o futuro.



PARA QUEM ESTÁ EM DÚVIDA AONDE QUER CHEGAR PROFISSIONALMENTE, COLOCAMOS NOSSO ENDEREÇO COMPLETO LOGO ABAIXO.

ESTUDE NA ANHEMBI MORUMBI E PREPARE-SE PARA O FUTURO.
www.anhembi.br
0800 015 9020.

CAMPUS VILA OLÍMPIA
RUA CASA DO AVIÃO, 90 – VILA OLÍMPIA

CAMPUS CENTRO
RUA DR. ALMEIDA LIMA, 1134 – BRÁS

CAMPUS MORUMBI
AVENIDA ROQUE PETRONI JR., 630

CAMPUS YALE DO ANHANGABAÚ
RUA LIBERIO BADAHO, 487/501

universidade
**anhembi
morumbi**
Mundialmente criativa e inovadora
Laureata International Universities

universidade
**anhembi
morumbi**

Figura 1 – Folha de S. Paulo, 19/2/08

Por certo que percebemos que saber/conhecimento circula no texto publicitário como valor implícito. Todavia é o saber/ conhecimento para a formação profissional, para o mercado. O valor é pragmático e faz com que pensemos nos novos rumos econômicos e as instabilidades profissionais. Por outro ângulo, na profundidade da enunciação, encontramos como valor a singularização do sujeito e a projeção do sucesso competitivo como valia

UNIVAP: Marca e a Valia da Oficialidade

A Universidade do Vale do Paraíba – UNIVAP – publica no caderno Brasil, da *Folha de S. Paulo*, em 2 de março de 2008, uma página inteira apresentando-se ao leitor. Como estratégia discursiva notamos como intenção o fortalecimento de sua imagem através dos valores considerados pelo MEC para avaliação institucional. O texto se organiza em três planos: jovens em torno de uma arquitetura estilizada, em traços limpos onde o destaque é para a expressão Excelência Acadêmica. São jovens felizes, entre os quais um estende a mão, em um gesto de chamamento ao sujeito consumidor: um convite para compartilhar a felicidade. Ao lado, o ponto central da comunicação expresso em linguagem verbal:

O Ministério da Educação – MEC, por meio da Avaliação Externa Institucional, composta de sete avaliadores institucionais, não-pertencentes ao Estado de São Paulo, ATESTAM a Excelência Acadêmica da UNIVAP com CONCEITO 5 (CINCO).

O enunciador informa a sua competência e que lhe foi conferida pelo MEC. A análise nos permite observar que o produto é colocado em evidência pela autoridade MEC, pela imparcialidade respaldada nos *sete avaliadores institucionais, não pertencentes ao Estado de São Paulo*. No nível da linguagem manifestada, a proeminência é da função referencial. Em termos retóricos, o que transpassa a mensagem é uma espécie de silogismo implícito: se o MEC a avaliou como Excelência Acadêmica, e se o MEC é responsável oficialmente pelos padrões de excelência e qualidade, logo a UNIVAP é qualidade em ensino. É possuidora de Excelência Acadêmica. Em torno desse raciocínio é que se dá a manipulação persuasiva.

Manifestando-se com características de um discurso pedagógico, o enunciador informa e explica o que significa Excelência Acadêmica. Ainda que revista sua linguagem de objetividade, não consegue se neutro, constrói um efeito cuja análise nos leva a identificar o enunciador manipulador: *Alguns quesitos avaliados*. O enunciador escolheu os itens que confirme a imagem do saber/conhecimento e que fazem parte dos valores para as universidades:

POLÍTICA PARA O ENSINO, A PESQUISA, A PÓS-GRADUAÇÃO, a extensão e as respectivas normas de operacionalização, incluindo procedimentos para o estímulo à produção acadêmica, às bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades.

LÉXICO E SEMÂNTICA

FOLHA DE SÃO PAULO DOMINGO, 2 DE MARÇO DE 2008 brasil A11

EXCELÊNCIA ACADÊMICA

Univap
Universidade do Vale do Paraíba

O MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC, por meio da Avaliação Externa Institucional, composta de sete avaliadores institucionais, não-pertencentes ao Estado de São Paulo, ATESTAM a **EXCELÊNCIA ACADÊMICA da UNIVAP com o CONCEITO MÁXIMO 5 (CINCO)**

CONCEITO
1 () 2 () 3 () 4 () **5 X**

► Alguns quesitos avaliados:

POLÍTICA PARA O ENSINO, A PESQUISA, A PÓS-GRADUAÇÃO, o ensino e as respectivas normas de operacionalização, incluindo procedimentos para estímulo à produção acadêmica, às bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades.

CONCEITO
1 () 2 () 3 () 4 () **5 X**

Figura 2: Folha de S. Paulo, 2/3/08

Como recurso para o fortalecimento da marca, o enunciador dá destaque para a nota que lhe foi atribuída. A produção discursiva vai reforçando os traços positivos da IES, em conformidade com os critérios que definem uma universidade na sociedade contemporânea: ensino, extensão e pesquisa. Justamente nesse ponto sobressai a manipulação. Ao explicar os critérios submetidos à apreciação do MEC, valoriza o seu produto. Esse procedimento se repete na apresentação dos outros quesitos. Através da informação, forma o sujeito-consumidor. Mediante as explicações fornecidas, a marca institucional é fortalecida. Para esta IES, o saber /conhecimento está projetado a partir dos valores da academia e não do mercado, mesmo que a qualidade de ensino tenha como resultado sucesso profissional.

A credibilidade do produto construída a partir do MEC, traz consigo outro fator: termos e meta –termos que demonstram sintonia com a sociedade no que se refere ao seu papel enquanto organização: Responsabilidade Social, Inclusão Social, Defesa do Meio Ambiente. Utiliza os dispositivos de avaliação com a finalidade de dizer que tem um ótimo espaço destinado ao ensino, pesquisa, biblioteca e informática. É capaz de manter-se economicamente. Entre cinco notas

cinco, um quatro em Políticas de Pessoal: item para o qual o enunciador apresenta a seguinte explicação: *carreiras do corpo docente e corpo-técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento profissional e suas condições de trabalho.*



Figura 3: Juntamente com a figura 2, formam a peça publicitária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: MARCAS E VALORES E IDENTIDADE

Ao término deste estudo, vale a pena lembrarmos a apresentação. Nela dissemos que este artigo expressa estudos iniciais sobre o saber/conhecimento como produto destinado ao consumo, tendo como foco as IES. Latente em nossas reflexões está a questão da marca e identidades: quais são os critérios que motivam a escolha de um IES nas dimensões do consumo diante da competitividade do mercado?

Como sabemos, a marca não é apenas a referência de um produto. É um símbolo onde observamos elementos físicos e de percepção. Há algo que se direciona à mente do consumidor. Para Randazzo, o produto que não tem uma marca é uma coisa. Junto ao produto,

LÉXICO E SEMÂNTICA

compram-se subjetividades. A marca é uma *entidade perceptual, com um conteúdo psíquico definido* que é dinâmico. A publicidade se serve das possibilidades subjetivas e procura refletir os valores do consumidor. Nesse sentido, uma marca pode funcionar como portadora de projeções na qual o discurso publicitário projeta valores e as sensibilidades do consumidor (Randazzo, 1996, p. 23, 24, 25, 26).

No percurso de nossa análise percebemos que os atributos da marca conferem credibilidade para a primeira adesão do sujeito-aluno consumidor. Por esta linha de raciocínio, o saber/conhecimento enquanto produto de consumo está mais próximo da eficácia quando se apresenta retirando as marcas do consumo. Se os valores postos em circulação através do discurso publicitário não destacarem a realização do saber/conhecimento, mesmo que os valores estejam voltados para a empregabilidade, a marca da IES se transforma em efêmera.

Observamos que as IES – CCAA, Anhembí Morumbi e UNIVAP, por caminhos diferentes procuraram valorizar a marca através de traços de sentido que correspondam à axiologia social no tocante ao ensino superior. Verdade é que a UNIVAP reafirma sua competência a partir das exigências do MEC. Por meio desse recurso ela se mostra inserida no contexto nacional do ensino superior. Para a Anhembí Morumbi, tendo como agente motivador sua história mais recente, lança-se além do Brasil. A CCAA empresta credibilidade de sujeitos vitoriosos e tenta condensá-las na marca.

A linguagem verbal utilizada por todas distancia-se do coloquial, da gíria presente em algumas peças publicitárias também voltadas ao saber/conhecimento como consumo. A escolha da linguagem revela o lugar onde se coloca a IES. Revestir a marca de juventude em função do público-alvo através do emprego de gírias cria apenas uma identidade imediata. Apenas no exercício da memória, lembrando Anísio Teixeira: *A universidade é, em essência, a reunião entre os que sabem e os que desejam aprender.*

Concluindo, sabemos que o estudo apresentado não esgota a temática, entretanto deixa assinaladas bases reflexivas sobre as quais a pesquisa está sendo desenvolvida: as decorrências do saber/conhecimento como consumo no cotidiano das IES particulares.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRETON, P.. *A manipulação da palavra*. Trad. M. Gonçalves. São Paulo: Loyola, 1999.

DOUGLAS, M. & ISHERWOOD Baron. *O mundo dos bens*. Para uma antropologia do consumo. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: UERJ, 2006.

GREIMAS, A. J. & COURTÉS. *Dicionário de Semiótica*. São Paulo: Cultrix, 1989.

RANDAZZO, Sal. *A criação de mitos na publicidade*. Rio de Janeiro: ROCO, 1996.

VOLLI, U. *Manual de Semiótica*. Trad. Silvia Debetto C. Reis. São Paulo: Loyola, 2007.

LÉXICO E SEMÂNTICA

Ó PAI Ó E OUTRAS PARTICULARIDADES DO LÉXICO BAIANO

Celina Márcia de Souza Abbade (UNEB e UCSAL)
celinabbade@gmail.com

APRESENTAÇÃO

A história de um povo sempre revela a história de sua formação linguística. Em outras palavras, podemos dizer que as questões políticas, econômicas e sociais que envolvem o surgimento de um povo, irão delinear o seu caminho linguístico. A língua é o seu mais fiel retrato social e cultural. Sabemos de onde é uma pessoa no momento em que ela começa a falar. E essa mesma língua que distingue as nações, distingue também condições sociais, culturais, regionais... Mesmo existindo uma unidade linguística, há diversidade nessa unidade no momento em que a língua é realizada nas mais divergentes situações, lugares ou épocas.

O português que herdamos dos europeus, é uma mistura de substratos e superstratos diversos. Em cada parte do nosso país, o português toma uma roupagem específica.

A língua portuguesa é uma língua românica que como tal tem o privilégio de conhecer a sua origem. Sabemos que o português é oriundo de um latim que foi falado e expandido a partir do Império Romano. Foram os romanos que levaram esse latim por diversas regiões até ele chegar ao Brasil, através dos portugueses, povos anteriormente romanizados.

No Brasil, o português se miscigenou com diversas outras línguas, e se expandiu por inúmeras regiões, deixando traços específicos e distintos em cada uma delas.

Esses traços e distinções vêm sendo estudados pelos cientistas da língua que percorrem diversas perspectivas para entender e explicar essas variações, assim como os traços conservadores da mesma. O presente artigo limita-se a abordar algumas variantes lexicais da região que foi o berço da formação da língua portuguesa brasileira: a Bahia, terra onde o Brasil começou o seu processo de colonização e expansão de uma cultura e língua neolatina.

Tentar-se-á demonstrar aqui, como o léxico de uma região revela traços característicos e específicos de um povo singular em uma pluralidade cultural brasileira.

O LATIM: ONDE TUDO COMEÇOU

Desde, pelo menos, o século VI a.C., tem-se conhecimento da existência da língua latina. As inscrições mais antigas em latim que se tem conhecimento, datam dessa época.

Há pelo menos dois milênios a.C., o latim era apenas uma das línguas itálicas faladas na Itália central. O latim era a língua da região conhecida como *Latium*, e Roma era uma das cidades dessa região. Inicialmente Roma foi governada por reis etruscos, mas, em 509 a.C., os romanos derrubaram os etruscos, Roma tornou-se uma república governada por cidadãos eleitos e começou a expandir sua influência na Itália. Mas ainda não foi nesse regime governamental que os romanos se tornariam os senhores absoluto das terras que envolviam o Mar Mediterrâneo.

Após muitos anos de guerra civil, Roma tornou-se um dos maiores impérios que a humanidade já teve conhecimento: o Império Romano que logo se estendeu por grande parte da Europa, norte da África e Oriente Médio. O Latim era usado em todo o império como língua oficial da lei, da administração e, cada vez mais, como a língua do dia-a-dia. A literatura era comum entre os cidadãos romanos e as obras de grandes autores latinos eram lidas por muitos.

No século V, inicia-se o declínio político e econômico desse império, mas mesmo após a queda do império romano ocidental em 476 d.C., o domínio cultural e linguístico se manteve e o latim continuou a ser utilizado como linguagem literária por toda a Europa central e ocidental. Uma quantidade enorme de literatura medieval em latim foi produzida nos mais diferentes estilos.

Durante o século XV, o latim começou a perder sua posição dominante na Europa como língua de estudiosos e religiosos. Foi amplamente substituído por versões escritas das línguas vernáculas europeias, muitas das quais eram descendentes ou haviam sido fortemente influenciadas pelo latim.

LÉXICO E SEMÂNTICA

Surgem as línguas românicas que nada mais são do que a extensão da língua latina em diversas regiões.

PORTUGUÊS: O LATIM EM EXPANSÃO

O português é uma língua de origem latina, logo, uma das línguas românicas. Sua formação se deve a inúmeros traços linguísticos deixados por um latim ibérico que se formou por volta de dois séculos a.C. quando os romanos desembarcaram na Península Ibérica e conquistaram essa região. A Península foi invadida por questões políticas e constituiu um dos episódios da Segunda Guerra Púnica. A romanização na Península Ibérica durou quase 200 anos, teve início em 218 a.C. e só terminou em 19 a.C. no governo de Augusto.

Com a conquista da Península Ibérica, o latim, que era a língua dos romanos, foi adotado por quase totalidade dos povos que habitavam a Península, com exceção dos vascos que não aceitaram o latim como língua e continuaram a falar a sua própria língua.

Na Península Ibérica, o português foi se formando juntamente com outras línguas originadas do latim hispânico como: o galego, castelhano, catalão etc. O século XVI é o marco das investidas marítimas em busca de novas terras. Na América, portugueses e espanhóis, principalmente, iniciavam suas conquistas com interesses políticos e econômicos. Mais uma vez a língua e a cultura desses povos penetravam nas regiões invadidas assim como os romanos haviam feito na Europa.

Em 1500 a história nos conta que desembarcaram em uma parte da América, portugueses para catequizarem os habitantes de uma terra que passaria por diversos nomes até se chamar Brasil.

E a língua portuguesa começou a se expandir a partir da atual Bahia, local onde os portugueses primeiramente desembarcaram. Salvador, em 1549, tornou-se a primeira capital brasileira. Todas as influências linguísticas que chegaram a nossas terras naquela época, passaram pela capital baiana.

Os indígenas, que aqui já se encontravam, tiveram a sua cultura e língua exterminadas em função da língua do povo vencedor. Não fosse a imposição portuguesa, talvez o rumo da nossa língua

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

vernácula tivesse sido o de uma das línguas indígenas. Colocadas à margem, as línguas indígenas que sobreviveram, ficaram restritas às pequenas comunidades espalhadas pela nação e continuam nessa situação até os dias atuais.

O negro que foi trazido da África para ser escravizado, chegou aqui em condições inferiores. Mas mesmo escravizado, trouxe em suas bagagens a língua, cultura e história de seu povo. Do século XVI ao XIX, os escravos vão deixando seus traços linguísticos na língua portuguesa, que era a língua de cultura das terras brasileiras, e que vai formando um vernáculo próprio e divergente do português europeu.

Além da presença marcante dos negros africanos e dos indígenas, outros povos chegaram às terras brasileiras como imigrantes, deixando também seus estratos na nossa língua pátria. O Brasil, outrora colônia portuguesa, se tornou nação independente, mas manteve o sistema linguístico dos colonizadores adotando-a como a língua oficial do país.

O português que falamos hoje, não é mais o que chegou de Portugal por inúmeros fatores que provocam a mudança linguística, até porque o português falado em Portugal atualmente, também não é mais o que chegou aqui no século XVI. Mas, sem adentrar nos fatores que geram as divergências linguísticas, o português falado no Brasil é repleto de distinções. Em cada pedacinho brasileiro, o português adquire características específicas e traços regionais que fazem dessa nossa língua uma diversidade fantástica, inserida em uma unidade milenar.

A Bahia não deveria ser diferente das outras regiões, mas parece que o falar baiano tem uma “ginga” própria. Nas terras em que Tomé de Souza governou, parece que o negro não deixou morrer as suas raízes, e seu povo é matizado de uma baianidade nagô, banta, iorubá etc. A cultura dos negros africanos, presente na Bahia em cada traço cultural, se mostra de forma marcante na língua desse povo. Os imigrantes que aqui chegaram também deixaram seus traços linguísticos. E dos indígenas, povos autóctones, os baianos não herdaram apenas o banho diário ou a dormida nas redes. A toponímia baiana está repleta de traços indígenas, e o acervo lexical, que chegou à língua portuguesa por nossos nativos, é muito vasto.

LÉXICO E SEMÂNTICA

Nessa mistura linguística, a língua portuguesa da Bahia, mas especificamente de Salvador, se torna uma língua exclusiva e própria de um povo, que como a sua língua, não sabe exatamente a sua origem devido a uma grande mistura de povos e raças. Mas, mesmo sem entender o povo vai utilizando a língua do jeito que vai aprendendo, acrescentando uma mudança aqui, uma variação acolá. Nas palavras do professor Coseriu, podemos confirmar esse fato:

E o ouvinte adota o que não sabe, o que o satisfaz esteticamente, o que lhe convém socialmente ou o que lhe serve funcionalmente. A adoção é, por isso, um ato de cultura, de gosto e de inteligência prática (Coseriu, 1979, p. 78).

OS ESTUDOS LEXICAIS NO FILME *Ó PAÍ Ó*

A linguagem faz parte da história do homem e esse fato é inegável e incontestável. Essa linguagem pode ser expressa por palavras e essas palavras irão constituir o sistema lexical de uma língua e, conseqüentemente, de um povo. Assim, estudar o léxico de uma língua é estudar também a história do povo que a fala.

Como exemplo, podemos citar um artigo em que abordamos os estudos lexicais:

Estudar o léxico de uma língua é enveredar pela história, costumes, hábitos e estrutura de um povo, partindo-se de suas lexias. É mergulhar na vida de um povo em um determinado período da história, através do seu léxico. Apesar de pouco estudado até então, o estudo lexical das línguas é deveras importante e necessário para desvendar os inúmeros segredos da nossa história social e linguística, segredos estes que podem ser desvendados pelo estudo e análise do léxico existente nessas línguas em momentos específicos da história de cada povo.

Língua, história e cultura caminham sempre de mãos dadas e para conhecermos cada um desses aspectos, faz-se necessário mergulhar nos outros, pois nenhum deles caminha sozinho e independente. Portanto, o estudo da língua de um povo, é conseqüentemente, um mergulho na história e cultura deste povo. (Abbate, 2006)

O estudo lexical de uma língua diz muito sobre o povo que a fala. As mudanças no léxico estão sempre relacionadas às mudanças políticas e culturais do povo que utiliza essas lexias.

Sabemos que o latim, desde quando começou a ser utilizado como língua de cultura, já era falado juntamente com inúmeras ou-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

tras línguas, e desde a sua expansão na România vem sofrendo influências e interferências chegando ao ponto de hoje o próprio latim deixar de se chamar latim para multiplicar-se em inúmeras outras línguas. Hoje latim pode ser português, italiano, francês, espanhol, sardo etc. Vai depender da região em que esteja sendo falado.

Inúmeros povos influenciaram e deixaram substratos e superstratos no latim enquanto ele se expandia.

No século XV e, sobretudo desde o século XVI, o léxico românico vai experimentar uma nova expansão que está relacionada com os descobrimentos, através dos quais Portugal e Espanha se convertem em potências marítimas.

Para descrever os traços linguísticos baianos, poderíamos partir de diversos aspectos. Escolhemos aqui, realizar uma simples amostragem, partindo do levantamento lexical de um filme dirigido e produzido na Bahia, que retrata, no modo de falar do baiano, as características desse povo que mesmo sofrido, sabe encontrar uma maneira de ser feliz. Pelo menos é o que o baiano demonstra através de sua expressão facial, sempre sorridente e alegre.

Essa amostragem é a do filme *Ó pai ó*, dirigido por Monique Gardenberg, baiana nascida em Salvador. Esse filme é de certa forma, uma fotografia de uma das maiores manifestações culturais baiana: o carnaval. O filme narra os preparativos para o carnaval, festa que é o carro-chefe do turismo baiano. Nas cenas do filme, seus personagens revelam um pouco do falar próprio desse povo místico, mágico e cheio de axé.

O levantamento lexical das falas dos personagens de *Ó pai ó*, filme cujo título já é uma expressão tipicamente baiana, revela traços de uma cultura própria e muito marcada.

Na Bahia, qualquer criança que começa a falar, conhece a expressão que nomeou o filme. No entanto, ao estrear, o filme despertou curiosidades justamente pelo título cuja expressão é desconhecida das outras regiões brasileiras. Assim como *ó pai ó*, é uma lexia repleta de baianidade, outras lexias do falar desse povo se tornam visíveis em suas expressões culturais. Filmes, peças de teatro, músicas, propagandas etc., criados na Bahia, revelam as características de seu povo a partir de sua expressão artística.

LÉXICO E SEMÂNTICA

Observando que o falar baiano consegue retratar de forma impar os traços culturais do seu povo, o levantamento lexical de um filme produzido na Bahia, com direção e atores baianos, consegue demonstrar um pouco da diversidade cultural tão próxima da diversidade linguística baiana. Inicialmente, fez-se o levantamento das lexis especificamente baianas encontradas no filme. Em seguida, recorreu-se aos principais dicionários sincrônicos da língua portuguesa como Aurélio Ferreira (1986) e Antônio Houaiss (2001) para buscar o significado dessas lexis. Como a maioria das lexis levantadas ainda não está dicionarizada, pelo menos, não com o significado utilizado em terras baianas, fez necessário recorrer a algumas colocações empíricas. Por isso, algumas vezes partimos da observação semântica das falas dos personagens e da própria experiência de quem vos escreve, enquanto falante, por cerca de três décadas, para conceituar as lexis de acordo com seu significado baiano. É um estudo semântico sincrônico de uma variação linguística da língua que hoje chamamos de portuguesa, outrora língua latina, mas que nada mais é do que essa mistura que foi descrita anteriormente de forma sucinta.

Das lexis utilizadas no filme *Ó pai ó*, algumas delas mereceram o levantamento e estudo para se demonstrar um pouco sobre esse povo tão conhecido no mundo pelo seu carnaval, alto astral e sincronismo religioso e porque não dizer, linguístico.

Tudo começou com a expressão que nomeia o filme. *Ó pai, ó* que é uma expressão baiana que poderia ser definida como uma síncope de "olhe para isso aí, olhe". Mas, quem não é baiano, com certeza não acentuou o *paí*, pensando que o filme tratava-se de algo referente a pai, lexis bem mais próxima de "pai" do que "olhe para isso aí".

Vale lembrar que a linguagem é livre e sua mudança é tão inevitável quanto a mudança do ser humano. Mudamos a língua porque ela é viva, e, tudo que está vivo, está passível de modificações. Uma língua só deixa de se modificar quando ela deixa de ser falada. Nada é casual, mas a mudança é inevitável. Citando Engenio Coseriu, podemos concluir que:

A mudança linguística tem, efetivamente, uma causa eficiente, que é a liberdade linguística, e uma razão universal, que é a finalidade expressiva (e comunicativa) dos falantes. (Coseriu, 1979; p.175-176).

Talvez o baiano abuse dessa liberdade linguística que a sua formação cultural lhe proporcionou. Mas, os traços relaxados da língua, demonstram o estilo baiano de ser: calmo e sem pressa, afirmando a relação língua/sociedade/cultura/história. Portanto, “*fique na sua muzenza*”, que já vamos demonstrar algumas dessas lexias encontradas no filme *Ó paí ó*.

AS LEXIAS BAIANAS NO FILME *Ó PAÍ Ó*

As lexias estão enumeradas em ordem alfabética, seguidas de suas definições e exemplos retirados do filme que serviu como texto de base.

Botá uma ponta (exp.) – dar um dinheiro extra para convencer alguém de algo, subornar.

Ex.: “Prá eu rodar definitivamente com esse carro, eu vou ter que *botá uma ponta* na mão do cara”.

Caçar jegue na praia (exp.) – diz-se a alguém que está importunando para que este disperse. O mesmo que “procurar o que fazer”.

Ex.: “Esquece o Roque, Boca.”

“Vá *caçar jegue na praia!*”

Esculhambação (s.f.)- Estado de desordem, anarquia, confusão, bagunça.; aquilo que é desorganizado. Derivada de ‘esculhambar’, palavra de origem obscura, talvez tenha vindo de *colhão* ‘ficar com os colhões feridos de tanto cavalgar’.

Ex.: “Que *esculhambação* é essa com seu nome, Carmem?”

Fique na sua muzenza (exp.) Expressão baiana para mandar alguém esperar ou acalmar-se. Muzenza é uma lexia que no candomblé designa o filho ou a filha de santo. De origem banta, pode ter vindo de um quibundo *muzenza* ‘ignorante’ ou de um quicongo *muzenze* ‘pronto, preparado’.

Ex.: “Só não entendi porque você está metido nesse negócio de carrinho.”

LÉXICO E SEMÂNTICA

“*Fique na sua muzenza.*”

Fuleragem (s.f.) – algo ou alguém que não se mostra confiável. Do esp. *fullero* ‘pouco útil’.

Ex.: “Só aceitei fazer a porra desse serviço (...) porque estava precisando da porra da *fuleragem* da minha fantasia.”

Jegue de lavagem (exp.) - diz-se daquele ou daquela exageradamente arrumado(a), enfeitado.

Ex.: “Prá onde você vai assim, Carmem, parecendo um *jegue de lavagem* de tanto ajeitada?”

Massa (adj.) - muito bom ou especial, interessante, divertido, ótimo.

Ex.: “Modéstia parte, ficou *massa!*”

Muvuca – confusão, bagunça, farrá, festa; aglomeração ruidosa de pessoas em áreas públicas como forma de lazer. Palavra de origem banta ‘febre intermitente’

Ex.: “Que *muvuca* desgraçada é essa com meu nome?”

Ó paí ó (exp.) – veja o que está acontecendo, observe. Variante de *ó pá isso*, síncope da expressão ‘olhe para isso, olhe’.

Ex.: “Me pinte aqui pra Timbalada.”

“*Ó paí ó.*”

Retado (adj.) – tem diversas acepções: qualificador para pessoas ou coisas com atributos positivos; danado, agitado; muito grande, enorme; muito zangado, enfurecido. As duas últimas são tipicamente baianas. Etimologicamente vem de arreitar ‘estimular sexualmente’, do lat. *adrectare* ou *arrectare* ‘ficar excitado sexualmente’.

Ex.: “Maria, tô *retado* com essa mulher aqui de cima. Ela desligou a água de novo.”

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Léxico e cultura são inseparáveis. As palavras utilizadas por um povo, são o retrato cultural resgatado por esse povo ao longo dos tempos. Apesar do *corpus* limitado, pôde-se observar, a partir das lexi-as levantadas, que a Bahia tem ritmo próprio no seu falar e que a história da língua portuguesa baiana revela traços da história da ori-gem e formação do seu povo.

O objetivo maior aqui foi o de demonstrar a importância da língua no resgate do patrimônio histórico, cultural e social de um po-vo. E também o de ilustrar a criatividade baiana a partir do léxico utilizado no dia-a-dia de um povo mestiço na cor, na raça, nos hábi-tos, na religião, na cultura e na língua. Em uma terra em que o cris-tão toma banho de pipoca na segunda-feira para saldar Omolu e em que uma mãe de santo não perde a missa da sexta-feira na Igreja do Bonfim, não é de se surpreender que a língua receba uma mestiça-gem própria e característica do povo que se formou em terras baianas.

REFERÊNCIAS

ABBADE, Celina Márcia de Souza. *Campos lexicais no Livro de Cozinha da Infanta D. Maria*. Tese de Doutorado. UFBA. Salva-dor, 2003.

ABBADE, Celina Márcia de Souza. O Estudo do Léxico. **In:** *Dife-rentes perspectivas dos estudos filológicos*. Salvador: Quarteto, 2006, p. 213-225.

AULETE, Caldas. *Dicionário contemporâneo da língua portuguesa*. Ed. bras., novamente rev., atual. e aum. Rio de Janeiro: Delta, 1958. 5 vol.

BORBA, Francisco S. *Dicionário dos usos do português do Brasil*. São Paulo: ABDR, 2002.

COSERIU, E. *Sincronia, diacronia e história*. Rio de Janei-ro: Presença, 1979.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da lín-gua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

LÉXICO E SEMÂNTICA

FIGUEIREDO, Cândido. *Dicionário da língua portuguesa*. 14ª ed. Amadora: Bertraud, 1973, 2 vol.

HOUAISS, Antonio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

MACHADO, José Pedro. *Dicionário etimológico da língua portuguesa: com a mais antiga documentação escrita e conhecida de muitos vocábulos estudados*. 2ª ed. Lisboa: Confluência, 1967.

NASCENTES, Antenor. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. 1ª ed. Pref. de W. Meyer-Lubke. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1932.

SILVA, Antônio de Moraes. *Dicionário da língua portuguesa*. Fac. símile da 2ª ed. (1813). Sob a dir. de Laudelino Freire. Rio de Janeiro: Litho-Typographia Fluminense, 1922.

VITERBO, Joaquim de Santa Rosa de. *Elucidário das palavras, termos e frases...* Ed. crítica baseada nos manuscritos e originais de Viterbo por Mário Fiúza. Lisboa: Civilização, 1966, 2 vol. il.

**OS PROCESSOS DE URBANIZAÇÃO
DE COMUNIDADES LINGUÍSTICAS
E A RELAÇÃO ENTRE O REGISTRO DE LEXICOS
PARA DESIGNAR DUAS BANANAS
QUE NASCEM GRUDADAS**

Adriana Cristina Cristianini (USP/UNIBAN)
dricris@usp.br

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O processo de nomeação, para o ser humano, está diretamente vinculado à maneira como ele vê o mundo, a realidade que o cerca. Ao dar nome a qualquer coisa, ser e objeto, o homem reconhece o item nomeado como real, visto que não nomear, ou não ter nome, nada mais é que a não-existência.

Esse processo de nomeação é responsável pela constituição e ampliação do léxico das línguas naturais. Segundo Biderman (2001, p. 13), “A geração do léxico se processou e se processa através de atos sucessivos de cognição da realidade e de categorização da experiência, cristalizada em signos linguísticos: as palavra”.

Dessa maneira, o homem, no decorrer de sua vida, por participar de um processo permanente de cognição, apropria-se de um repertório linguístico que nos permite identificá-lo sócio, cultural e historicamente. Na medida em que o léxico se constitui, podemos observar como uma determinada comunidade vê o mundo que a rodeia, pois, por meio da língua, se deixam transparecer as ideologias, crenças, valores, costumes, práticas, hábitos e conseqüentemente, as transformações sócio-econômica-político-cultural por que a comunidade passou em sua história.

Portanto, a análise de aspectos semântico-lexicais da fala de um grupo humano, especialmente num recorte regional, proporciona a recolha de formas linguísticas que denotam as influências socioculturais sofridas por esse grupo. Assim, podemos falar da força criadora da linguagem que, por vezes, atravessa fronteiras políticas e naturais, infiltrando-se, de forma sutil, em culturas e sociedades diversas.

LÉXICO E SEMÂNTICA

A Língua Portuguesa, foco de nosso interesse, apresenta um alto grau de diversidade e variabilidade. Essa característica, em nosso País, deve-se ao fato de termos uma pluralidade étnica e cultural considerável. A linguagem utilizada por uma comunidade é, certamente, uma marca significativa de sua identidade. Além disso, a ela assume o papel de principal “produto” da cultura e é, ao mesmo tempo, o principal “instrumento” de sua transmissão. Daí se infere que, para o real conhecimento de um grupo humano, não basta pesquisar sua história, seus costumes ou o ambiente em que vive, é necessário observar a forma particular de ele representar a realidade que o circunda.

O objetivo deste trabalho é descrever e cotejar os dados de uma pesquisa semântico-lexical em duas regiões do estado de São Paulo: a região litorânea; e a região do Grande ABC, no planalto paulista. Trataremos das lexias onomásticas utilizadas pelos respectivos grupos estudados para o conceito de “duas bananas que nascem grudadas”.

PESQUISA SOCIOGEOLINGUÍSTICA

A Dialetoлогия e a Sociolinguística têm buscado, com empenho, descrever e analisar as normas e as variações linguísticas em grupos específicos.

Partindo de preceitos da Dialetoлогия e a Sociolinguística, surge a Sociogeolinguística, empregada pelo Grupo de Pesquisa em Dialetoлогия e Geolinguística da Universidade de São Paulo – GPDG/USP –, para designar os estudos geolinguísticos que consideram fatores tanto geográficos quanto sociais para coleta, registro e análise de dados linguísticos. Trata-se de uma área interdisciplinar, visto que não é possível dissociar as variáveis geográficas, sociais e discursivas das características linguísticas de uma dada comunidade.

Baseamo-nos, para registro das variações diatópicas, portanto, nos preceitos da Sociogeolinguística, que consiste na aplicação de questionários a um conjunto de sujeitos com determinadas características, numa rede de pontos, em que os resultados são apresentados em tabelas, gráficos, quadros e cartogramas.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Utilizamos, para as entrevistas, o QSL – Questionário Semântico-Lexical –, do projeto ALiB – Atlas Linguístico do Brasil.

O Projeto ALiB é um empreendimento de grande amplitude, de caráter nacional, que tem por meta a elaboração de um atlas que revele o uso do Português do Brasil. Esse desejo, esboçado por Antenor Nascentes em 1952, somente no final do século começou a tomar corpo, graças à iniciativa de um grupo de pesquisadores que se propuseram a concretizar essa proposta.

O QSL é composto de 202 questões que estão distribuídas em 14 áreas semânticas:

- a) Acidentes geográficos
- b) Fenômenos atmosféricos
- c) Astros e tempo
- d) Atividades agropastoris
- e) Fauna
- f) Corpo humano
- g) Ciclos da vida
- h) Convívio e comportamento social
- i) Religião e crenças
- j) Jogos e diversões infantis
- k) Habitação
- l) Alimentação e cozinha
- m) Vestuário e acessórios
- n) Vida urbana

As questões são apresentadas com um tema que existe para a orientação do entrevistador. É importante deixar claro que não é esperado que as respostas dos sujeitos sejam necessariamente a lexia que aparece no tema de cada questão.

As lexis que discutimos no presente estudo são respostas à questão 43, pertencente à área semântica “Atividades agropastoris”, de forma que, perguntamos aos sujeitos: “Como se chamam duas bananas que nascem grudadas?”

LÉXICO E SEMÂNTICA

Por termos como objetivo o cotejamento de resultados, utilizamos os *corpora* compostos pelas entrevistas dos seguintes estudos geolinguístico: *Atlas semântico-lexical da região do Grande ABC* (Cristianini, 2007); *Um estudo geolinguístico de aspectos semântico-lexicais nas comunidades tradicionais do município de Ilhabela* (Encarnação, 2005); *Estudo geolinguístico de alguns municípios do litoral sul paulista: abordagem de aspectos semântico-lexicais* (Imaguire, 2004).

A questão foi direcionada a 36 sujeitos no Grande ABC, 83 no litoral sul paulista e 14 nas comunidades tradicionais do município de Ilhabela.

Além do referencial teórico-metodológico da Sociogeolinguística, apoiamos-nos nas teorias da Lexicologia, a partir de obras de Pottier e Barbosa; utilizamos a abordagem de Norma efetuada por Coseriu; e a de Estatística Lexical, proposta por Muller, sobretudo as referentes à frequência.

LEXIAS ENCONTRADAS

Os sujeitos abordados na região do Grande ABC, quando indagados sobre como se chamam “... duas bananas que nascem grudadas” responderam, com 83,33% de ocorrências, a lexia “gêmea”. Registramos também as variações “filipe”, com 5,56% das ocorrências; “geminha” e “inconha”, com 2,78% das ocorrências de cada uma delas; e tivemos duas abstenções (5,56%) a esta questão.

Nos municípios do litoral sul, também houve predominância no uso da lexia “gêmea”, com 69,88% das ocorrências e foram verificadas as variações: “filipe” (8,42%); “inconha” (7,23%); “geminada” (3,61%); “filipinho” e “irmã” (2,41% cada); “dupla”, “casada” e “duas bananas juntas” (1,2% cada). Não responderam à questão 2,41% dos sujeitos.

No estudo desenvolvido nas comunidades tradicionais do município de Ilhabela, foi observada, com frequência relativa de 100% das respostas, a lexia “inconha”.

Verificamos, portanto, as seguintes constatações: na região do Grande ABC, constitui-se em norma a lexia “gêmea”; tivemos um

alto número de ocorrências da lexia “gêmea” nos municípios do litoral sul; no município de Ilhabela, contudo, temos como norma a lexia “inconha”.

GÊMEA vs. INCONHA

Segundo Ferreira e Pádua (2008), o fenômeno aqui abordado trata-se de deformações que ocorrem em frutos, por quaisquer que sejam as causas. Apesar de ser mais comum em frutos de banana e café, podem ocorrer em maçã, goiaba, manga e outros. A formação desses frutos grudados dá-se pela fusão de dois frutos no estágio inicial de desenvolvimento e deduz-se que o ponto comum nesse tipo de anomalia é o fato de que os frutos anormais são originários de inflorescências compostas de flores pequenas e próximas, o que facilita o fenômeno da fusão. Os frutos fundidos podem se desenvolver uniformemente, amadurecendo com tamanhos e formatos idênticos, ou um pode se desenvolver mais rapidamente que o outro, compondo um fruto grande e outro menor.

Geralmente esse fenômeno é visto de forma depreciativa, visto que prejudica os frutos, principalmente no que se refere à aparência, e, portanto, reflete de maneira negativa na comercialização.

Além disso, o fenômeno está relacionado a uma série de credices e superstições. Quando se encontra, por exemplo, um grão café inconho, isso é presságio de sorte e, o possuidor do fruto, ao conquistar algo consequente dessa sorte, deve passar o grão a outra pessoa para que ela também seja agraciada.

No caso da banana, recomenda-se que não se deve comê-la ou, então, quem a comer arrisca-se a ter filhos gêmeos. Existe, ainda, a crença de que se uma mulher comer fruta gêmea, sendo estéril, imediatamente engravidará. Ou, ainda, que mulher grávida não pode comer, pois é perigoso, podem nascer dois filhos grudados.

Popularmente, essa anomalia que ocorre quando os frutos se formam pregados um ao outro, ou seja, "gêmeos", daí o uso da lexia (banana)-gêmea, encontrada na região do Grande ABC e litoral sul paulista.

LÉXICO E SEMÂNTICA

A lexia *inconha* (do tupi *i'kõe*, aquele que é gêmeo), segundo Houaiss (2001), possui as seguintes acepções:

Inconho

1 que nasce acoplado a outro (diz-se de fruto)

Obs.: cf. *filipinho*

2 Derivação: sentido figurado.

que está muito ligado a outro ser ou coisa

Ex.: eram duas almas i., inseparáveis

Sinônimo: *incõe*

O registro em Ferreira (2004) é semelhante:

Inconho [do tupi]. *Adj.* 1. Diz-se do fruto que nasce pegado a outro:

no meio risonha

Procura [a moça] se desviar,

Neste empenho os seios ambos

Deixa ver; inconhos jambos

De algum celeste pomar!...

(Tobias Barreto - Dias e noites)

2. *Fig.* Diz-se de coisas muito ligadas entre si:

"Na era dos descobrimentos, pouco aproveitava distinguir a lenda da História, uma e outra, inconhas e inseparáveis."

(João Ribeiro - Notas de um Estudante)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entre as inúmeras línguas indígenas faladas no Brasil, o tupi sobressaía-se porque, além de ser a única gramaticalizada, era a mais falada e, em consequência, a que mais entrou em contato com o português, passando à categoria de segunda língua para portugueses, pretos e índios de outras etnias. Também foi a língua da catequese (Silva Neto, 1970).

Podemos observar, pelos resultados, uma concentração do item lexical “*inconha*”, nas pesquisas realizadas em espaços litorâneos mais isolados, como Ilhabela. Considerando que o léxico é a

testemunha de uma cultura e os demais grupos étnicos conviveram com os índios, é natural a presença de tupinismos em nossa língua.

Inferimos que o uso da lexia “inconha”, dentre outras, foi gradativamente diminuindo, quase desaparecendo, na medida em que as comunidades se urbanizavam. Essa hipótese se sustenta pela constatação de que, tanto no litoral sul paulista como na região do Grande ABC, regiões altamente urbanizadas, o uso predominante é da lexia “gêmea”.

Cabe, finalmente, ressaltar que mitos e lendas que circundam a lexia “inconha” vêm se mantendo ao longo da história dessas comunidades e exigem dos linguistas o estudo e o desvendamento de seus mistérios, antes que se diluam sem deixar vestígios.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIDERMAN, M. T. C. As ciências do léxico. **In:** OLIVEIRA, A. M. P. P.; ISQUERDO, A. N. (org.). *As ciências do léxico: Lexicologia, Lexicografia, Terminologia*. 2ª ed. Campo Grande: UFMS, 2001.

CRISTIANINI, A. C. *Atlas semântico-lexical da região do Grande ABC*. Tese (Doutorado em Linguística) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

ENCARNAÇÃO, M. R. T. da. *Estudo geolinguístico de aspectos semântico-lexicais nas comunidades tradicionais do município de I-lhabela*. 2005. 167 f. Dissertação (Mestrado em Linguística). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

FERREIRA, A. B. H. *Novo dicionário eletrônico Aurélio*. Versão 5.0. São Paulo: Positivo, 2004. 1 CD-ROM.

HOUAISS, A. *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. Versão 1.0. São Paulo: Objetiva, 2001. 1 CD-ROM.

IMAGUIRE, L. M. C. *Estudo geolinguístico de alguns municípios do litoral sul paulista: abordagem de aspectos semântico-lexicais*. 2004. 431 f. Tese (Doutorado em Linguística) Faculdade de Filosofia-

LÉXICO E SEMÂNTICA

a, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

FERREIRA, F. R.; PÁDUA, J. G. Goiabas “siamesas”. **In:** BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. EMBRAPA. Disponível em: <<http://www.embrapa.br/imprensa/artigos/2008/goiabas-siamesas/>>. Acesso em: 30 mar. 2008.

SILVA NETO, S. *História da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1970.

**OS RITMOS POPULARES
NO FOLKLORE DE PERNAMBUCO
VOCABULÁRIO DO FREVO**

Nelly Carvalho (UFPE)
nellycar@terra.com.br

INTRODUÇÃO

A organização do vocabulário do frevo utilizou os seguintes procedimentos metodológicos: levantamento e seleção de dados bibliográficos, biográficos e discográficos; catalogação e seleção de textos jornalísticos; entrevistas com compositores, carnavalescos e dirigentes de agremiações carnavalescas; transcrição e análise de entrevistas; levantamento e descrição metalinguística dos verbetes; redação parcial; revisão e redação final.

Por ser difícil estabelecer um método de análise dos termos carnavalescos, valemo-nos da Teoria dos Campos de Significação de Baldinger, para organizar a abordagem linguística, visto não se tratar, rigorosamente, de uma terminologia, mas de um vocabulário, vez que não tem características da linguagem especializada, como é o caso da Terminologia científica.

A organização semântica variada do vocabulário do carnaval abrange vários campos nocionais que se interpenetram, dentro dos quais podemos analisar os modos de sua formação.

FUNDAMENTAÇÃO LINGUÍSTICA

As mudanças de hábito imprimem sua marca no vocabulário de um tema que, embora tradicional, nomeia contradições e modas. Cria-se uma permanente necessidade de metalinguagem, pois arcaíza termos colocando-se nas prateleiras linguísticas e constrói novos significantes para significados que pulam pelas ruas.

São frequentes as variantes do termo exato na escrita. Não nos esqueçamos que é a alma do povo que brotam, como manifestação espontânea dos iletrados.

LÉXICO E SEMÂNTICA

É o caso do frevo, palavra-chave do carnaval pernambucano.

Nestas transformações formais, há uma correspondente mudança semântica, constituindo-se na época em que surgem, um neologismo. Assim, neologismos e arcaísmos convieram/convivem fraternalmente nessa linguagem que nos vem da voz rouca dos mangues, das ruas, das favelas.

É desafiador estabelecer uma sistemática para se analisar os termos carnavalescos. Por tratar-se de um vocabulário, sua formação não tem como modelo as terminologias de linguagem especializada. Não apresenta longos sintagmas, lexias complexas onde os componentes colocados à direita prediquem com precisão o fenômeno a que se refere. As lexias complexas são geralmente curtas, formadas por justaposição.

Os empréstimos adotados não são sentidos mais como tal. Foram introduzidos e adaptados há tempo. As novidades entram através de composição por aglutinação e por mudanças semânticas. Este vocabulário do Frevo, aqui dicionarizado é uma obra tipo enciclopédia. Não no sentido de grandeza que o termo pode suscitar, mas no sentido de incluir informações extralinguísticas, ou seja, da realidade cultural onde está inserido.

Com base na Teoria dos Campos de Significação organizamos a abordagem linguística a ser adotada. Entretanto, em vez de fazer-se uma descrição científica, optamos pelo formato lexicográfico de verbetização: verbetes em ordem alfabética.

A língua, vista como sistema de relações, remete à noção de campo semântico, referente a um determinado domínio ou esfera da realidade.

Baldinger considera este campo constituído pelo campo semasiológico das significações, partindo do termo para o significado e o onomasiológico, ou das designações, partindo do conceito para ligá-los aos termos que o exprimem.

A organização semântica variada do vocabulário do Frevo abrange quatro campos nocionais que se interpenetram:

- 1- Festejos/Eventos
- 2- Ritmos (música e dança)

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

- 3- Objetos
- 4- Fantasias/Personagens

Nesses campos nocionais podemos analisar os seguintes modos de formação:

- Derivação
 - a) Própria, que pode ser prefixal ou sufixal. Ex. Pré-carnavalesco, frevioca, caboclinho, momesco, frevança.
 - b) Imprópria, pela mudança da classe gramatical. Ex. Apito, frevo.
- Metátese – Mudança fonética que consiste na transposição de um fonema dentro de um vocábulo. Ex: Frevo, forma transformada de *fervo*.
- Deverbal regressivo – Nomes de ação, isto é, substantivos verbais abstratos, que correspondem a verbos cognatos sem deles se derivarem por meio de sufixação, ou, em outros termos, derivados por um sufixo. Ex: Frevo > Deverbal regressivo de *ferver*.
- Composição subordinativa – Formação de uma palavra pela reunião de outras significações que se complementam para formar uma significação nova. Os vocábulos que entram na composição podem apresentar-se como lexia simples ou complexa. Podem ser compostos
 - a) Justaposição. frevo-de-bloco, frevo-canção, maracatu-de-baquevirado, maracatu-nação, passos-do-carro, lança-perfume;
 - b) Aglutinação: papangu, frevoxié;
- Mudança semântica – É a mudança que modifica o núcleo da significação. Ex: passo, frevo e caboclinho.
- Empréstimo – Adoção de traços linguísticos diversos daqueles do sistema vernáculo:
 - a) do italiano: confete, ventarola, arlequim, colombina, laursa, palhaço;
 - b) do francês: serpentina, pierrot, folia;
 - c) do africano pelo tupi: maracatu (primeira atestação 1890);
 - d) do latim: flabelo, passo, chapéu;
 - e) do grego: momo;
 - f) do tupi: caboclinho (< kariocola + inho>).

LÉXICO E SEMÂNTICA

CONTEXTO HISTÓRICO-CULTURAL

No Brasil, as festas populares foram introduzidas pelos missionários portugueses transplantando tradições rurais europeias que se aculturaram pelas condições climáticas e geográficas dos brasileiros e incorporaram contribuições africanas e indígenas.

As raízes do carnaval estão no entrudo que já arrastava adeptos no início da colonização. Em 1840 foi que passou a ocupar os salões e ruas com a denominação *carnaval* que significa adeus à carne.

De acordo com Araújo (1996), os documentos mais antigos, sobre o carnaval no Brasil, datam do século XVI. A partir de 1604, sucessivas posturas municipais proibiam certas atividades nocivas à ordem pública; porém, apesar das interdições periódicas, a festa cristianizada, iniciada no ciclo natalino, continua sendo realizada, até os dias atuais, nos quatro dias que precedem a Quarta-Feira de Cinzas nas cidades.

Durante o século XIX, o antigo festejo colonial transforma-se no carnaval burguês e o estrato mais abastado triunfa sobre os folguedos, elitizando-o. A ordem carnavalesca, no Brasil, não contraria a ordem habitual da sociedade existente; define papéis sociais inteiramente dentro das hierarquias sócio-econômicas existentes, de acordo com as relações sociais básicas.

Nos festejos atuais, as relações sociais são bem definidas quando se mantêm representadas pela divisão dos espectadores e atores através dos cordões de isolamento, das arquibancadas, dos camarotes, das festas nos clubes fechados para sócios e convidados. E estes referenciais apontam que as origens socioeconômicas das pessoas, as relações grupais, as formas comunicacionais se matêm e se reproduzem durante o Carnaval.

A história do Carnaval no Brasil pode ser dividida em três grandes fases.

(1) *Primeira fase* – Da época colonial até 1850. Período do carnaval de estilo lusitano, em que vigorou plenamente, nas principais cidades brasileiras, o entrudo, o jogo trazido pelos colonizadores portugueses. Nessa fase, não havia um folguedo carnavalesco típico

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

das camadas populares e a elas cabia, segundo a visão dos senhores, apenas o papel de auxiliares ou vítimas dos direitos dos brancos.

A partir de 1846, surge o festejo chamado de Zé-Pereira, que ao toque dos clarins e rufar dos tambores, saía pelas ruas da cidade, em cortejo; o grupo anunciava a abertura do carnaval, apresentava-se oficialmente no sábado à noite, véspera dos festejos momescos.

(2) *Segunda fase* – 1850 a 1920 – Período do carnaval veneziano ou burguês. No intuito de civilizar a festa do entrudo, surgiram nos anos quarenta do século XIX os bailes de máscaras. Nessa fase se deu o que podemos chamar de aburguesamento dos folguedos do momo; a camada urbanidade melhor situação econômica passou a copiar os costumes burgueses europeus, também no que se refere à maneira de festejar o carnaval. No Recife, o espírito folião sempre dominou todas as camadas populares; em 1887, uma centena de agremiações [clubes, blocos, troças, fandangos, pastoris etc.] animavam o carnaval recifense, liderados pelos Cavalheiros da Época e pelo Clube 33. Cada bairro tinha seus bailes, realizados na sede dos clubes mais modestos; até mesmo na residência dos foliões mais entusiastas dançava-se até o dia amanhecer. É nessa mesma fase que se cristalizam as características do carnaval pernambucano; dos dobrados surge o frevo e dos capoeiras, o passo.

Em 1889, ano em que se celebrou o primeiro carnaval livre da escravidão, o número de clubes recifenses havia aumentado, notando-se entre eles os formados pelos trabalhadores assalariados de todas as classes populares.

(3) *Terceira fase* – De 1920 aos nossos dias. Período de afirmação do carnaval popular. O carnaval popular conseguiu, finalmente, o direito de expressão; as massas passaram de espectadores ou participantes clandestinos para agentes imprescindíveis, enquanto as elites, anteriormente atuantes, revertiam à posição de simples espectadores. Sem sombra constante de repressão policial, os desfiles, sob a forma de escolas de samba, passaram a ser realizados. Não somente aceitos; mas promovidos e em parte subvencionados pelo poder público constituindo, hoje, uma estratégia empresarial.

No Recife, nos primeiros anos do século XX, apesar de a imprensa procurar divulgar e estimular o carnaval de estilo burguês eu-

LÉXICO E SEMÂNTICA

ropeu, as manifestações carnavalescas populares impõem-se: os clubes de pedestres, os maracatus e os clubes de máscaras carnavalescos.

As características que marcam as fases da história do carnaval do Brasil foram vivenciadas em quase todos os estados, sobretudo em alguns de maior efervescência cultural e política como: Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco.

No Brasil, Pernambuco se diferencia dos outros estados no quadro cultural das manifestações populares, sendo identificado como *terra do frevo e do maracatu*.

O diferencial dos festejos carnavalescos em Pernambuco são os vários ritmos musicais e suas danças que se combinam entre si e são nomeados com riqueza de detalhes, distinguindo-o dos outros dois pólos carnavalescos do Brasil: Rio de Janeiro e Bahia.

No Recife e em Olinda os caboclinhos, nações africanas, ursos, troças, clubes de frevo, maracatus, boi do carnaval, tribos de índios e agremiações carnavalescas empresariais tomam conta das ruas, becos e avenidas durante os dias do Momo, enchendo-os de cores, alegria, musicalidade, suor e emoções que fervilham da cabeça à ponta dos pés dos pernambucanos.

Dentre as manifestações folclóricas de Pernambuco, o frevo é o grande anfitrião, destacando-se pela sua força, sua alegria, sua resistência e pela sua grande magia, de ritmo inigualável, capaz de arrastar multidões a cair no passo, formando, assim, uma verdadeira massa humana compacta, num só pensamento e numa só ação – frevo no pé e coração tão bem expressos por

“Terra boa meu Pernambuco

Que faz frevo bom e maracatu” (Luís Bandeira)

O frevo consolidou-se nos fins do século XIX no Recife, embora haja registros do termo datados do século XVIII. Derivado de *fervorescente*, *efervescente* e *ferver* –, o termo lembra ainda confusão, movimentação desusada, reboição, agitação popular.

Denominado inicialmente de marcha, e, posteriormente, de marcha carnavalesca pernambucana e, por alguns compositores até os nossos dias, de marcha-frevo, o frevo, como música, tem sua origem nos repertórios das bandas militares e civis existentes no Recife

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

na segunda metade do século XIX: A modinha, o maxixe, o tango brasileiro, a quadrilha e, mais particularmente, o dobrado, combinaram-se, fundiram-se, dando como resultado o frevo, ritmo popular ainda hoje em franca expansão rítmica e coreográfica.

Na obra *Frevo, Capoeira e Passo*, de Valdemar de Oliveira (1985, p. 12) diz-se que “nada era e é mais comum numa terra canavieira do que a fervura – fervura dos tachos de mel, nos engenhos de açúcar, fervura lenta, bem quente, mal contida (...) que jamais poderia escapar aos olhos do popular pernambucano”.

A palavra frevo teria sido oficializada pelo jornalista Osvaldo de Almeida, que se escondia atrás de pseudônimos: *Paula Judeu*, nas entrevistas teatrais e *Pierrot*, nas crônicas carnavalescas, por volta do ano de 1907.

O vocabulário caiu no gosto do povo, designando a música típica do carnaval recifense e o esfregado dos foliões em crise carnavalesca. Como música, o frevo deve sua origem às marchas, maxixes, polas e dobrados tocados nos desfiles nos bairros de São José, Santo Antônio e Boa Vista, no Recife, tendo se firmado como dança, no início deste século.

Os anos de 1888 a 1914 – fase que teve na Abolição e na instauração da República seus fatos políticos mais marcantes – constituíram-se num tempo de intensos processos de mudanças da sociedade brasileira. Durante este período, o número de clubes carnavalescos, na cidade do Recife, cresceu significativamente, em especial os pedestres, que deram origem ao frevo.

Em 1914, já se delineavam os traços embrionários do projeto cultural que transformaria o ritmo em símbolo de identidade coletiva.

O projeto de carnaval de elite-, espelhado em Veneza e Nice – ainda em finais do século XIX, mostrava sinais evidentes de fracasso. O aparecimento de clubes de alegoria e crítica deu novo alento ao carnaval, entre os anos de 1910 e 1912. Transformaram em festa do povo uma festa de elite impossível de ser mantida, numa sociedade sem condições sociais para tal.

Da reformulação do espaço e do modo de vida urbanos, nos quais associações e manifestações coletivas, antigas e tradicionais

LÉXICO E SEMÂNTICA

conviviam e, até mesmo, geravam outras novas, nasceram os clubes carnavalescos pedestres e, junto com eles, o frevo.

Na terceira década do século XX, convencionou-se dividir o frevo em frevo de rua, *frevo-canção* e *frevo-de-bloco*. A partir de então, o frevo, com suas coreografias singulares (os passos), é difundido, aperfeiçoado e representativo da cultura carnavalesca dos pernambucanos.

O *passo*, que impera desde o século XIX, pode ser considerado um exercício acrobático com bases profundas nas raízes pernambucanas, e tem como ancestral a capoeira do Recife. Sua criação parece ter sido em função do frevo. Porém é impossível distinguir se o frevo, que é música, trouxe o passo ou se o passo, que é dança, trouxe o frevo. As duas coisas foram inspirando uma à outra e complementaram-se. Enquanto o frevo foi invenção de compositores de música ligeira feita para o carnaval, o passo brotou mesmo do povo, sem regra nem mestre. À proporção que o povo ia soltando sua emoção corporal, fazendo sintonia com as músicas do frevo, o passo foi adquirindo características próprias, sendo, hoje, oficializado como a dança do frevo.

Baseado em

CARVALHO, Nelly; MOTA, Sophia Karla; BARRETO, José Ricardo Paes. *Dicionário do frevo*. Recife: UFPE, 2000.

OS SENTIDOS DAS PALAVRAS EM OTHON M. GARCIA

Amós Coelho da Silva (UERJ)

amosc@oi.com.br

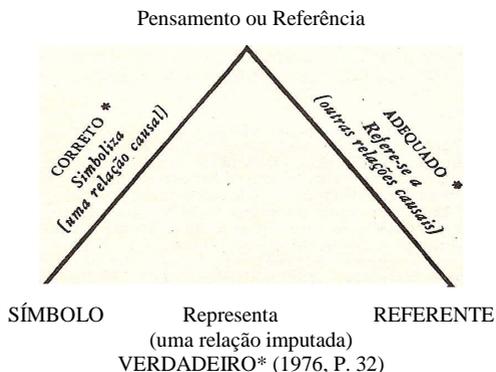
INTRODUÇÃO

A leitura de “O Vocabulário” em Othon M. Garcia, *Comunicação em Prosa Moderna*, nos dá a dimensão da importância da linguagem na educação do gênero humano.

O Autor nos menciona uma pesquisa em que um especialista (Dr. Johnson O’Connor) *submeteu a teste de vocabulário cem alunos de curso de formação de dirigentes de empresas industriais* (2002, p. 64). Depois de cinco anos, se verificou o percentual de 10%, que revelou mais domínio de vocabulário, ocupando os cargos de direção e o percentual de 25%, que demonstraram um domínio “fraco”, sem ocupar nenhum cargo de direção.

Admite ainda que para *vencer na vida* não é suficiente um bom vocabulário. Mas é inegável a importância de um domínio de vocabulário, tanto na recepção de mensagens como na formulação da expressão do pensamento de maneira clara e precisa. Sem palavras não se pensa.

Dentre as múltiplas leituras recorridas por Othon M. Garcia, encontramos o triângulo de Ogden e Richards abaixo:



LÉXICO E SEMÂNTICA

Os exemplos comentados por Ogden & Richards nos permitem afirmar que, devido à fluidez do significado das palavras – ou seja – do “referente”, há múltiplas interpretações para um mesmo texto. Assim, seguindo os passos de Umberto Eco em *Obra Aberta*, vamos admitir “símbolo” como signo da língua verbal, na palavra “cão” (Eco, 1971, p. 11). Há neste termo uma relação sem motivo e não natural com aquilo que este indica, ou seja, *o cão propriamente dito* (Idem, 112). Em outro idioma, teríamos à esquerda do triângulo outro segmento fônico e nem por isso haveria mudança na relação com o “referente”. No entanto, se alterarmos a referência, teremos novidade, porque é a mediação entre o “símbolo” e o “referente” é dada pela “referência”. Isso é o que uns chamam *conceito*, outros *imagem mental* e até *a condição de uso do “símbolo”*. Há uma estreita relação entre “símbolo” e “cão”. Ao se tentar dizer “cão”, não se pode dispor de outro recurso para se exprimir que não seja o “símbolo”. Ao se ouvir “cão”, devido à referência, se pensará no “símbolo” “cão”. Mas há “símbolo” sem referente, como é o caso do *unicórnio* (Idem, p. 112). A semiologia é o estudo do lado esquerdo triângulo de Ogden e Richards (Idem, p. 113). Aí residem *numerosos fenômenos de significação* (Idem, p. 113).

Quando Othon M. Garcia interpreta na leitura de Ogden & Richards que *as palavras por si mesmas nada significam, a cada novo contexto elas adquiririam significação diferente* – ainda se refere àquele fato afirmado também por Umberto Eco sobre a mediação da referência entre o “símbolo” e o “referente”. Ora, conforme o estudioso italiano, se for usada uma estratégia simples num âmbito de comunicação, como, por exemplo, apenas apontar o objeto sem construção de texto mais elaborado, talvez se pudesse sair desse emaranhado. Assim, se apontaria para uma “vaca” e estaria resolvida qualquer dificuldade de sentido da mensagem? Em primeiro lugar, tomemos “sentido” como diferente de “significado”. Qual é o “significado” de “vaca”? É um animal dotado dos seguintes semas: vertebrado, mamífero, quadrúpede, doméstico, fêmea etc. Porém, se a referência viesse de um hindu, e não de uma referência de um ponto qualquer do globo terrestre, ocorreria uma significação totalmente diferente a partir de um sema religioso: para eles, a “vaca” é elemento do sagrado. Ou seja, “referência” corresponde a uma outra cultura. Aí alcançamos o “sentido”.

A mesma coisa se pode exemplificar com a palavra “senhora”. Em Joaquim Manoel de Macedo, *A Moreninha*, “senhora” apresenta semas bem diferentes de Aluísio Azevedo em *O Cortiço*. Com diferenças evidentes de época, em *A Moreninha*, surpreendemos o fato de uma menina de quinze anos ser tratada por *senhora*, como elemento a ser interpretado, já que uma possibilidade de leitura, no vasto sistema, ou seja, no mundo, seria a de uma repressão sexual por trás dessa cerimônia social. Em Aluísio Azevedo, o termo “senhora” é enriquecido com um diminutivo e afirma o Autor de *O Cortiço*: *Chamavam-lhe Pombinha*. Quer dizer, a comunidade do cortiço a batizou com este “símbolo”. Por iteratividade, o mesmo acontece com a filha do Jerônimo: *Crismaram-na logo com o cognome de “Senhorinha”*. (p. 131, capítulo 19) O próprio Autor nos auxilia na leitura, quando afirma que, naqueles moradores antigos - como ocorreria com a Pombinha - *havia uma necessidade moral de eleger para mimoso da sua ternura um entezinho delicado e superior, a que eles privilegiavam respeitosamente, como súditos a um príncipe*. (ibidem) A afetividade da comunidade está expressa no sufixo -inho e o elemento simbólico de contemplação / sacralização no nome pomba, que, na tradição judaico-cristã, representa o Espírito Santo, ou seja, a pureza e simplicidade, uma mensagem de paz, harmonia, esperança e felicidade. O que dizer, então, de “senhora”? É claro que é a Nossa Senhora, a mãe de Jesus. Tudo isso forma implícitos (repetição de diminutivos, da sacralidade do nome etc.) que devem ser orientados na leitura de um discurso literário.

Como se sabe, a semiologia em Saussure se apresenta como um ramo da psicologia social, ou seja, um quadro maior que abrange a linguística. Se ancorarmos nossa leitura em Roland Barthes, seremos forçados a admitir que qualquer sistema semiológico, como código de trânsito ou de alimentação de um povo etc., se impregna de linguagem; donde, a semiologia é que seria um ramo da linguística.

Por isso, Othon M. Garcia passa daquela leitura, que ele citou, quer dizer, Ogden & Richards, que se prendem a uma análise da linguagem também não verbal, afirmando que tal mediação *tornaria praticamente impossível a própria intercomunicação* (p. 176). E retoma o debate, introduzindo o dicionário. Este caminho percorrido por Othon M. Garcia, é semelhante ao de Mattoso Câmara (1970, p. 22):

LÉXICO E SEMÂNTICA

Assim, uma língua, em face do resto da cultura, é -1) o seu resultado, ou sùmula,²) o meio para ela operar, 3o a condição para ela subsistir. E mais ainda: só existe para tanto. A sua função é englobar a cultura, comunicá-la e transmiti-la através das gerações.

Tudo isto opõe a língua ao resto da cultura, ou cultura *stricto sensu*, e torna necessária uma ciência independente para estudá-la – a LINGÜÍSTICA, distinta da ANTROPOLIGA CULTURA ou ETNOLOGIA, que estuda todas as outras manifestações culturais.

Para nos encontrarmos, temos de retomar Saussure com o que ele denominou “valor linguístico”, que é o “sentido” de um elemento, considerada a sua posição dentro de um sistema linguístico. A união entre o som vocal, admitindo-o como possibilidade combinatória, e um conceito, imbricado num sistema, resulta numa forma e não numa substância.

É no conjunto das “relações” em “oposição” entre as unidades linguísticas no interior do sistema que encontraremos o “valor linguístico”. Assim, (Benveniste, 1995, p. 23):

A noção positivista do “fato” linguístico é substituído pela de “relação” (*Idem*). Ao invés de considerar-se cada elemento em si e de procurar-se a sua “causa” num estado mais antigo, encara-se cada elemento como parte de um conjunto sincrônico; o “atomismo” dá lugar ao “estruturalismo”.

Na questão da “Polissemia e contexto”, considerando a linguagem, seja na comunicação *oral ou escrita, mímica ou semafórica*, como *um sistema de símbolos*, nascido de um pacto social e proveniente de histórica convivência que amadurecerá o valor do símbolo à medida que o grupo social aprovar e aceitar um “valor linguístico” (Saussure, p. 157). Para um dado sentido,

La collectivité est nécessaire pour établir des valeurs dont l’unique raison d’être est dans l’usage et le consentement général: l’individu à lui seul incapable d’en fixer aucune, a coletividade é necessária para que se estabeleça os valores dos quais a única razão de ser está no uso e no consenso geral: o indivíduo, por si só, é incapaz de fixar nele qualquer valor que seja.

Em edições antigas, liam-se mais considerações sobre os dois exemplos de Othon M. Garcia a respeito de *linha e ponto* retirados do *Dicionário de Laudelino Freire*. O Autor de *Comunicação em Prosa Moderna* afirmou naquelas edições que as palavras *linha e ponto* teria, respectivamente, 165 e 117 sentidos. A do ano 2002 se

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

restringe a dizer *cerca de cem acepções*. Inclusive, é interessante refletirmos quais seriam aqueles sentidos?

Outra citação é a de Karl Bühler a respeito das funções primordiais da língua. Assim, para expressar o mundo biossocial, temos na tradução do Mattoso Câmara²⁴, a função “representativa”, sempre que usarmos a língua em sua capacidade de fazer um recorte do mundo exterior. Se a finalidade for exprimir sentimentos, exploraremos a função de “exteriorização psíquica”. Na tradução de Roman Jakobson para a língua portuguesa, se fala em função “emotiva”, que parece termo mais simples e eficaz. Ao contrário da tradução que foi feita de Roman Jakobson para o português, quanto à finalidade persuasiva de língua, ou seja, “conativa”, o termo “apelo” – com esta expressão “apelo” está em *Comunicação em Prosa Moderna* - ou “atuação social” e que foram palavras indicados por Mattoso Câmara, e nos parecem mais precisas.

Propõe-se uma leitura sobre denotação e conotação e nota-se nas entrelinhas atualidade bibliográfica do Autor. Cita expressamente Umberto Eco, *A Estrutura Ausente*. Comenta a palavra “cão” com seus múltiplos semas: animal doméstico, mamífero, quadrúpede, canino – assertiva semântica introduzida por Greimas.

Ainda traz à luz que *toda metaforização é conotação, (... mas) nem toda conotação é metaforização*. (2002, p. 180)

Sobre a importância da metáfora é preciso completar que ela não é conotação quando se trata de um eixo formador de polissemia. Voltemos à palavra “linha”. A “linha de mira” é de sentido denotativo e nessas metáforas consagradas (O telefone deu “*linha*”, perder a “*linha*”, “*linha*” melódica...); ainda temos denotação e a metáfora é um recurso de formação do abstrato.

PROBLEMAS LINGÜÍSTICOS EM TRADUÇÕES LATINAS

Publius Vergilius Maro (70-19 a.C.), Vergílio, cujo verdadeiro nome é a forma onomástica Vergilius < *uerg (cf. gr. ‘érgon’, a-

²⁴ Othon M. Garcia, neste passo, não cita expressamente Mattoso Câmara, mas está em sua bibliografia.

LÉXICO E SEMÂNTICA

ção; trabalho; ‘enérgueia’, energia), mas a latinidade cristã, que admirava o seu caráter dócil, associou o seu nome a uirgo (virgem); daí, em port. Virgílio, em fr. Virgile, em ingl. Virgil. Estudou também em Roma. Em 42 a.C., após abatalhade Filipos, teve as suas terras gaulesas confiscadas e distribuídas entre os veteranos de guerra de Otaviano. Foi a Roma e conseguiu recuperar os seus domínios, mas é confiscado pela segunda vez. Mecenas, ministro de Otaviano, cujo nome se torna um substantivo comum com o significado de “protetor da arte”, dá-lhe uma boa compensação, além de uma propriedade em Nola. Vergílio escreveu em versos hexâmetros datílicos as seguintes obras: as *Bucólicas*, ou *Éclogas*, as *Geórgicas* e a *Eneida*. Críticos atribuem a Vergílio a autoria de peças da sua fase juvenil no *Appendix Vergiliano*.

ARMA virumque cano, Troiae qui primus ab oris
Italiam, fato profugus, Laviniaque venit
litora, multum ille et terris iactatus et alto
vi superum saevae memorem Iunonis ob iram;
multa quoque et bello passus, dum conderet urbem,
inferretque deos Latio, genus unde Latinum,
Albanique patres, atque altae moenia Romae.

(Vergílio, *Eneida*, 1, 1-7)

Canto as armas e o varão, que, como pioneiro, veio
Das praias de Tróia, afugentado pelo destino, para a Itália e
Litoral Lavínio, muito ele foi agitado nas terras no alto mar
Pela força dos deuses superiores, pela ira lembrada da cruel Juno;
Também sofreu muitos trabalhos na guerra, enquanto fundasse a cidade,
E transferisse os seus deuses para o Lácio, donde (surgiram) a raça latina,
Os reis albanos e as muralhas da poderosa Roma.

A simples leitura da tradução não reflete complexidade das entrelinhas do discurso poético vergiliano. Por exemplo, ao épico o interesse se volta para apresentação, descrição e narrativa se sucedem propiciando inspiração à arte figurativa, ou como quadros de pintura, ou como aquela escultura em mármore, intitulada “Laocoon e seus filhos”, no museu do Vaticano.

Daí, a evidência do guerreiro, devido à redução da expressão linguística, dada a construção da sinédoque, ou seja, a relação por contiguidade, ou melhor, a parte (*as armas*) pelo todo (*o guerreiro Eneias*) neste primeiro verso: *arma, orum*.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

O Poeta canta *as armas* e o sentido ímpar do herói, que exige do leitor um pouco mais de conhecimento da língua latina: *vir* não pertence a uma lista extensa de palavras dentro do seu grupo mórfico ou declinação; as listas extensas (ou seja, com muitas palavras) da segunda declinação apresentam a seguinte pauta: o grupo *-us*, como *mundus, i, lupus, i, corvus, i* etc. – todas estão em português: *mundo, lobo, corvo*; o grupo *-er*: *ager, agri, liber, bri, caper, pri* – todas também estão em português, mas com alguma modificação na história interna: *-b- > -v-*, *livro*; usado no diminutivo: *cabrito* e externa: *agr-, campo*, em agronomia, agricultura etc. Os neutros em *-um*: *templum, i, membrum, i* etc., marcam sua presença com formas semelhantes em português: *templo, membro* etc.

Mas *vir, viri* compõe sozinha o tipo *-ir*, sem concorrência de outra palavra com esta terminação. E, no máximo, dela se tiram derivados, como é *triumvirato*, que passou ao português. Não poderia ser de outra forma, já que em grego um ‘*ánthros*’, que corresponde no latim ao *homo, hominis*, não poderia ser um herói – pertencem em ambas as línguas a listas extensas, paradigmaticamente em latim (“-o”: “*homo, hom(inis)*; “origo, *orig(inis)*” etc.), e sim um ‘*áner, andrós*’. É que *homo, homem*, tem a mesma raiz de *humus, barro, argila...* Donde a singularidade do *vir*, que significa as qualidades *viris* do homem. Em Cícero, *Tusculanae Disputationes*, 2, 55: *rusticanus vir, sed plane vir, um homem rústico, mas verdadeiramente um homem*.

Outra dificuldade, observa Michel Bréal (1992, *A restrição do Sentido*). Não há ajuste na significação de uma expressão: ora ela é muito ampla, ora demasiadamente restrita. É o caso do adjetivo *altus* que observamos a seguir. No texto, usou-se *terris, nas terras*, em oposição a *alto, no mar*, com elipse da palavra *mar* em latim. Atribui-se ao adjetivo latino *altus* uma significação dupla: *alto e profundo*. *Altus* se prende ao verbo *alo* (cujo supino podia ser *altum / alitum*), *alimentar, nutrir...* O particípio se especializou no sentido de *alto, que tem crescido et n’a plus de rapport sémantique avec le verbe, e não tem mais relação semântica com o verbo* (Ernout & Meillet, 1985, *alo*). Porém, o Poeta ainda lança mão do sentido etimológico de *altus* quando determina (*atque moenia*) *altae Romae, (e as muralhas) da poderosa Roma*.

LÉXICO E SEMÂNTICA

De modo que *restrição de sentido tem, há muito tempo, causado surpresa aos etimologistas*. (p. 85) Ressalta as *objeções de Quintiliano a respeito de “homo”*: ‘cremos’, diz ele, ‘que “homo” vem de “humus”, porque o homem nasceu da terra, como se todos os animais tivessem a mesma origem?’ Completa M. Bréal que “*homines*” significa “os habitantes da Terra”. Era uma maneira de opô-los aos habitantes do céu, “*Dii*” ou “*Superi*”.

No quarto verso a hipálage, ou seja, o realce dos determinantes cruel (*saevae*) e (*memorem*), promove a possível tradução: *pela ira lembrada da cruel Juno em lugar de pela ira cruel da lembrada Juno...* Outras dificuldades são os dois zeugmas, ou elipses das posições *in* – (*in Italiam*) e *ad* – (*ad litora Lavinia*); além disso, há a elipse do auxiliar de voz passiva *est* e ficou subentendido *surgiram* que seria em latim *orti sunt*.

A *Eneida* é um poema composto de doze livros, iniciado no ano 30 a.C. e não chegou a ser revisado pelo Poeta. A intenção é difundir a crença lendária de que os romanos descendiam dos troianos e que Otávio, que passou a Otaviano quando foi adotado por Julio César, e se tornou Augusto, proveniente do adjetivo *augustus*, a, um (derivado de *augeo*: *fazer crescer, amplificar*) Muitas vezes, a metáfora afasta de tal forma a significação de uma palavra que nos admiramos quando consultamos o dicionário. A principal fonte de inspiração de Vergílio foram os poemas homéricos. Embora tivesse trabalhado dez anos, não conseguiu deixar o poema como queria e, por isso, pediu a Augusto que os destruísse, pedido que não atendido.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENVENISTE, Émile. *Problemas de Linguística Geral I*. Trad. Maria da Glória Novak e Maria Luísa Néri. Campinas: Pontes, 1995.

BRANDÃO, Junito de Souza. *Dicionário mítico-etimológico da mitologia grega*. Petrópolis: Vozes, 1991.

CÂMARA JR., J. Mattoso. *Princípios de Linguística Geral*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1970.

———. *Dicionário mítico-etimológico da mitologia e religião romana*. Petrópolis: Vozes, 1993.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

CHARAUDEAU, P. & MAINGUENEAU, D. *Dicionário de análise do discurso*. Tradução coordenada por Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto, 2004.

CHANTRAINE, Pierre. *Dictionnaire étymologique de la grecque - Histoire des mots*. Paris: Klincksieck, 1999.

CHEVALIER, J. & GHEERBRANDT, A. *Dicionário de símbolos*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.

ECO, Umberto. *A estrutura ausente*. Trad. de Pérola de Carvalho. São Paulo: Perspectiva, 1974.

———. *Obra aberta: Formas e indeterminação nas poéticas contemporâneas*. Trad. de Pérola de Carvalho. São Paulo: Perspectiva, 1971.

ERNOUT, A. & MEILLET, A. *Dictionnaire étymologique de la langue latine - Histoire des mots*. Paris: Klincksieck, 1985.

GAFFIOT, F. *Dictionnaire illustré latin-français*. Paris: Hachette, 1934.

GARCIA, Othon M. *Comunicação em prosa moderna*. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

RECTOR, Mônica. *Para ler Greimas*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1979.

SPALDING, T. O. *Pequeno dicionário de literatura latina*. São Paulo: Cultrix, s/d.

TRASK, R. L. *Dicionário de linguagem e linguística*. Traduzido de Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto, 2004.

LÉXICO E SEMÂNTICA

UM HOMEM VALE O QUANTO VALE O SEU VOCABULÁRIO

Alessandra Cristina Costa Mendes (SEERJ)
alecrismendes@gmail.com

A linguagem tem um lado individual e um lado social, sendo impossível conceber um sem o outro.

(Ferdinand Saussure)

INTRODUÇÃO

Muito se discute a respeito do conteúdo das aulas de Língua Portuguesa, que fica entre a assimilação das regras gramaticais que regem a língua ou práticas que enfatizam o desenvolvimento do vocabulário. Em princípio, não é viável dissociar ambas as propostas, visto que pretendem proporcionar ao indivíduo condições nas quais ele possa utilizar, com competência, uma das principais ferramentas responsáveis pela interação social: a comunicação.

Antes de dar prosseguimento a esta análise, é pertinente apresentar alguns conceitos relevantes.

O primeiro deles refere-se às protagonistas dos estudos linguísticos: a linguagem, por compreender uma das mais importantes faculdades humanas, já que é ela quem possibilita a interação entre indivíduos e permite a expressão de pensamentos e ideias; a língua, por ser a maneira pela qual a linguagem é expressa. Saussure (2002, p. 17) ressalta o caráter social que ambas representam nas relações humanas:

Mas o que é língua? Para nós, ela não se confunde com a linguagem; é somente uma parte determinada, essencial dela, indubitavelmente. É, ao mesmo tempo, um produto social da faculdade da linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos. Tomada em seu todo, a linguagem é multiforme e heteróclita; o cavaleiro de diferentes domínios, ao mesmo tempo física, fisiológica e psíquica, ela pertence além disso ao domínio individual e ao domínio social; não se deixa classificar em nenhuma categoria de fatos humanos, pois não se sabe como inferir sua unidade.

Assim sendo, é pertinente ressaltar que a língua compõe-se de estruturas que agregam os aspectos sintáticos, lexicais e fonológicos, resultados de acordos, ainda que de maneira inconsciente, dos integrantes de uma sociedade linguística. No que tange ao léxico²⁵, o vocabulário, em sentido lato, é o conjunto de vocábulos de uma língua (Câmara Júnior, 2002, p. 241) que, do ponto de vista prático, tem relação direta com a significação, aspecto de absoluta relevância a proposta desta pesquisa.

Outro ponto importante refere-se aos aspectos cognitivos. A linguagem é uma das competências humanas processada pelo cérebro, ou seja, o local de processamento das representações significativas da comunicação, cuja capacidade total é ainda desconhecida pelos estudos científicos. Por esta razão, se torna inviável mensurar o nível mental ou a capacidade cognitiva, ou ainda, estimar o vocabulário de um sujeito, todavia há dados e fatos sócio-culturais que não contestam a lógica e que são discutidos a seguir.

Deste modo, os conceitos aqui apresentados se fazem fundamentais às análises que seguem que visam evidenciar o quanto o vocabulário implica o valor que o homem representa na sociedade e, portanto, o quanto o desenvolvimento da linguagem é essencial ao desenvolvimento da capacidade cognitiva.

VOCABULÁRIO E NÍVEL MENTAL

No processo de ensino-aprendizagem dos diferentes ciclos do ensino fundamental, espera-se que o aluno amplie o domínio ativo do discurso nas diversas situações comunicativas, sobretudo nas instâncias públicas de uso da linguagem, de modo a possibilitar sua inserção efetiva no mundo da escrita, ampliando suas possibilidades de participação social no exercício da cidadania. (Parâmetros Curriculares Nacionais, 1998, p. 32)

A citação acima esclarece, de forma sintética, os principais objetivos do ensino de língua portuguesa, de maneira a nortear as práticas pedagógicas no que ao desenvolvimento da linguagem, especialmente por fomentar reflexões acerca desta importante ferra-

²⁵ Câmara Júnior (2002, p. 157 e 241) ressalta que vocabulário tem uma aplicação muito mais ampla do que léxico, que se refere particularmente às palavras, no entanto, o ponto em comum entre os dois está no objeto de suas aplicações.

LÉXICO E SEMÂNTICA

menta imprescindível ao funcionamento as relações sociais. Neste ínterim, pode-se considerar duas proposta: uma voltada ao ensino das regras gramaticais, objetivando alcançar o padrão culto da língua; outra voltada à aplicabilidade da língua, considerando especialmente suas variações e peculiaridades.

Referente a primeira vertente, é indiscutível que tal proposta pretenda desenvolver aptidões e proporcionar condições para que o sujeito possa relacionar-se e lhe proporcionar melhores condições de se apropriar de oportunidades que favorecem aqueles que dominam o padrão culto da língua, como se pode frequentemente observar nos exames vestibulares. Contudo, privilegiar uma das variantes da língua por ser esta a norma de maior prestígio implica desconsiderar toda a trajetória linguística que o sujeito percorreu até ser inserido no contexto escolar, desvalorizando os aspectos sociais, as diferenças diatópicas, diastráticas e diafásicas que involuntariamente participam do processo de formação de variantes da língua. Estas, por sua vez, cumprem plenamente a função a que se propõe e em nada deixam a desejar quanto às estruturas gramaticais que as integram.

Por outro lado, agredir ou menosprezar a gramática e os ensinamentos tradicionais dos estudos de língua é, pelo menos, uma atitude infundada e incipiente daqueles que desconhecem sua real função: registrar os fatos da língua. Com isso, desvaloriza-se o trabalho de grandes estudiosos que se dedicam a organizar e agrupar estruturas e informações sobre determinada língua, através da análise minuciosa dos mecanismos que a integram e das regras que a regem.

É, por conseguinte, necessário que ambas as propostas se aliem e conduzam suas práticas de forma a favorecer o desenvolvimento das competências linguísticas que propiciarão ao indivíduo condições de expressar seu pensamento e exercer seu papel social de maneira satisfatória. Consoante com esta proposta, Othon M. Garcia ressalta a importância de se dispor de palavras suficientes e adequadas à expressão do pensamento propiciando maior quantidade e melhores condições de refletir, julgar, escolher e assimilar conceitos, proporcionando mais oportunidades sociais ao indivíduo. Assim, o modo mais eficaz de enriquecer o vocabulário se baseia na experiência, isto é, numa situação real com a conversa, a leitura ou a redação (Garcia, 1974, p. 35, 165).

A conversa ou fala, uma técnica idiomática efetivamente realizada (Bechara, 2003, p. 42), surge antes da representação escrita, a partir da necessidade espontânea da comunicação entre os indivíduos e, ainda nos dias de hoje, é o primeiro contato do indivíduo com a língua materna. É fundamentada na articulação dos órgãos vocais como reflexo imediato do pensamento, por isso se configura como a forma de expressão mais suscetível a inadequações, na qual um vocabulário insuficiente se faz mais perceptível, já que esta modalidade linguística exige determinada agilidade de raciocínio, pois impõe ao falante a necessidade de representar imediatamente uma ideia.

Deste modo, se por um lado tal dinamismo configura-se como um fator que a torna mais ameaçadora, por outro lado é através da modalidade falada que se forma grande parte do vocabulário individual, consequência da interação decorrente do contato entre falantes de um mesmo idioma, seja diálogo em presença, seja através dos diversos meios de comunicação. Além disso, é, portanto, o ponto de partida para configuração de uma dada língua, resguardando-se as construções gramaticais, principalmente por manter ativo e acionar imediatamente o léxico armazenado na memória humana.

Deste modo, enquanto a fala se apóia em diversos órgãos do sistema sensorial, a leitura utiliza apenas o sentido da visão²⁶, exigindo que se incluam detalhes referentes ao contexto e maior preocupação com as questões gramaticais. Assim, indiscutível é que a leitura seja fundamental para o conhecimento e para o desenvolvimento cognitivo.

É o primeiro contato com a modalidade escrita da língua e possibilita uma visão multifacetada da realidade, favorecendo a interação com as variantes linguísticas de outras épocas, outras regiões geográficas, outras comunidades. Por esta razão, pode ser considerada como o verdadeiro sexto sentido do ser humano, pois é um excelente exercício ativador da capacidade de reflexão que proporciona ao indivíduo o acesso a oportunidades que compartilham saberes com outras sociedades linguísticas.

²⁶ Exceto o sistema braille ou outro de igual função que, através do tato, é adotado principalmente por deficientes visuais.

LÉXICO E SEMÂNTICA

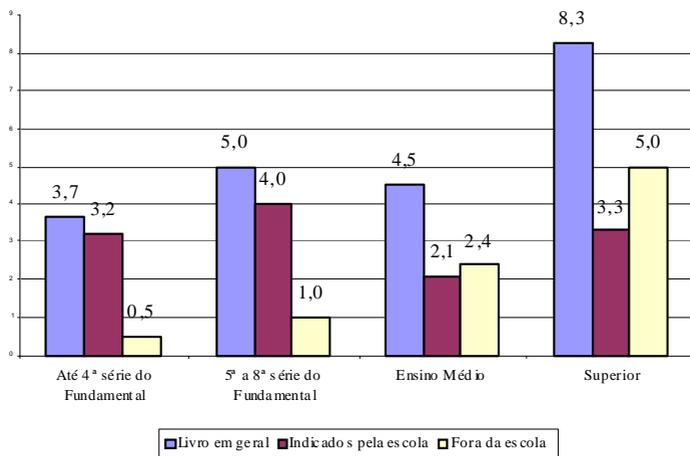
No entanto, esta perspectiva ainda se encontra distante da realidade, visto que, numa sociedade injustamente dividida, a desigualdade social é um dos itens que impede a ascensão da leitura, cujas implicações no sistema educacional são incontáveis.

Consoante com esta reflexão, vale ressaltar as considerações de Paulo Freire (1989, p. 19)

O problema que se coloca não é o da leitura da palavra mas o de uma leitura mais rigorosa do mundo, que sempre precede a leitura da palavra. Se antes raramente os grupos populares eram estimulados a escrever seus textos, agora é fundamental fazê-lo, desde o começo mesmo da alfabetização para que, na pós-alfabetização, se vá tentando a formação do que poderá vir a ser uma pequena biblioteca popular, com inclusão de páginas escritas pelos próprios educandos.

A pesquisa “Retrato da leitura no Brasil”, divulgada em 2008, promovida pelo Instituto Pró-livro, demonstra esta relação existente entre a leitura e escola, principalmente nas séries iniciais de estudo, como pode ser observado no gráfico 1:

Gráfico 1: Número de livros lidos por ano



Fonte: Pesquisa Retratos da Leitura (2008)

É evidente, destarte, a indissociabilidade entre as práticas de leitura e escrita, cuja relação tem reflexos nos valores que o indiví-

duo adquire ao longo de sua trajetória social e acadêmica. Neste sentido, Othon M. Garcia (1974, p. 165) ressalta: “a leitura atenta de obras recomendáveis, a leitura que se faz, literalmente, de lápis na mão para sublinhar as palavras desconhecidas e, depois de consultar o dicionário, anotar-lhes o significado, esse é, sem dúvida, o melhor processo de aprimorar o vocabulário”.

Logo, a escrita “é a representação visível e durável da linguagem que, de falada e ouvida, passa a ser escrita e lida” (Câmara Júnior, 2002, p. 108) e, por esta razão, é a modalidade da língua que goza de maior prestígio, sobretudo por ser adotada na literatura, nas gramáticas, nos dicionários.

O desenvolvimento do vocabulário através da escrita ocorre à medida que esta possibilita reflexões, consultas, pesquisas e ajustamentos oportunos para que se encontre o vocábulo apropriado para expressar a ideia que se pretende. “Daí a importância da redação sob as suas mais variadas formas: a composição livre propriamente dita, a paráfrase, a interpretação escrita, os resumos, as amplificações, a mudança no torneio das frases, as traduções” (Garcia, 1974, p. 165).

Com base no exposto, a escrita terá ênfase no próximo item, considerando o valor social que esta agrega ao homem.

A RELAÇÃO ENTRE VOCABULÁRIO E A MODALIDADE ESCRITA

Cabe ressaltar a seguinte reflexão de Ferdinand Saussure sobre a escrita:

Língua e escrita são dois sistemas distintos de signos; a única razão de ser do segundo é representar o primeiro; o objeto linguístico não se define pela combinação da palavra escrita e da palavra falada esta última, por si só, constitui tal objeto. Mas a palavra escrita se mistura tão intimamente com a palavra falada, da qual é a imagem, que acaba por usurpa-lhe o papel principal; terminamos por dar maior importância à representação do signo vocal do que ao próprio signo. É como se acreditássemos que, para conhecer uma pessoa, melhor fosse contemplar-lhe a fotografia que o rosto. (Saussure, 2002, p. 34).

Conforme exposto, a escrita se configura como a modalidade linguística de maior prestígio social e esta é uma das razões pela qual ela tem preferência no âmbito das avaliações de qualquer finalidade,

LÉXICO E SEMÂNTICA

funcionando como parâmetro para balizar padrões de comportamento linguístico adequados ou não. O Sistema de Avaliação da Educação Básica²⁷ (Saeb), por exemplo, é um instrumento utilizado pelo Ministério da Educação que lança mão destes critérios para pesquisar e avaliar a qualidade do sistema educacional brasileiro, objetivando, principalmente, oferecer subsídios à reformulação de políticas públicas de acordo com as necessidades diagnósticas. Para tanto, a avaliação é efetuada com base em matrizes de referência:

Cada matriz de referência é estruturada em tópicos ou temas e respectivos descritores que indicam as competências e habilidades de Língua Portuguesa e Matemática a serem avaliadas. O descritor é uma associação entre conteúdos curriculares e operações mentais desenvolvidos pelo aluno, a partir dos quais os itens de prova são elaborados. As respostas dadas pelos alunos a esses itens possibilitam a descrição do nível de desempenho por eles atingido. A partir daí, é dado conhecer o desempenho dos sistemas de ensino.²⁸

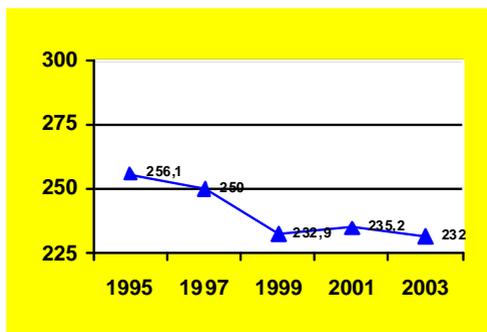
Considerando que este estudo se propõe a pesquisar as questões relativas a vocabulário, a análise se restringe ao que tange às avaliações em Língua Portuguesa, especialmente por focar a proficiência na linguagem escrita, voltada para sua função social.

O gráfico 2 apresenta uma análise comparativa dos resultados do desempenho dos alunos, no período de 1995 a 2003, numa escala que varia entre 125 e 350. Para a 8ª série do ensino fundamental o rendimento esperado é 300 pontos, propondo que indivíduos neste nível sejam capazes de inferir sentido em textos longos de variados gêneros, com alta complexidade linguística, ou ainda, identificar, resolver e calcular problemas que exigem razoável autonomia de compreensão. Entretanto, pode-se observar que os resultados retratam patamares abaixo do apropriado, além de se constituir em escala decrescente:

²⁷ www.inep.gov.br

²⁸ <http://www.inep.gov.br/basica/saeb/matrizes/default.htm>, consultado em 25/08/08.

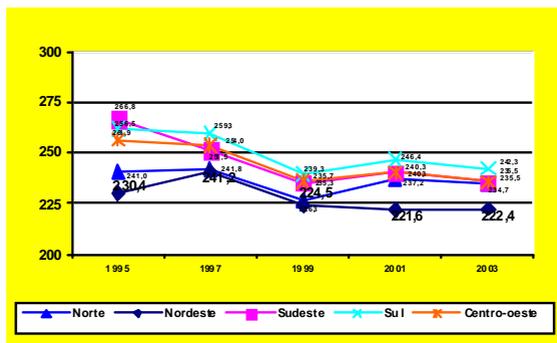
Gráfico 2: Médias de proficiência em leitura – 8ª série do Ensino Fundamental – Brasil – 1995/2003



Fonte: MEC/Inep – Saeb2005

No gráfico 3 observa-se um comparativo acerca das regiões brasileiras, cujos resultados acompanham a mesma tendência dos índices apresentados no âmbito nacional, contudo as desigualdades são mais acentuadas à medida que se destacam as regiões norte e nordeste:

Gráfico 3: Médias de proficiência em leitura – 8ª série do Ensino Fundamental – Regiões – 1995/2003



Fonte: MEC/Inep – Saeb 2005

Do mesmo modo, dados do IBGE demonstram que o nível de ocupação é variável conforme o tempo de estudos do indivíduo. Os dados da tabela 1 indicam aumento de cerca de 99% àqueles que dis-

LÉXICO E SEMÂNTICA

põem de 11 anos ou mais de estudo, o que implica concluir que aqueles que estiveram expostos maior tempo ao contato com a língua escrita e, desenvolveram o vocabulário e o desempenho cognitivo.

Tabela 1: Nível de Ocupação segundo grau de instrução

| Ano | Sem instrução e com menos de 1 ano de estudo | 8 a 10 anos de estudo | 11 anos ou mais de estudo |
|------|--|-----------------------|---------------------------|
| 2003 | 37,03 | 49,28 | 68,09 |
| 2004 | 37,07 | 49,52 | 68,64 |
| 2005 | 36,49 | 49,41 | 69,25 |
| 2006 | 35,68 | 49,74 | 69,36 |
| 2007 | 35,06 | 50,28 | 69,94 |

FONTE: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Mensal de Emprego (* Médias das estimativas mensais)

Obviamente não é o vocabulário o único responsável por este resultado, já que o saber em outras áreas do conhecimento é fundamental, contudo vale ressaltar que sem o vocabulário não é possível alcançar o conhecimento em quaisquer áreas, uma vez que o acesso ao conhecimento parte de uma situação de comunicação, seja escrita, seja oral. Assim, o reconhecimento de variados gêneros de textos escritos é o que permite que o indivíduo esteja inserido nos fenômenos sociais da linguagem pressupostos como intimamente relacionados tanto a discursos que se elaboram em diferentes instituições e em práticas sociais orais e escritas, quanto a muitos objetos, procedimentos, atitudes, como formas sociais de expressão, entre elas, a expressão em língua escrita.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no exposto, pode-se concluir que o vocabulário exerce a função de demonstrar o valor social e cultural que cada sujeito possui, pois possibilita que se formule conceitos acerca de sua personalidade, sua trajetória de vida, suas capacidades e aptidões. Este fato se deve, fundamentalmente, à língua que, de fato, é um produto social, resultado da interação entre indivíduos que compartilham da mesma comunidade sociolinguística.

Por esta razão, Othon M. Garcia ressalta a importância de se dispor de palavras suficientes e adequadas à expressão do pensamento e apresenta dados que comprovam o quanto o vocabulário propicia maior quantidade e melhores condições de refletir, julgar, escolher e assimilar conceitos, proporcionando mais oportunidades sociais ao indivíduo, ressaltando que “um vocabulário escasso e inadequado, incapaz de veicular impressões e concepções, mina o próprio desenvolvimento mental, tolhe a imaginação e o poder criador, limitando a capacidade de observar, compreender e até mesmo de sentir” (Garcia, 1974, p. 138).

Os dados do Saeb, que avalia o desempenho acadêmico dos estudantes brasileiros tomando por base o desenvolvimento de competências e habilidades que permeiam o desenvolvimento do conhecimento lexical, portanto, vocabular, demonstrados nesta pesquisa denotam de maneira factível a relação entre competência linguística e valor social.

Para tanto, se faz imprescindível o desenvolvimento de aptidões linguísticas que propiciem capacitar o indivíduo, conforme proposto pelos PCNs, de forma a “posicionar-se de maneira crítica, responsável e construtiva nas diferentes situações sociais, utilizando o diálogo como forma de mediar conflitos e de tomar decisões coletivas”. Este princípio tem consonância com os ideais de Paulo Freire (1989, p. 19): o conhecimento lexical está além da leitura da palavra, uma vez que abrange a leitura do mundo.

Vale ressaltar que o nível de vocabulário não está relacionado necessariamente à norma culta língua a qual se atribui juízo de valor, mas a congruência dos mecanismos linguísticos disponíveis para a construção de sentido, conforme elucidada Evanildo Bechara:

Quando se diz que “o francês” é uma língua clara, a rigor, não se que fazer referência a características da língua francesa, mas à capacidade de estruturar o pensamento, o discurso ou o texto com clareza e lógica mais do que o normal, em virtude de uma larga tradição do falar nessa comunidade, tradição que começa no ensino escolar francês, e que deveríamos cultivar entre nós. (Bechara, 2003, p. 51)

Tais princípios devem ser considerados os norteadores das práticas que visam ao desenvolvimento do vocabulário, privilegiando o exercício autônomo de maneira a promover a qualidade de vida dos usuários da lín-

LÉXICO E SEMÂNTICA

gua. Neste contexto, qualquer situação de contato com a língua, conversa, leitura ou escrita, contribui à formação do vocabulário:

Quase todos nós, por vício, tradição ou comodismo, achamos mais fácil e mais simples dar e mandar decorar mil e uma regrinhas gramaticais malsinadas e inúteis, que vão muito além do mínimo indispensável ao manejo correto da língua. O que acontece é que não sobra tempo para o resto – e infelizmente é nesse resto que está o essencial. (Garcia, 1974, p. 165)

Portanto, é imprescindível que os estudos linguísticos sejam pautados em ações planejadas com este enfoque, cientes de que estes são os responsáveis pelo prestígio ou estigma social.

Por fim, pode-se concluir que o vocabulário é o que determina, direta ou diretamente, que valores o indivíduo representa para a sociedade na qual está inserido. Por outro lado, espera-se que a discussão sobre o tema não esteja encerrada com este estudo, de maneira que fomente outras reflexões. Para tanto, que as palavras de Olavo Bilac sejam viés condutor dos estudos da língua, esta que deve ser domada e concebida como um instrumento a serviço do homem: “*Trabalha e teima, e lima, e sofre, e sua!*”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática do português*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.

CÂMARA JÚNIOR, Joaquim Matoso. *Dicionário de linguística e gramática*: referente à língua portuguesa. 23^a ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

CUNHA, Celso Ferreira da & Cintra, Luís F. Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 2^a ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

FREIRE, P. *A importância do ato de ler*: em três artigos que se completam. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989.

GARCIA, Othon Moacyr. *Comunicação em prosa moderna*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1974.

INSTITUTO PRÓ-LIVRO (2008). Retratos da Leitura no Brasil. www.prolivro.org.br

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

PARÂMETROS curriculares nacionais, Língua Portuguesa, 1998.
Ensino fundamental.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Linguística Geral*. 24^a ed. São Paulo: Cultrix: 2002.

http://www.ibge.com.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/Retrospectiva2003_2007.pdf Acessado em 19/08/2008.

LÉXICO E SEMÂNTICA
INSTRUÇÕES EDITORIAIS

1. O textos completos dos trabalhos do Congresso Nacional de Lingüística e Filologia devem ter os mesmos títulos dos resumos correspondentes, que forem enviados com o Formulário de Inscrição.
2. Cada trabalho apresentado ao CiFEFiL deve seguir estas normas:
 - 2.1. Os originais devem ser digitados em Word para Windows, com extensão .DOC ;
 - 2.2. Configuração da página: A-5 (148 X 210 mm) e margens de 25 mm;
 - 2.3. Fonte Times New Roman, tamanho 10 para o texto e tamanho 8 para citações e notas;
 - 2.4. Parágrafo justificado com espaçamento simples;
 - 2.5. Recuo de 1 cm para a entrada de parágrafo;
 - 2.6. Mínimo de 05 e máximo de 12 páginas (exceção para os minicursos, que podem ter até 20 páginas);
 - 2.7. As notas devem ser resumidas e colocadas no pé de cada página;
 - 2.8. A bibliografia deve ser colocada ao final do texto;
3. Os trabalhos completos devem ser enviados por e-mail para eventos@filologia.org.br até o primeiro dia do evento (exceção para os textos dos minicursos, que devem ser enviados até o final de junho).

Outras informações podem ser adquiridas pelo endereço eletrônico eventos@filologia.org.br ou pelo telefone (21) 2569-0276.